

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 772  
13 de Outubro de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## PCP TOMA POSIÇÃO

### Tribunal Constitucional

*PCP requer a inconstitucionalidade  
de cinco leis fundamentais*

Pág. 7/Semana

### Chiado

*CDU propõe ao PS unir esforços  
para recuperar o Chiado*

Pág. 13/Semana

### Impostos

*Uma economia à deriva  
um timoneiro incompetente*

Pág. 10/Semana



### Setenave

Trabalhadores respondem ao Governo:  
«Reestruturar não é despedir!»

Pág. 4/Semana

**Ministério não paga  
a professores na Zona Sul**

Pág. 1/Semana

**EUA em véspera  
de eleições**

**«O Robim dos Bosques  
ao contrário»**

Pág. 14/Semana



# TESES

## Relatório da actividade do Partido

Reunido nos últimos dias, o Comité Central do PCP aprovou o projecto de Teses, que todo o Partido é chamado a debater antes de ser apresentado ao XII Congresso. Organizadas em 9 capítulos temáticos, as Teses abordam a situação internacional; o avanço do processo contra-revolucionário; a evolução da situação política; a luta do povo em defesa de Abril; as consequências da integração na CEE; a batalha ideológica; os objectivos e tarefas imediatas; os grandes movimentos sociais e organizações de massas; o Partido.



## Em Foco

- Noticiário
- Democracia cultural
- Artigo 11.º do Projecto de revisão dos Estatutos
- CC aprovou projecto de Teses
- Congressos do PCP o 7.º e o 8.º
- As cartas dos leitores



## Agenda

Os debates preparatórios do XII Congresso estão a ser realizados em todo o país, em centenas de reuniões dos diversos organismos do Partido. O próprio camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participa no próximo sábado numa reunião da DORS, a realizar no Seixal, com as Comissões Concelhias do distrito de Setúbal (ver Agenda)

## O Congresso num contexto de luta

**N**uma conjuntura nacional em que avultam factores de indefinição para o futuro imediato e mesmo a médio prazo do regime democrático saído da Revolução de Abril e numa conjuntura internacional marcada por fenómenos contraditórios de peso na evolução do mundo contemporâneo, a realização nos primeiros dias de Dezembro do XII Congresso do PCP, ao mesmo tempo que suscita questões inéditas e um intenso debate no interior do Partido coloca aos comunistas portugueses exigentes responsabilidades de acerto substantivo e de rigor formal nas suas propostas e formulações para este final do século XX e princípios do século XXI.

Estas elevadas responsabilidades estão presentes nos projectos de documentos básicos do Congresso (novo Programa e alterações dos Estatutos já publicados e Teses do Relatório do Comité Central, ontem aprovados na reunião plenária daquele órgão dirigente do Partido, a publicar-se dentro de breves dias) e naturalmente em toda a gama dos trabalhos preparatórios do Congresso.

Convém ter diante dos olhos o quadro social e político em que vai realizar-se o XII Congresso do PCP.

Na conjuntura portuguesa actual, o Governo restauracionista da direita, caucionado há pouco mais de um ano pelo voto maioritário dos portugueses mas actualmente em nítida perda de força e apoio, produziram-se alterações de vulto na estrutura económica, na situação financeira, no mercado do trabalho, na política de rendimentos, na realidade institucional do país.

A dinâmica da restauração do capitalismo monopolista de Estado em Portugal tem insuflado os actos e a política do Governo cavaquista. Velhos e novos mecanismos de especulação financeira, de concentração, centralização e acumulação de capitais foram activados numa escala sem precedentes nos últimos meses. Várias medidas claramente feridas de inconstitucionalidade (a maioria das celebradas 14 «reformas de estrutura» de Cavaco) receberam ilegítimos certificados de constitucionalidade sob pressão das forças da direita e do próprio Governo.

Se as portas do poder legislativo, já perigosa e inconstitucionalmente entreabertas ao restauracionismo dos monopólios, vão ou não escancarar-se a breve prazo aos planos da contra-revolução, com uma revisão subversiva da Constituição, eis uma eventualidade cuja concretização depende doravante única e exclusivamente do PS.

O PS, com quem o PSD negocia nos bastidores o apoio, de que já se vangloria, ao seu projecto de revisão subversiva da Constituição de que Vítor

Constâncio anunciou ontem a conclusão de uma contra-proposta, deveria desde já esclarecer os portugueses sobre se sim ou não se dispõe a colaborar na desfiguração do regime democrático e a avalizar os planos contra-revolucionários do Governo de Cavaco. Esperamos que as jornadas parlamentares do PS, a realizar-se neste momento, o esclareçam sem ambiguidades.

**O**bviamente, a concretização dos planos da contra-revolução em Portugal, implicando a desfiguração do regime democrático saído da Revolução de Abril e recolhendo o influxo das tendências supranacionais da CEE e da UEO, não constituem, contudo, uma fatalidade inelutável e irreversível.

Os trabalhadores e outras vastas camadas do povo têm tido neste processo uma palavra decisiva na travagem dos planos da direita governante.

A nítida perda de força do Governo cavaquista verificada ao longo do ano não é um fenómeno espontâneo automaticamente resultante do carácter antipopular da política do Governo.

O que pode decididamente inclinar a favor do regime democrático a balança da correlação de forças sociais e políticas é a luta determinante das massas populares e a acção determinada dos partidos e organizações democráticas mais consequentes no plano institucional.

**O** ano de 1988 tem sido fértil de significativas acções reveladoras da firme disposição de luta e de contestação popular de massas à política e aos planos da direita governante.

Greves extraordinariamente participadas, de que a Greve Geral de 26 de Março foi a mais potente afirmação de luta da classe operária nos últimos anos; grandes concentrações, manifestações, marchas, desfiles e outras formas de acção mobilizaram centenas de milhares de portugueses — lutas e acções que estão de facto na base das quebras e recuos do Governo PSD/Cavaco Silva verificados nos últimos tempos.

O III Encontro da Reforma Agrária em Montemor-o-Novo e as comemorações nacionais do 18.º Aniversário da CGTP são elevados exemplos dessa contestação, resistência e luta contra a política do Governo e já nestes dias as reacções de vastos sectores sociais às novas medidas de agravamento da carga tributária de correntes da decantada Reforma Fiscal do Governo e os protestos contra as restrições financeiras do Orçamento do Estado, designadamente para o ensino superior, motiva-

ram uma vasta movimentação de protesto de que deve salientar-se a do Conselho de Reitores Universitários.

**U**m Governo a reboque da conjuntura — disse-mo-lo aqui poucas semanas atrás. Os novos actos e medidas financeiras confirmam-no plenamente.

Os dinheiros do fluxo financeiro da conjuntura externa favorável a Portugal agora já a alterar-se num sentido menos favorável, em vez de utilizados na correcção dos desequilíbrios económicos, sociais e estruturais do nosso País, foram antes encaminhados para o «saco azul» eleitoral do primeiro governo de Cavaco e foram, como então assinalou o PCP, um dos principais factores objectivos da deslocação de votos a favor do PSD nas eleições de 19 de Julho de 1987.

Nenhuma medida de fundo foi tomada para vencer ou sequer atenuar os atrasos do nosso desenvolvimento em relação aos restantes países da Europa Comunitária. O grosso do afluxo financeiro externo foi canalizado na sua quase totalidade para a corrupção do voto e para o custeio pelo Estado das operações de restauração dos monopólios.

Logicamente, com o alargamento do poder global de compra alargou-se de modo indiscriminado o consumo — principalmente de artigos de luxo — sem a resposta correspondente do aumento da produção nacional, o que determinou o aumento excepcional das importações e a subida em flecha do défice comercial e por arrastamento uma nova subida substancial da taxa de inflação, um autêntico fiasco das miríficas previsões de Cavaco e Cadilhe.

A célebre «austeridade» de «aperta-o-cinto» imposta pelo FMI e servilmente obedecida pelo governo do «bloco central» PS/PSD, foi rapidamente invertida nos gastos da demagogia eleitoralista do governo cavaquista que se lhe seguiu com todas as consequências na economia nacional.

E agora, a reboque da conjuntura e sob novas pressões do FMI, esta semana ditadas mais uma vez pela senhora Ter-Minensean, eis o Governo de Cavaco a recorrer por sua vez à estafada política do «aperta-o-cinto» com drásticas medidas de redução do poder de consumo, de injusta distribuição de rendimentos e da sobrecarga fiscal, de restrições ao crédito e encarecimento de facto do dinheiro sob a eufemística «liberdade das taxas de juro», de redução dos investimentos públicos, de cortes substanciais em verbas de profundo inter-

# Resumo

## 5 Quarta-feira

Vários actos públicos assinalam um pouco por todo o País o 78.º aniversário da implantação da República. A Federação dos Sindicatos da Função Pública acusa o Governo de «insensibilidade política face aos principais problemas com que a administração pública e os seus trabalhadores se



debatem» ■ 54 por cento dos eleitores chilenos dizem não à continuação do ditador Pinochet no poder; 15 anos depois do golpe militar fascista que derrubou Salvador Allende, milhares de chilenos festejam nas ruas esta vitória dos partidos da oposição e das forças democráticas ■ O jornal Washington Post afirma que Ronald Regan deu plena liberdade à CIA em 1984 e 1985 para amplas operações encobertas contra o terrorismo ■ Estadistas de três continentes comemoram em Brasília a promulgação da nova Constituição do Brasil, a qual repõe as liberdades democráticas suprimidas durante os 21 anos do regime militar.

## 6 Quinta-feira

Os partidos da oposição e a CGTP-IN contestam as decisões do Governo em matéria de isenção do pagamento do Imposto Complementar em 1989, considerando-as restritas, demagógicas, incompetentes e injustas ■ Parlamentares do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu reunidos na Dinamarca, reclamam um aumento das verbas comunitárias para a defesa do meio ambiente ■ A Comissão Nacional de Eleições apresenta uma queixa-crime contra Alberto João Jardim por alegado abuso de poder por este cometido num seu artigo intitulado «confronto» publicado nas páginas do «Jornal da Madeira» ■ A DORP do PCP considera que o Governo se afunda no caso «Reijin» e reclama a «imediata suspensão por parte do Governo da operação de desmantelamento e afundamento» daquele navio naufragado perto de Lei-



xões ■ Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, afirma à saída de um encontro com a direcção do PS, que «o processo de revisão da Constituição não se fecha na discussão entre o PS e o PSD» ■ «Os verdes» protestam contra a presença de um cargueiro com urânio no porto de Lisboa, lamentando o «secretismo» e a «falta

de informação» que rodeiam esta presença ■ Os chilenos voltam às ruas para comemorar a derrota de Pinochet no referendo presidencial ■ Uma acção terrorista contra a capital afegã provoca 13 mortos e 34 feridos ■ O presidente argelino declara o estado de sítio em Argel na sequência de dois dias de manifestações marcadas por distúrbios e motins ■ O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, declara a Unita «estrategicamente derrotada».

## 7 Sexta-feira

As seis faculdades da Universidade Clássica de Lisboa suspendem o início do ano lectivo até 24 de Outubro em resultado dos cortes orçamentais ao Ensino Superior impostos pelo Orçamento do Estado ■ A Associação dos Arquitectos Portugueses demarca-se da realização de um «concurso público de ideias» para a reconstrução do Chiado ■ O PCP afirma em nota divulgada pela SIP que «estamos perante uma economia à deriva», referindo-se às últimas previsões oficiais do Governo nas Grandes Opções do Plano para 1989 ■ Os 90 portageiros da Ponte 25 de Abril cumprem o segundo dia de greve com adesão total ■ Termina em Blackpool o congresso anual do Partido Trabalhista britânico, tendo a maioria dos delegados defendido uma posição a favor do desarmamento nuclear unilateral ■ Delegações de Angola, Cuba e África do Sul iniciam em Nova York, sob a égide dos Estados Unidos, uma nova série de consultas sobre a situação na África do Sudoeste.

## 8 Sábado

O Provedor de Justiça, Almeida Ribeiro, afirma que «seria desejável que a Polícia fosse uma estrutura civil e não castrense» e defendeu a criação de uma associação de classe representativa dos polícias ■ Perto de três centenas de participantes reúnem-se em Évora para reflectir sobre a agricultura no Alentejo, tendo concluído pela existência de recursos e capacidades na região capazes de levar por diante o seu desenvolvimento ■ Um seminário promovido pela Federação Nacional das Cooperativas de Consumo conclui que a integração económica e a modernização de processos estão na ordem do dia para as cooperativas de consumo, como resposta às rápidas mudanças que se estão a registar no sector comercial e ao acréscimo de concorrência ■ O presidente da Câmara Municipal de Alcochete alerta para a possibilidade de no Campo de Tiro instalado naquele concelho poderem vir a ocorrer experiências nucleares ■ A comissão que gere a zona de Tchernobyl decide arrasar a cidade por considerar que «difícilmente há alguma coisa a preservar na região», noticia o jornal «Pravda» ■ Convocada pelos sindicatos de pilotos, controladores aéreos e pessoal de voo e de terra, uma greve de seis horas afecta os aeroportos italianos ■ Dezenas de milhar de holandeses manifestam-se em Amesterdão contra o elevado índice de desemprego.

## 9 Domingo

Nas eleições regionais da Madeira e dos Açores o PSD mantém as maiorias que detinha naquelas regiões au-

tónomas mas sofre acentuadas quebras ■ Participantes num colóquio internacional sobre os direitos humanos realizado em Lisboa afirmam que em muitos países do mundo existe uma ofensiva contra as liberdades sindicais e os direitos dos trabalhadores ■ Num processo eleitoral marcado por uma elevada abstenção (cerca de 70 por cento) os macaenses vão às urnas para eleger seis deputados à Assembleia Legislativa ■ O presidente da Jugoslávia afirma que os acontecimentos ocorridos no país poderão conduzir a «uma situação de excepção» ■ É criada a Frente Popular da Letónia, no decorrer de um congresso realizado em Riga, capital desta República Soviética do Báltico.

## 10 Segunda-feira

Os vereadores da CDU na Câmara de Lisboa propõem aos vereadores do PS a «discussão de uma posição comum que permita fazer aprovar pela Câmara uma proposta que defina um quadro institucional e uma metodologia adequada para responder ao desafio da reconstrução do Chiado» ■ Eunice Muñoz, figura maior do teatro português, é homenageada em Lisboa pelos seus 43 anos de carreira ■ Responsáveis das três confederações patronais afirmam em Lisboa que a proposta governamental da reforma fiscal «é decepcionante» ■ O Partido Comunista do Chile anuncia que apoia o apelo feito pelo «Movimento Não» para um «grande acordo nacional para a democracia entre todas as forças políticas, sociais e institucionais» ■ Após 18 anos à frente do governo federal, o primeiro-ministro da Checoslováquia apresenta o seu pedido de demissão ■ As autoridades da Jugoslávia decidem aplicar medidas urgentes para «impedir a degradação da situação na República de Montenegro».

## 11 Terça-feira

A CGTP-IN apresenta uma proposta de objectivos de política de rendimentos onde se defende a reposição do peso dos salários no Produto Interno no valor de 36%, idêntico ao registado em 1986, primeiro ano de Governo de Cavaco Silva ■ O Primeiro-Ministro empossa a Comissão Consultiva da Rádio cujos pareceres «pesarão na atribuição pelo Governo de alvarás de licenciamento de novas estações de



rádio ■ O CC do PCP inicia uma reunião plenária de dois dias fundamentalmente relacionada com a preparação do XII Congresso ■ O grupo parlamentar do PCP requer ao Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade de cinco diplomas aprovados na última sessão legislativa ■ A Presidência da República da Argélia anuncia o levantamento do estado de emergência em Argel e arredores, que fora decretado na quinta-feira passada.

resse social no Orçamento do Estado a ser submetido em breve à Assembleia da República e seguramente a ser votado pela maioria domesticada do partido do Governo.

É em todo este contexto que o Comité Central do PCP — ainda em reunião no momento em que fechamos o nosso jornal em que acaba de discutir e aprovar as Teses Relatório da Actividade do Partido) a apresentar pelo CC, que uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP fez entrega no Tribunal Constitucional de cinco diplomas para os quais pede a verificação de constitucionalidade de algumas normas (do pacote laboral; da lei da Reforma Agrária justamente chamada a «lei do latifúndio»; da lei da delimitação dos sectores; a do condicionamento da afixação de propaganda política e da da Reforma Fiscal).

E no meio dos protestos generalizados dos contribuintes individuais e significativamente também dos «parceiros» patronais do Governo contra a sobrecarga fiscal, e do Conselho dos Reitores Universitários contra a redução das verbas orçamentais, avulta a posição e as reclamações do Conselho Nacional da CGTP exigindo para já a reposição da percentagem dos rendimentos do trabalho ao nível de 1986 que o Governo diminuiu, e o aumento dos subsídios e pensões da Segurança Social (mais de 1 350 000 reformados e pensionistas ganham pensões variando dos 8,6 aos 13 contos).

É notória a crescente perda de credibilidade das palavras e das medidas demagógicas do Governo cavaquista (ontem baixa 2\$50 no litro do leite e apaga o facto de ter reduzido 3% no teor de gordura do leite ao consumidor, e o anúncio da discussão no CPCS e na AR do mercado único da CEE para 1992).

Neste quadro se intensifica a preparação do nosso XII Congresso. Por todo o País está em execução um vasto programa de reuniões e assembleias plenárias para a discussão dos projectos do novo Programa do Partido e de alterações aos Estatutos. Segue de imediato a discussão das Teses do Relatório do CC e a eleição dos delegados.

O balanço inicial é instrutivo da vivacidade e do carácter profundamente democrático do debate de ideias em torno do Congresso.

O PCP com determinação prepara a resposta dos comunistas para os problemas do presente e os problemas do futuro.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português. Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heskla  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

## Ministério não paga a professores da Zona Sul

O Sindicato dos Professores da Zona Sul, com sede em Évora, apresentou queixa ao Provedor de Justiça contra o Ministério da Educação por este último «não processar os salários do mês de Setembro aos professores provisórios contratados no preparatório e secundário do ano lectivo de 1987/88. Da queixa foi dado conhecimento ao representante do Ministério Público no Supremo Tribunal Administrativo.

Esta atitude do SPZS, cuja actividade se tem integrado no âmbito da Fenprof, ocorre numa altura em que se intensificam, vindas de vários quadrantes sociais, as reivindicações sobre as más con-

dições do Ensino no nosso país.

### Ilegalidade evidente

Para o Sindicato dos Professores do Sul, «a ilegalida-

de criada pelo Ministério da Educação é por de mais evidente».

Numa nota à Imprensa emitida na passada quinta-feira, a direcção do SPZS fundamenta como segue essa ilegalidade:

«Primeiro, porque manda alterar os prazos de vigência dos contratos individuais de prestação de serviço, o que só por acordo poderia ser feito;

«Segundo, porque viola o princípio da não retroactividade da lei (artigo 12.º do Código Civil), pois apenas em Ja-

neiro de 1988 o Decreto-Lei 18/88 altera o terminus do ano escolar, quando os contratos foram assinados em Setembro e Outubro de 1987;

«Terceiro, porque ao pretender alterar unilateralmente uma norma contratual e, em consequência, determinar o não pagamento dos vencimentos referentes a Setembro, viola vários normativos constitucionais, como a segurança no emprego (artigo 53), o direito ao trabalho (artigo 59) e o direito à retribuição no trabalho (artigo 60). É bom não esquecer que vários dos professores nesta situação efectivamente trabalharam ou encontravam-se em

gozo de férias (autorizadas) nos primeiros dias de Setembro;

«Quarto, porque, ao não notificar a qualquer dos interessados a decisão de alterar unilateralmente uma cláusula dos contratos, foi violado o artigo 268, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa».

A direcção do SPZS considera demonstrada, pelo que acaba de expor, «a ilegalidade e a imoralidade da atitude do Ministério da Educação».

Recorda a mesma direcção sindical de Évora que essa atitude do ME atinge «várias centenas de professores de

cujo trabalho se serve todos os anos».

Destaca, por outro lado, a mesma direcção sindical dos professores da Zona Sul que o procedimento do Ministério é ainda, se possível, mais «incorrecto», por vir da parte de «responsáveis da Administração Pública de um Estado de direito».

Esta situação — conclui a direcção do SPZS — através da qual o Ministério da Educação pretende que os anos tenham onze e não doze meses, merece o mais vivo repúdio dos professores e do SPZS, que continuará a lutar pela reposição da legalidade».

## Adesão total à greve na Ponte

A actualização do abono de falhas levou mais uma vez à greve os trabalhadores das portagens da Ponte 25 de Abril em Lisboa. Esse pessoal ao serviço da Junta Autónoma das Estradas, que recorreu às paralisações parciais, por turnos, nos dias 6 e 7 do corrente, decidiu contactar novamente hoje, dia 13, a Secretaria de Estado do Orçamento. A greve anunciada pelo Sindicato dos Transportes da Função Pública do Sul e Açores no passado dia 4, como o «Avante!» oportunamente noticiou, seguiu-se, a outras paralisações do mesmo tipo em 27 de Julho, 1/ e 2 de Setembro findos, com a mesma adesão total.

Como anteriormente noticiámos, os trabalhadores da Ponte reclamam a uniformização do abono para falhas que noutros organismos do Estado é muito superior. No

entanto, o Ministério das Finanças, designadamente através da Secretaria de Estado do Orçamento, embora contactado em 29 de Setembro findo, não deu indicação — acrescenta o Sindicato — sobre a data em que será publicado o decreto-lei que actualiza e uniformiza o mesmo abono.

De acordo com um serviço de Imprensa assinado por Carlos Drummond, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA), o **Ministério das Finanças «também não pôde ou não quis indicar ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Secretaria de Estado das Vias de Comunicação) a data da publicação daquele decreto-lei».**

No entanto, é o próprio Ministério das Finanças de Mi-

guel Cadilhe a confirmar que o assunto e o diploma estão estudados desde 1986.

Ao divulgar esta circunstância aparentemente aberrante, que conduz os trabalhadores da Ponte a sucessivas paralisações com reflexos nocivos e certamente evitáveis, a direcção do STFPSA salienta que «a indignação dos trabalhadores não deixa de crescer». Segundo a mesma fonte, que chama a atenção para os prejuízos que aqueles trabalhadores continuam a sofrer, as reuniões que efectuaram quinta-feira passada, além de determinarem novo contacto, hoje, dia 13, com a Secretaria de Estado do Orçamento, decidiram «projectar para data a marcar, mas muito próxima — conclui o STFPSA — a repetição, com amplitude a fixar, das paralisações efectuadas» a semana passada na Ponte 25 de Abril.

## Santarém Escolas abrem, mas sem pessoal

De numerosos dados recentemente tornados públicos pela Federação (FENPROF) e os sindicatos do pessoal e quadros ligados ao Ensino, destacamos que, no distrito de Santarém, «a esmagadora maioria das escolas do primeiro ciclo do ensino básico continua sem pessoal auxiliar».

Ao registar essa circunstância, o secretariado distrital de Santarém do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa) chama a atenção das «entidades responsáveis, *inclusive* os Serviços de Saúde», para os graves inconvenientes que se imaginam facilmente, sobretudo no que respeita a famílias com crianças em idade escolar.

Segunda-feira passada, o SPGL e outras organizações sindicais, além dos problemas específicos dos professores como classe profissional, referiam-se a casos que exigem a imediata atenção do Ministério responsável.

Além da falta de pessoal auxiliar em Santarém, o SPGL, embora registe a abertura do ano lectivo a tempo, sublinha que essa mesma abertura não significa abrir realmente as portas das escolas: na verdade, uma coisa é «abrir o ano lectivo», outra «abrir as escolas», às vezes sem cadeiras para todos, sem pessoal suficiente, sem estruturas básicas, afinal, para o efectivo início da aulas.

A abertura do ano lectivo

dentro dos prazos, «de um modo geral», acrescenta a direcção do SPGL, não evita que se repare (e se deva remediar) no facto de haver «professores por colocar — vide situação de professores contratados —, falta de pessoal auxiliar, degradação de edifícios, inexistência de material didáctico, confusão na criação de lugares de apoio».

No que respeita a quadros, o mesmo sindicato com sede em Lisboa confirma o que a FENPROF já tinha dito em 1987: «a realidade veio demonstrar que era possível o aumento do número de lugares para os quadros de vinculação distrital».

No que respeita a «outras matérias» a negociar com o Ministério da Educação, o SPGL destaca:

- A obrigatoriedade de os professores do quadro de vinculação distrital concorrerem apenas a um distrito e não a uma zona;
- Alteração e qualificação dos critérios para suspensão e criação de lugares;
- Implementar um período específico no ano para a troca de lugares;
- Alargar e melhorar a lei da preferência conjugal;
- Garantir que todos os lugares de apoio criados este ano venham a concurso ao quadro geral já no próximo ano.

## Anunciadas greves na Informática da Saúde

A Federação sindical dos TFP anunciou sexta-feira passada a realização de greves nos serviços de Informática dependentes, em regime de instalação, do Ministério da Saúde. Ao sublinhar que «são justíssimas as razões» que levaram aquele pessoal a decidir-se pela paralisação, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) adianta que as greves marcadas para os dias 11, 12, 13, 18, 19 e 20 do corrente, se devem ao facto

de desde 1970 aqueles organismos se encontrarem permanentemente em «regime de instalação».

Depois de acrescentar que estão submetidos a esse regime há 18 anos o Serviço Central e os três Centros de Informática da Saúde, a FNSFP explica que essa situação tem gerado e gera inevitavelmente «prejuízos graves para os trabalhadores». A Federação, que não cita todos esses prejuízos, limita-se a referir expressa-

mente «a inexistência de uma lei orgânica e do consequente quadro do pessoal», bem como «a estagnação» que isso provoca.

### Ministério sonega conteúdo do Decreto

A Federação, que tornou pública a marcação das greves no passado dia 7, sublinha que o Ministério da Saú-

de, embora tenha elaborado um diploma sobre o assunto, «sonega, porém, o conhecimento do seu conteúdo».

As paralisações que são extensivas aos trabalhadores da Informática do Serviço Central e dos Centros Regionais do Norte, Centro e Sul, vêm no seguimento da «acção persistente» desses mesmos trabalhadores e dos seus sindicatos, que levou o Ministério a elaborar «um projecto de lei orgânica».

Não podem agora os sindi-

Trabalhadores

# Salários há 29 meses sem revisão

## O preço da demagogia

Se algum resultado positivo se pode assacar à política do Governo é sem dúvida o de ter conseguido — por mais de uma vez — reunir o protesto unânime das forças sociais e políticas do país.

Recordemos que foi o famigerado pacote laboral que levou a CGTP-IN e a UGT a conjugar acções de protesto cujo expoente máximo se traduziu na greve geral de 28 de Março, facto inédito na conturbada história do movimento sindical português. Mais tarde, depois de atribuladas negociações para o estabelecimento de um acordo sobre política de rendimentos e preços, em que o Conselho de Concertação Social provou à saciedade a sua vocação intrínseca para o desconcerto, estalou a história da inflação, afinal a situar-se muito para além das previsões optimistas do Governo. As críticas legítimas à incapacidade do executivo em cumprir as suas próprias metas, aliada ao descontentamento de todos os sectores que viram os magros aumentos de salários absorvidos por um aumento do custo de vida bastante superior, acentuaram o contencioso já existente e que está longe de estar sanado.

Agora, de novo as críticas generalizadas se abatem sobre o Governo de Cavaco Silva, a propósito do tão controverso plano de reforma fiscal.

Partidos políticos, sindicatos, organizações patronais — sem dúvida por motivos diversos — manifestam-se contra a referida reforma.

E uma vez mais o executivo de Cavaco Silva se desdobra em contradições para dourar a pílula amarga que pretende fazer engolir ao país.

Aquando da greve geral, disse que não houve.

Aquando da taxa de inflação, disse que não subia.

Aquando da denúncia da dupla tributação a exigir em 1989 aos portugueses, disse que era falso.

Na greve, que não houve, ameaçou os grevistas do sector público com a entrega ao patronato privado.

Na controversia sobre a inflação, que não subia, acabou por dizer que a meta dos 6% acabaria por ser alcançada, se calhar para o ano.

Na dupla tributação, que não havia, decidiu-se por um chamado «perdão», altamente selectivo.

Muitos se lembrarão ainda do ar sério e convicto com que Cavaco Silva apareceu na televisão dizendo que as propostas do PCP e do PS para o não pagamento do imposto complementar no próximo ano, dado então os contribuintes terem de pagar também o imposto único, o que representaria indiscutivelmente uma sobrecarga incomportável para a generalidade, eram pura demagogia.

Dias depois, na tal reunião de 5 de Outubro em mangas de camisa, com o ar seráfico dos grandes beneméritos, Cavaco voltou à televisão para anunciar o «perdão» do complementar aos mais pobres. Estamos em crer que devia estar à espera de um coro de agradecimentos.

Mal-agradecidos, os portugueses, através das suas organizações de classe, ergueram-se sim, mas num coro de protestos da maioria que ficou de fora de tão pequenino «perdão».

A que se juntou até, pasme-se, a voz do patronato, também ele em uníssono (CIP, CAP, CCP) contra a reforma fiscal, presente envenado que o Governo lhe faz.

Para ajudar à confusão, acresce ainda que ninguém sabe muito bem, a escassos meses de entrada em vigor do imposto único, como se vão processar os tão propalados descontos no imposto, nem quando, já que a única coisa segura e certa é que os contribuintes pagam primeiro e depois logo se vê.

É caso para dizer que se não morrermos todos de susto com os montantes a pagar, no próximo ano, teremos conseguido bater mais um dos nossos recordes de capacidade de resistência. O que será muito útil, porque a partir de 1989 entramos, a vários níveis, em período de eleições, e convém não esquecer, como tantas vezes acontece, que as demagogias se pagam caro.

Sem revisão salarial há vinte e nove meses, à semelhança do que tem sucedido noutros sectores de actividade — ainda recentemente o mesmo se passou com a panificação —, os trabalhadores não abrangidos por outras convenções colectivas de trabalho reclamam uma nova PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) para os escritórios e o comércio.

Segundo a Federação sindical dessas actividades (FEPCES), são milhares os trabalhadores nessas condições, isto é, sem salários

revisados há «mais de vinte e nove meses». Num serviço de imprensa de sexta-feira passada, aquela organização sindical (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) responsabilizava o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Penada, pela «dramática situação» vivida pelos trabalhadores sem salários revisados há mais de dois anos «em resultado da atitude do Ministério, que insistiu durante largo tempo em não proceder mais a qualquer revisão de PRTs».

Assinala a FEPCES que as PRTs são indispensáveis onde não é possível negociar outro tipo de convenções por aí não existirem organizações associativas do patronato.

É o que se tem passado por exemplo também na panificação, como ainda recentemente o «Avante!» noticiou. Mas como sucedeu, aliás, no caso citado, é agora a vez de o Ministério do Emprego e Segurança Social proceder à «constituição de uma comissão técnica», que se encarregará de «preparar a revisão da PRT dos escritórios.

No entanto, ficam ainda à

espera de uma comissão semelhante os trabalhadores do comércio, por sua vez não abrangidos por qualquer convenção colectiva sem ser a PRT.

É em vista disso que a FEPCES reclama o necessário «despacho» também para estes últimos (do comércio) afectados como os dos escritórios, para assim se desbloquearem os salários de milhares de trabalhadores, que naturalmente não podem, por sua conta, criar associações patronais onde elas não existem.

## Setúbal

# Seis mil no retalho com novo contrato

**Não chegando aos 10 por cento, mas cobrindo a taxa de inflação verificada, os mais de 6 mil trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Setúbal conseguiram através do seu Sindicato (CES-Sul) a revisão do CCTV para o sector.**

A revisão, que entra em vigor a partir de 1 de Outubro findo, estabelece um aumento da massa salarial global de 9,33 por cento para um período de doze meses.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES-Sul), com sede em Setúbal, ao chamar a atenção para os novos salários sublinha que se conseguiram os 9,33 por cento, mas não se conseguiu recuperar «nada do poder de compra perdido pelos trabalhadores nos anos transactos».

O patronato, representado nas negociações de revisão pelas associações de comerciantes do distrito, reconhece, diz o CES, «razão aos trabalhadores».

Mas, prossegue o mesmo Sindicato, o patronato «alega continuar a verificar-se uma taxa elevada de desemprego», pelo que «é baixo o poder de compra das populações».

Daí, segundo o mesmo Sindicato, deriva «a intransigência» dos patrões perante as reivindicações sindicais que atingiram naturalmente valores mais elevados do que os 9,33 por cento.

Mesmo assim, o CES-Sul obteve para as costureiras uma subida na grelha salarial; os primeiros, segundos e terceiros caixeiros passam a ganhar entre 45 e 40 mil e poucos escudos; os escriturá-

rios entre 43 750 e 45 800, de acordo com o respectivo escalão.

O acordo com as associações patronais foi concluído em 5 do corrente.

### Comparação com Espanha

O mesmo Sindicato, CES-Sul, que fez deslocar a Espanha uma delegação, revelava recentemente que um

trabalhador do comércio no país vizinho só tem que trabalhar três horas para adquirir um quilo de carne, enquanto que um português do mesmo ramo trabalhando aqui no nosso país terá que trabalhar o dobro para adquirir o mesmo produto e certamente de qualidade inferior.

Além de outras informações interessantes que divulgou recentemente sobre aquela visita, o CES-Sul adianta que a razão principal dessa diferença reside na circunstância de «os preços dos artigos alimentares, e não só, estarem equiparados aos

preços em Portugal», enquanto que os trabalhadores do comércio retalhista em supermercados da Espanha «auferem em média 65 mil pesetas mensais», com uma semana de 40 horas.

Em Portugal, segundo o CES, essa média salarial é de 39 mil escudos para uma semana de 44 horas de trabalho, no mesmo ramo e no mesmo sector.

O CES-Sul refere-se sobretudo às provincias espanholas da Andaluzia e da Estremadura, onde contactou com dirigentes sindicais espanhóis.



Comerciantes de Setúbal queixam-se do desemprego

## Trabalhadores

## Sumário sindical



**CGTP-IN** — O Conselho Nacional da CGTP enviou quinta-feira passada um telegrama de felicitações à central de sindicatos chilena (CUT) pela vitória do não a Pinochet. A Central Unitária de Trabalhadores Chilenos é felicitada também pela sua congénere portuguesa pelos «quinze anos de luta e resistência levados a cabo pelo povo e trabalhadores» do Chile, onde «em unidade — conclui o CN da CGTP-IN — os democratas chilenos saberão encontrar as formas que consubstanciarão no futuro este primeiro grande passo para o restabelecimento da democracia na pátria de Salvador Allende».

**FESTRU** — O plenário da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Ferroviários e Urbanos, também em relação à vitória do não a Pinochet, aprovou por sua vez quinta-feira passada uma moção de regozijo e saudação. No mesmo plenário de sindicatos foi repudiada a **detenção dos representantes dos trabalhadores (ORTs) da Setenave, Siderurgia Nacional e da Federação dos metalúrgicos (FSMMMP)**, quando preten-

diam ser recebidos pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, na mesma quinta-feira, dia 6.

**USA** — A União dos Sindicatos de Aveiro, organização intermédia da CGTP, ao debater recentemente o **processo de revisão constitucional**, Resolveu tornar pública uma passagem do documento que aprovou sobre o assunto e no qual se lê que a mesma revisão «não deve, nem pode, resumir-se a negociações ou acordos político-partidários restritos». Por isso considera «natural e compreensível» que os trabalhadores e os seus representantes, neste caso sindicais, acompanhem «atentamente as posições e atitudes das diversas forças políticas» sobre o caso, confiando em que «as forças democráticas derrotam as forças conservadoras», pois que o objectivo destas é «tentar nesta revisão **descharacterizar o regime democrático-constitucional vigente**», retirando «direitos e conquistas» aos trabalhadores.

**USC** — A União dos Sindicatos de Coimbra, em nota da sua Comissão Exe-

cutiva, realça a atitude dos trabalhadores da empresa **Estaco**, que proibiu recentemente a realização de um plenário no refeitório. A iniciativa em que deviam participar, e participaram, dirigentes da CGTP acabou por se realizar na rua, em frente às instalações da firma, por iniciativa dos próprios trabalhadores. Apesar de posteriormente a Inspeção-Geral do Trabalho ter contactado a administração e obtido autorização para realizar o plenário nas instalações, os trabalhadores e os dirigentes sindicais quiseram realçar o **facto de esses plenários serem legais**. Para a sua realização não deveria ser necessária qualquer iniciativa exterior à empresa, se a administração cumprisse a lei. Por isso decidiram continuar e acabar o plenário na rua.

**FESHOT** — Numa nota à Imprensa, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal acusava quinta-feira passada a UGT de poder «**de facto reclamar vitórias, mas... para o patronato hoteleiro**». A FESHOT, através da sua Comissão Executiva do Conselho Nacional, cita **sete casos de contratação colectiva** em que «a organização designada por Sindhat/UGT» se limitou a «**assinar — e não negociar**, já que isso pressuporia representatividade e força — as propostas patronais, nos casos e momentos em que o patronato precisa do argumento-travão para se furtar às reivindicações e às negociações efectivas». Os casos citados pela FESHOT são diferentes entre si, mas permitem-lhe tirar, entre outras, a conclusão que acabámos de citar. Para a direcção da FESHOT, no «plano da negociação contratual», aquela organização da UGT, para os sectores da hotelaria e turismo, caracteriza-se por: «**nunca ter discutido com**

qualquer trabalhador uma proposta de negociação contratual; nunca ter informado qualquer trabalhador da evolução das suas negociações contratuais; nunca ter discutido com qualquer trabalhador os termos da eventual conclusão das suas negociações contratuais; nunca ter submetido à apreciação dos seus associados, ou trabalhadores da hotelaria, os resultados das suas negociações contratuais». Recorde-se por exemplo que a FESHOT mantém em aberto o **processo negocial na Enatur**. O sindicato da UGT aceitou os 6,5 por cento propostos pela administração, enquanto esta se aumentava a si própria entre os 13 e 14 por cento, revela entre outros exemplos a direcção da FESHOT.

**FSMMMP** — A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal anunciou para 12 do corrente a realização de um debate nacional em Lisboa sobre «O emprego precário nos sectores da metalurgia, metalomecânica e minas». A hora da divulgação dos resultados da iniciativa da FSMMMP não nos permite incluí-los nesta edição do «Avante!».

**CESL** — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, no seguimento de iniciativas semelhantes programadas até ao próximo dia 16 de Dezembro no âmbito do «**Espaço CESL**», anunciou para amanhã, sexta-feira às 21 e 30, a «partida» do que designa por «**Descobrimientos, estórias de gentes de muitos mares**». A iniciativa integra-se no que o Sindicato designa por «participação activa» do CESL nas comemorações dos descobrimientos portugueses.



No que respeita a hotelaria e turismo, a UGT continua a assessorar os patrões

## Política fiscal

## Aumenta o consenso «anticomplementar»

Segundo a CGTP, na sequência de outras tomadas de posição sobre política fiscal, «**perante a perspectiva do imposto único foi aumentando na sociedade portuguesa o consenso anticomplementar**». A Central, que se refere evidentemente às medidas anunciadas pelo Governo nesta matéria, tornou público sexta-feira passada um comentário. Sob o título «**Pagamento do imposto complementar penaliza trabalhadores**», afirma a Central o seguinte:

«Desde há dois anos que a CGTP-IN vem reclamando a abolição da secção A deste imposto pelos seguintes motivos:

«Trata-se de um imposto que sistematicamente apenas penaliza os rendimentos dos

trabalhadores, que já estão sujeitos a um imposto directo pesado;

«Atendemos ao forte peso que os impostos indirectos têm na carga fiscal, sobretudo após a introdução do IVA, penalizando fortemente os

consumidores de baixos e médios rendimentos, esta situação de dupla tributação dos salários é ainda socialmente mais injusta;

«Até 1987, o peso da secção A do imposto complementar nas receitas públicas não era significativo (1,6% das receitas correntes);

«Aliás quando a CGTP-IN formulou esta proposta de abolição da Secção A do imposto complementar, apresentou também medidas de política fiscal que permitiriam ao Estado, pelo menos, receber receitas fiscais que compensassem a perda de receita com este imposto, designadamente, através do com-

bate à fraude e evasão fiscais, pelo alargamento de incidência fiscal a rendimentos isentos ou menos abrangidos por qualquer imposto.

«Perante a perspectiva do imposto único foi aumentando na sociedade portuguesa o consenso «**anti-complementar**».

«Foi neste contexto que o Governo sabendo que seria de difícil aceitação pela opinião pública a cobrança simultânea do imposto complementar e do que designou por IRS em 1989, aumentou brutalmente a carga fiscal do imposto complementar em 1988, através da não actualização dos escalões e das

deduções, sendo vítimas este ano, desta rapacidade fiscal muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses;

«Agora o Governo anuncia a atenuação do imposto complementar para 1989, isentando rendimentos de agregados familiares inferiores aos 1200 contos/ano. Trata-se de uma cedência do Governo, em face do protesto público que se vinha avolumando. Contudo, esta medida não responde satisfatoriamente às expectativas legítimas que existem na opinião pública e nos trabalhadores. Aliás, a manterem-se o mesmo nível de deduções e a

não actualização dos escalões, nem sequer será traduzido numa redução das receitas fiscais com este imposto em 1989, apesar do possível aumento das receitas fiscais com os novos impostos directos;

«Acréscimo que o anunciado fundo de apoio às pensões que seria constituído com as receitas do imposto complementar e do profissional a pagar em 1989, poderá constituir uma demagogia grosseira, na medida em que nada foi dito pelo Governo quanto ao volume global das transferências imprescindíveis do Orçamento do Estado para a Segurança Social.

**Trabalhadores**

# Trabalhadores da Setenave respondem ao memorando do Governo

## Reestruturar não é despedir

Os trabalhadores da Setenave provam num documento aprovado na semana passada que não há na empresa pessoal a mais, antes pelo contrário: **já seria insuficiente o actual número de trabalhadores, mesmo que os objectivos na construção e na reparação fossem os referidos no memorando da administração.** Quanto ao total de efectivos da Setenave, afirma-se que «será, sem dúvida, superior a 4 mil trabalhadores».

Os trabalhadores da Setenave respondem assim ao memorando da administração e do Governo, em que o despedimento de 2 mil pessoas surge como «a receita» para os males da empresa.

Na terça-feira, dia 4, cerca de 2 mil trabalhadores reuniram-se no refeitório 1 da Setenave; assinalaram o 13.º aniversário da nacionalização da empresa e discutiram «O contributo dos trabalhadores para a reestruturação».

Na reunião participou o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva. Estiveram ainda presentes membros das coordenadoras das CT's da CIS (Cintura Industrial de Setúbal) e da Indústria Naval, e dos organismos representativos dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, Quimigal, Lisnave, CP, Portucel e outras empresas; também estiveram na assembleia os deputados Odete Santos (PCP) e Hélio Bexiga (ID).

### O memorando e a reestruturação

Logo na «Introdução» que abre o «Contributo» se sublinha que este «deve associar-se a outros, nomeadamente os contidos no memorando da administração no respeitante a objectivos de produção nos sectores de reparação e construção naval».

Esta afirmação enquadra-se no princípio de que os trabalhadores são os primeiros interessados na reestruturação da Setenave e num conceito de relações laborais assentes no diálogo.

Concretamente, afirma-se que «a viabilidade da empresa vista em novos mol-

**des deverá suscitar um processo espontâneo de empenhamento dos trabalhadores, de todo incompatível com soluções arbitrárias que não tenham em conta o carácter negocial de relações laborais de novo tipo» e que «os trabalhadores são os primeiros interessados na reestruturação da Setenave, desde que esse processo tenha em conta um quadro em que as potencialidades da empresa sejam colocadas ao serviço da economia nacional, o que pressupõe a manutenção do estatuto de empresa nacionalizada».**

Só que isto não tem nada que ver com o que o Governo e a administração estão a praticar na empresa. Os trabalhadores comentam, a propósito, que «a metodologia que consta no memorando é por si só elucidativa: a administração da Setenave considera a redução de pessoal como um princípio básico a partir do qual vão ser consideradas as outras condições de exploração».

Para os trabalhadores este procedimento não é um erro — e a prová-lo está todo o conteúdo do memorando. No «Contributo» apontam-se alguns aspectos concretos:

— «é apresentado um quadro de pessoal e uma estrutura, mas a reorganização interna não está estudada» e «não é explícita a distribuição dos trabalhadores do estaleiro, a concretização da carteira de encomendas com a re-

dução de efectivos prevista».

— «não apresenta um plano de investimentos escalonado no tempo, com os investimentos necessários aos aumentos de produtividade que se pretende atingir»; aqui os trabalhadores denunciam especialmente a atitude dos responsáveis pelo memorando (Governo e administração) para com as novas tecnologias, ali consideradas vitais apenas a longo prazo, bem como para com a formação profissional, a aquisição de equipamentos e reposição de stocks (ameaçadas por falta de financiamento); entretanto «não são sequer estudados» no memorando os investimentos necessários à melhoria das condições de trabalho.

Tudo isto, segundo o «Contributo» dos trabalhadores da Setenave, «demonstra mais uma vez que o objectivo da reestruturação é apenas e tão só despedir trabalhadores

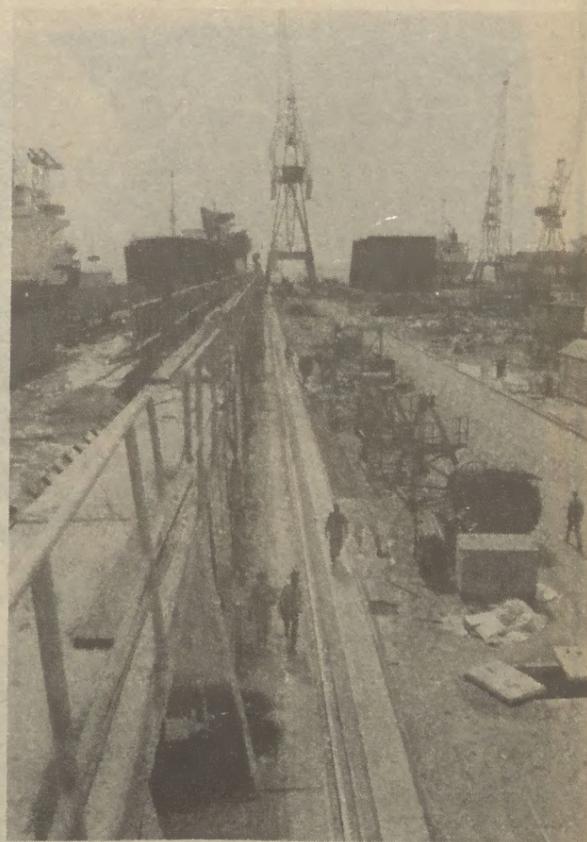
ao mais baixo preço».

Afirmando que «a viabilidade económica não se demonstra com uma mera apresentação de resultados cujo objectivo é apenas demonstrar que existem trabalhadores a mais», o «Contributo» aprovado na assembleia geral de dia 4 sublinha que «é abusivo classificar como estudo de reestruturação o memorando que nos foi entregue».

### Viabilização sem desemprego

Para os trabalhadores da Setenave a reestruturação deve ter como objectivos gerais e inseparáveis a viabilização da empresa no interesse nacional e a defesa dos postos de trabalho.

Para tal consideram necessário intervir adequadamente nas áreas financeiras, mercado, tecnologias e investimen-



tos, organização da empresa e recursos humanos; defende-se no «Contributo» — concretamente no seu 3.º capítulo, «A reestruturação necessária», que ocupa 14 das 25 páginas do documento — a elaboração de «um programa de reestruturação da Setenave que defina objectivos sectoriais, meio e acções necessárias e respectiva calendarização», sublinhando-se que em tal pro-

cesso «o diálogo aberto e responsável entre os trabalhadores e a administração assume particular importância».

«É num programa elaborado nesses moldes — afirmam os trabalhadores no «Contributo» — que deve assentar solidamente o futuro da Setenave».

Abordam-se de seguida questões de cada uma das áreas onde se considera ne-

## E quem é que produz?

No «Contributo dos trabalhadores para a reestruturação» da Setenave mostra-se que, «com o número de efectivos previstos para a produção, a administração não atinge os objectivos de mercado que se propõe».

Segundo o documento aprovado na assembleia (AGT) de dia 4, «são necessários 3632 trabalhadores para cumprir os objectivos de produção e 553 mil hHs (horas/homem) de cedências» (subempreitadas).

Isto apenas no referente à produção e aos trabalhadores que mais directamente nela estão envolvidos; «em relação aos gestores, especialistas, técnicos e administrativos e outros apoios (indirectos) — afirma o «Contributo» — só é possível uma tomada de posição com o conhecimento da afectação dos tra-

balhadores à estrutura proposta e o seu molde de funcionamento».

Mas vejamos melhor como foi obtido o número de trabalhadores necessários na Setenave para cumprir os objectivos de produção referidos no memorando da administração e do Governo.

Estes objectivos são o aumento da actividade de marketing para a reparação naval, a ligação à Lisnave para reparações navais e a construção anual de dois navios de 125 mil toneladas (ldw) cada.

Os trabalhadores considerados são os directos (executivos de produção), ou seja, os que dão ponto à obra para clientes; os indirectos (chefias indirectas), que dão ponto à obra mas não para clientes.

Os pressupostos — hHs/año, cedências, horas extra, desemprego técnico, repartição das vendas entre as divisões de reparação e de construção e o apoio — do estudo efectuado pelos trabalhadores e que está na base do «Contributo» são idênticos aos contidos no memorando.

• **Reparação** — Tendo em conta o reforço do marketing e as condições do estaleiro, considera-se para a Setenave um número de **2400 mil horas** a vender a clientes; este valor representa 55% das horas vendidas em 1987 pela Lisnave.

Para cumprir esta meta — que os trabalhadores sublinharam ser realista — seriam necessárias 2 327 600 horas normais/turno, correspondendo a **1402 trabalhadores**.

• **Construção naval** — Para a construção anual de 2 navios de 125 000 toneladas são precisas, segundo o

«Contributo», 2 871 800 horas normais/turno, a que correspondem **1730 trabalhadores**.

• **Apoio** — considerando a parte das vendas de reparação e de construção naval que cabe a esta divisão e as necessidades de conservação, são precisas 830 mil horas normais/turno, o que correspondem a **500 trabalhadores**.

Para comparar, fica aqui um quadro com a situação actual nestas divisões, a proposta da administração/Governo e a proposta dos trabalhadores. Recordamos que isto se refere apenas à produção.

Há ainda que ter em conta que quase um milhar de trabalhadores já se inscreveram para a rescisão dos contratos e estão de licença com vencimento aguardando a empresa verbas para lhes pagar as indemnizações.



Na assembleia de dia 4 na Setenave foi aprovado o «Contributo dos trabalhadores para a reestruturação»

	Situação actual	Proposta da administração	Proposta dos trabalhadores
<b>Reparação naval:</b>			
Directos (executivos de produção)	1113	933	1262
Indirectos (chefias directas)	191	?	140
Total	1304	?	1402
<b>Construção naval:</b>			
Directos (executivos de produção)	958	879	1573
Indirectos (chefias directas)	158	?	157
Total	1116	?	1730
<b>Apoio:</b>			
Directos (executivos de produção)	440	200	450
Indirectos (chefias directas)	78	?	50
Total	518	?	500
<b>Total:</b>			
Directos (executivos de produção)	2511	2012	3285
Indirectos (chefias directas)	427	?	347
Total	2938	?	3632

## Trabalhadores

cessário intervir e indicam-se propostas concretas.

A política financeira que tem sido aplicada na Setenave é seriamente criticada na análise do memorando e da situação actual da empresa. No que respeita ao saneamento financeiro, os trabalhadores entendem que ele deve «mobilizar fundos para investimentos produtivos, contribuindo para a redução de um dos défices crónicos da nossa balança de bens e serviços» (tem-se em vista o fretamento de navios que, segundo o «Contributo», custa anualmente a Portugal cerca de 700 mil milhões de dólares).

«Urge recuperar o tempo já perdido e seguir o exemplo da vizinha Espanha» — afirma-se, recordando que o governo espanhol «promove (subsidiando) a construção de navios destinados a atingir as quotas de transporte em navios nacionais estabelecidas (entre 75 e 100%)».

Por outro lado, e uma vez que se considera que o equilíbrio financeiro da Setenave depende das políticas de crédito e cambial definidas pelo Governo, defende-se «uma política financeira que subordine a área financeira às necessidades de financiamento da área produtiva».

O Governo — precisa-se ainda — «deve assumir a responsabilidade de inscrever no OE dotações (subsídios) e dar orientações à banca no sentido de canalizar para a Setenave os meios necessários à sua reestruturação e à construção de navios articulada com as necessidades nacionais».

### Mercado, investimentos, organização

No «Contributo dos trabalhadores para a reestruturação» reafirma-se a importância da renovação da frota da marinha mercante nacional na carteira de encomendas da Setenave; propõe-se mesmo a «definição, com urgência, de um programa claro e completo de construção de novos navios em articulação com a capacidade disponível nos estaleiros nacionais».

Mas, além disso, «é necessário desenvolver acções de marketing em outros mercados, designadamente o comunitário».

Para lá dos investimentos para reposição e aquisição de equipamentos e para conservação do estaleiro, os trabalhadores consideram imperiosa «a realização de investimentos em novas tecnologias e métodos de trabalho», tanto na produção (destacando o CAD/CAM — projecto e fabrico assistidos por computador), como no marketing e na gestão.

Contudo, os trabalhadores da Setenave afirmam não menosprezar os meios financeiros que é necessário mobilizar para este sector e consideram que tal obriga «à realização de estudos custo/benefício em cada área, definindo os investimentos prioritários e o seu escalonamento no tempo».

Quanto à organização da empresa — englobando aqui a organização do trabalho, os sistemas de informação e a estrutura orgânica — o «Contributo» entende que se deve «estudar um modelo de organização cuja implementação corrija os erros e as insuficiências cometidos ao longo dos anos e crie as condições necessárias à participação activa e criadora de todos os trabalhadores da Setenave».

A política de recursos humanos deve ter como objectivos prioritários — afirma-se no «Contributo» — a melhoria das condições de vida e de trabalho na empresa. Chama-se a atenção para a necessidade de «efectuar investimentos e desenvolver acções eficazes» nos domínios da saúde ocupacional, equipamentos individuais e colectivos, segurança e medicina no trabalho, formação profissional.

As últimas páginas do «Contributo dos trabalhadores para a reestruturação» são dedicadas a «demonstrar que, com o número de efectivos previstos para a produção, a administração não atinge os objectivos de mercado que se propõe». Mas este é assunto que merece destaque nestas páginas e é para essa «caixa» que remetemos o leitor.



A polícia é interlocutor privilegiado no «diálogo» de Cavaco com os trabalhadores. Os activistas sindicais e membros de ORTs da Setenave e da Siderurgia Nacional que pretenderam no dia 6 encontrar-se com o Primeiro-Ministro foram detidos e levados a tribunal de polícia

## Protestos contra a prisão

Depois de afirmar que «ao diálogo dos trabalhadores o Primeiro-Ministro responde com violência», a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval (CCCTIN) emitiu um comunicado na passada sexta-feira contra «a prisão de activistas sindicais e membros das CTs da Setenave e da Siderurgia Nacional».

A CCCTIN, que data do Barreiro o seu comunicado, acrescenta que aquela prisão junto à residência do Primeiro-Ministro «constitui um grave atentado aos direitos e liberdades dos trabalhadores».

A Coordenadora, que invoca a Constituição de Abril, «repudia veementemente» essa «atitude provocatória do Governo PSD/Cavaco Silva» e solidariza-se com a meia centena de trabalhadores detidos e postos em liberdade após julgamento em tribunal de polícia.

A mesma CCCTIN conclui o seu comunicado de 7 do corrente exortando «os trabalhadores a continuar a luta em defesa das empresas e dos postos de trabalho».

Essa atitude é indispensável para «travar os planos do Governo de entregar as empresas ao capital privado e despedir milhares de trabalhadores», diz por último a CCCTIN.

A detenção que se deu na quinta-feira, dia 6, motivou também um protesto da CGTP, que logo nesse dia veio a público sublinhar que a intervenção policial decorreu apenas de «um pedido de audiência para hoje», apresentado ao Primeiro-Ministro pelas ORTs (organizações representativas dos trabalhadores) da Setenave e da Siderurgia Nacional.

O objectivo da audiência solicitada ao chefe do Governo era apenas o de «analisar a situação daquelas

duas empresas», no sentido de se encontrarem soluções para a sua viabilização com os efectivos de pessoal actualmente existentes.

Convém recordar que o Governo pretende uma «reestruturação» da Setenave e da Siderurgia baseada sobretudo no despedimento «de dois mil trabalhadores em cada uma das empresas referidas», acrescenta a CGTP.

Recorde-se também que a Federação representativa do sector (FSMMMP) pediu audiências a membros do Governo, logo após a tomada de posse do Executivo de Cavaco, e até agora não obteve resposta.

### Julgamento hoje

Sabia-se entretanto que o julgamento dos sindicalistas detidos na esquadra de São Bento e libertados após julgamento, voltarão hoje, dia 13, a tribunal. O adiamento foi pedido pela defesa, disse um elemento do Sindicato dos Metalúrgicos.

Um porta-voz da PSP dizia entretanto à Agência Lusa que os sindicalistas tinham sido detidos por organizarem uma manifestação não autorizada.

Pelas declarações da parte sindical envolvida percebe-se claramente que não se tratava de uma manifestação não autorizada, mas sim de uma simples deslocação de representantes dos trabalhadores de que apenas parte deles pretendia avistar-se com o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, após pedido de audiência e perante uma ameaça de despedimento extremamente grave.

# Metalúrgicos reclamam aumentos salariais de 14 por cento

Aumentos salariais não inferiores a 14 por cento é uma das reivindicações principais a que o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas deu o seu acordo confirmado pelo plenário de activistas que se reuniu em Lisboa e no Porto. Os aumentos salariais reivindicados pelos metalúrgicos devem-se à «inflação verificada, à produtividade e à recuperação do poder de compra dos salários». Outros assuntos de não menor importância e actualidade foram ainda objecto das reuniões plenárias dos activistas sindicais da metalurgia e metalomecânica, no âmbito da Federação dos Sindicatos do sector (FSMMMP).

Além do apoio aos trabalhadores da Siderurgia e da Setenave (ver estas páginas), o plenário de activistas metalúrgicos, dá notícia de um debate sobre emprego precário (ver sumário sindical), e a FSMMMP numa re-

solução aprovada no mesmo plenário recorda que os representantes sindicais daquelas empresas da margem sul continuam a reclamar «o exercício do direito de serem ouvidos e obter respostas aos problemas das suas em-

presas e dos trabalhadores ao seu serviço e por elas representados».

### Do que o País precisa

Do que o nosso País precisa, no entender da Federação sindical dos metalúrgicos e, por seu intermédio, dos trabalhadores dos ramos de actividade que representa, de acordo com a resolução aprovada contra a atitude do Governo «face às ORTs da Siderurgia Nacional e da Setenave», com quatro mil postos de trabalho ameaçados, é de:

— «renovar a sua frota mercante e de pescas», mantendo e ampliando «a

capacidade produtiva instalada»;

— «produzir mais aço, porque apenas produz metade das necessidades nacionais, quando tem as maiores reservas de ferro do mundo»;

— fazer reverter para a economia nacional «a riqueza criada por essas empresas (SN e Setenave), mantendo-se «intocável a sua condição de empresas públicas».

O plenário de activistas sindicais que, no quadro da FSMMMP se reuniu em Lisboa e no Porto, nos dias 10 e 11 do corrente, manifestou «a sua activa solidariedade aos camaradas da Setenave e da Siderurgia» e considerou «indigna do Portugal de Abril» a prisão dos activistas em frente à porta da residên-

cia oficial do Primeiro-Ministro, na quinta-feira passada.

O Governo é acusado de fugir ao diálogo por processos que não são autorizados pela Constituição em vigor, nem servem os interesses nacionais.

Mas, segundo o plenário dos activistas sindicais metalúrgicos de Lisboa e Porto, o Governo sobrepõe aos interesses nacionais os das empresas multinacionais da CEE.

Quanto aos 4 mil postos de trabalho ameaçados, o plenário da FSMMMP sublinha que não só podem ser evitados os despedimentos, como até em ambas as empresas (Setenave e Siderurgia) é possível aumentar os postos de trabalho existentes.

Mas isso só seria possível, «caso se optasse por uma política de desenvolvimento», que tivesse em conta «as potencialidades, os recursos e os interesses nacionais».

Num serviço de imprensa do dia 11, a Comissão Executiva da FSMMMP que, além do aumento salarial de 14 por cento, reivindica «a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais», refere ainda «refeitórios, subsídios de refeição» e «compensação por permanência na categoria» profissional.

A essas reivindicações aprovadas já pelo Conselho Nacional, «deverão juntar-se outras que a situação existente em cada empresa justifique».

Nacional

# As eleições nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira realizaram-se no último domingo eleições para as respectivas Assembleias. Embora perdendo muitos votos, o PSD mantém a maioria nos arquipélagos. Presentes em Lisboa para participarem na reunião do Comité Central, **José Decq Mota** (Açores) e **António Casmarrinha** (Madeira), responsáveis do Partido nas Regiões, falam ao «Avante!» sobre o acto eleitoral de domingo passado. Apesar das dificuldades, as organizações do Partido não cruzam os braços e tanto nos Açores como na Madeira continuam a luta pela defesa dos interesses regionais, da autonomia constitucional, dos direitos das populações e dos trabalhadores, pelo reforço da vida democrática e da acção unitária.

## José Decq Mota:

### Política de Mota Amaral não serve a Região

A palavra para José Decq Mota:

No passado domingo, dia 9, o PSD perdeu nos Açores quase 10 000 votos e viu a sua posição eleitoral descer de 56,4% para 48,4%. De 28 deputados num total de 44 na 3.ª Legislatura, o PSD passou para 27 num total de 51 que constituirão a próxima Assembleia Regional.

Por seu lado, o PS sobe de 24,2% para 35,5% ganhando 12 000 votos e passando de 13 deputados em 44 para 22 em 51.

O CDS passa de 7,9 nas eleições de 84 para 7% em 88, perdendo um mandato (passa de 2 deputados para 1).

A CDU-Açores desce de 5,2% para 3,8% mantendo um deputado eleito, só que desta vez a eleição foi assegurada pelo círculo eleitoral da ilha das Flores e não pelo círculo eleitoral de S. Miguel.

#### 40% de abstenções

A abstenção, muito elevada, cifrou-se em 40% contra os 37% em 84.

O descontentamento crescente com a acção do Governo Regional do PSD manifestou-se claramente nestas eleições beneficiando o resultado do PS, apesar das múltiplas indefinições da proposta política dos socialistas açorianos.

Não obstante isso, o crescimento da expressão eleitoral e influência institucional das forças da oposição, a par da clara descida do PSD, significam a acentuação da consciência colectiva de que as práticas, os processos e os métodos do PSD/Açores não servem os interesses da Região.

A não confirmação do deputado da CDU eleito por S. Miguel, por falta de pouco mais de 100 votos, ficou a dever-se à transferência de votos que nessa ilha se verificou em favor do PS. Essa não confirmação, representa, porém, uma perda qualitativa que enfraquece o carácter global político dos resultados eleitorais.

#### Bipolarização

A bipolarização em torno do PSD e PS, bipolarização essa alimentada fortemente pelo presidente do Governo a

partir de certo momento, por razões de conjuntura (a possibilidade da CDU e do CDS ganharem mais deputados) e por razões estratégicas (a vontade de «eliminar» a CDU da vida política institucional), contribuiu fortemente para o resultado verificado pela CDU.

No que respeita à ilha das Flores o importante resultado verificado constitui uma estrondosa derrota do PSD e uma magnífica vitória da CDU. O PSD perde um deputado, bem como o CDS, e a CDU ganha um deputado, bem como o PS.

O crescimento espectacular da CDU de 205 votos para 640 (27%) radica-se na convergência de uma série de factores de ordem local, em relação aos quais o PCP e a CDU demonstraram ter uma capacidade de resposta permanente e firme ao longo dos anos.

#### Paulo Valadão eleito pelas Flores

A CDU nas Flores tornou-se a 2.ª força eleitoral, tendo ficado em 1.º lugar no concelho de Santa Cruz.

A eleição de Paulo Vala-

dão, membro da DORAA do PCP, médico-veterinário de 39 anos, não só corresponde à situação específica da ilha das Flores como assegurou no actual contexto político eleitoral, a representatividade parlamentar regional do PCP — sublinha Decq Mota, que conclui no breve depoimento ao «Avante!»:

«A indispensabilidade da presença de deputados eleitos pela CDU na Assembleia Regional foi assegurada. Não se tendo conseguido no entanto o reforço dessa presen-



ça que era útil ter-se obtido. Este facto permite a conclusão de que os resultados eleitorais dos Açores, nas condições existentes, fossem importantes mas incompletos,

uma vez que a força que contribuiu fortemente para a transformação do descontentamento em acção (o PCP e a CDU) não ter tido o reforço que era possível.»

## António Casmarrinha:

### Crescente descontentamento da população madeirense

António Casmarrinha começou por salientar que «os resultados eleitorais demonstraram o crescente descontentamento da população madeirense em relação à política do PPD/PSD», o que é facilmente verificável a partir de alguns factos emergentes dos resultados deste acto eleitoral, por si só ilustrativos desse descontentamento. É o caso da subida da abstenção — abstiveram-se mais 24% dos eleitores em relação ao escrutínio de 1984, correspondendo a uma quebra de 3,2 pontos percentuais — assim como da evidente queda da votação no PPD/PSD — que perdeu mais de 3 000 votos, numa «baixa» de 4,5 pontos percentuais — ou ainda da subida global das forças da oposição, quer no resultado das votações, quer no número de deputados conquistados.

«Isto tudo», frisou, «apesar de o PPD/PSD ter centrado a sua campanha na figura do presidente do Governo Regional, João Jardim, e ter utilizado desbragadamente todo o aparelho do Governo Regional e as autarquias ao serviço da sua propaganda», não hesitando em mergulhar numa autêntica «orgia» de pseudo-inaugurações e «visi-

tas», exhaustivamente cobertas pela televisão regional.

#### A propósito de alternativa

Além disso «os resultados demonstraram igualmente que, apesar da subida dos dois partidos da área democrática (PS e UDP), nenhuma força política individualmente

considerada é alternativa à hegemonia PPD/PSD na Região Autónoma da Madeira».

Quanto à CDU, «centrou a sua campanha na necessidade da criação de uma alternativa democrática válida ao PPD/PSD, ao arpejo da posição das outras forças democráticas da oposição que procuraram assumir-se, individualmente, como tal. Entretanto os resultados mostra-

ram que houve, realmente, uma opção clara do eleitorado no sentido de concretizar essa alternativa, mas indo um pouco atrás dessas propostas individuais». Deste modo «a vida demonstrou mais uma vez que a alternativa na Região tem de passar, de facto, pela unidade das forças democráticas, o que confirma a justeza das propostas da CDU».

#### Com a frontalidade de sempre!

Quanto à quebra da CDU terá de ser vista, por um lado, no quadro desta espécie de «voto útil» que ilusoriamente se fez sentir e, por outro, influenciada pela perseguição específica aos comunistas deliberada e sistematicamente executada pelo PPD/PSD — destruição de propaganda, boicotes de toda a ordem, perseguição individual de candidatos, etc — aliás boçalmente confessada pelo próprio presidente do Governo Regional, João Jardim, ao salientar no primeiro comentário aos resultados como «facto mais significativo» o dos comunistas «terem sido corridos da Assembleia Regional».

Dar-lhe-á algum «jeito», sem dúvida... Mas não se iluda. Embora em condições agora mais difíceis, os comunistas «continuarão a lutar em defesa dos interesses das populações e da Região, com a coragem e frontalidade de sempre», na certeza de que, mais cedo ou mais tarde, a democracia se há-de impor inexoravelmente a todas as demagogias, manipulações e outras «inaugurações».



Assembleia da República

Por iniciativa do PCP

# Requerida ao Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade de cinco leis fundamentais

À saída do Tribunal Constitucional os deputados do PCP falando aos jornalistas

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP entregou, terça-feira, no Tribunal Constitucional um conjunto de requerimentos solicitando junto deste órgão a inconstitucionalidade de legislação fundamental aprovada recentemente pela Assembleia da República contra o voto do PCP e, nalguns casos, apenas com o voto do PSD.

Trata-se da lei contra a Reforma Agrária, da segunda versão do «pacote» laboral da lei dita de delimitação dos sectores que abre ao grande capital sectores básicos da nossa economia, da lei contra a propaganda livre dos partidos políticos e organizações sociais e, por último, da lei de reforma fiscal que introduz e agrava várias injustiças fiscais.

Deste conjunto de cinco diplomas, relativamente aos quais foi agora requerida pelo PCP a sua inconstitucionalidade, na sequência de um recente anúncio feito pela sua direcção, destacam-se pela sua especial e particular gravidade e pela sanha que o Governo revela na sua aplicação a lei do latifúndio e a lei da abertura ao grande capital de sectores básicos.

Falando aos jornalistas após a entrega dos cinco requerimentos no Tribunal Constitucional, a delegação do Grupo Parlamentar do PCP constituída pelos camaradas João Amaral, Octávio Teixeira, José Magalhães e Lino de Carvalho informou

que havia solicitado àquele órgão de soberania a apreciação com carácter de urgência destes processos.

Justificando o pedido de urgência formulado, José Magalhães explicou que ele se prende com o facto de os diplomas em causa envolverem «gravíssimas decisões contra aspectos fundamentais do nosso regime democrático» e, bem assim, porque muitas delas «passam ainda por diplomas governamentais cuja elaboração foi autorizada».

Para os deputados comunistas, por necessidade de defesa da ordem jurídico-constitucional e até por razões de ordem processual, em causa está pois evitar

que esses diplomas autorizados sejam emanados e publicados e se decida previamente da constitucionalidade ou não das autorizações com as quais se lhes quis dar luz verde».

No texto do requerimento em que solicitam a inconstitucionalidade da Lei de Bases da Reforma Agrária, entre muitos outros fundamentos, o Grupo Parlamentar comunista destaca que o referida diploma «visa abertamente reconstituir o latifúndio e a grande exploração capitalista», liquidando para o efeito as unidades colectivas de produção e as cooperativas agrícolas de produção, invertendo assim por completo o conceito constitucional da Reforma Agrária tal qual decorre, designadamente dos artigos 9/d, 81/h, 96.º, 100.º e 102.º, número 1 da Constituição.

A autorização ao Governo para rever o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho é também inconstitucional do ponto de vista dos parlamentares comunistas, entre outras razões, porque «não participam na sua elaboração as organizações representativas dos trabalhadores». Violaram-se,



assim, diz o requerimento agora apresentado, os artigos 55.º, d) e 57.º, n.º 2, a) da Constituição.

Quanto à Lei de Delimitações de Sectores, consideram os deputados do PCP que esta «fere o conteúdo essencial do artigo 85.º, número 3 da Constituição» na medida em que, realçam «determinar a inexistência de sectores básicos industriais

vedados à iniciativa privada». No texto entregue no TC pode ainda ler-se para lá de outros fundamentos, que a referida lei «esvazia drasticamente, em termos de extensão, dimensão e relevância, o elenco dos sectores vedados circunscrevendo-o a serviços essenciais não lucrativos».

Relativamente à lei que condiciona a actividade de propaganda, o Grupo Parlamentar do PCP observa que esta veio pôr em causa gravemente o direito de livre expressão do pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio (artigo 37.º) e o direito dos partidos políticos a concorrerem para a organização e a expressão da vontade popular (artigo 10.º), bem como o direito dos cidadãos a participarem na vida pública (artigo 48.º), comprometendo o exercício eficaz dos direitos das associações e partidos políticos (estabelecidos no artigo 51.º) e permitindo a supressão de importantes meios de expressão das associações sindicais e outras organizações

dos trabalhadores (artigo 57.º e 54.º).

No requerimento relativo à Lei n.º 106/88 que cria o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) surgem por sua vez entre os fundamentos expostos que requerem a sua inconstitucionalidade a circunstância de aquela pôr «irremediavelmente em causa» a aplicação de «uma única tabela de taxas progressivas à totalidade dos rendimentos familiares», as soluções nela preconizadas não se compaginarem igualmente «com a característica da progressividade constitucionalmente imposta», não ser prosseguido o princípio da equidade, isto é, do «tratamento igual dos contribuintes com iguais níveis de rendimento» e, por último, por não só «inverter por completo o princípio do tratamento mais favorável dos rendimentos do trabalho, que decorre do texto constitucional, como fere o conteúdo essencial do próprio princípio decorrente do artigo 13 da Constituição».

## Deputados do PCP eleitos por Évora estreitam ligação com as populações

### • Balanço da actividade francamente positivo

Prosseguir a sua actividade com vista a projectar na Assembleia da República os problemas, inquietações e necessidades do distrito, procurando contribuir para o seu conhecimento, a sua resolução e a melhoria da qualidade de vida das populações, eis, em síntese, a principal linha que continuará a orientar a acção dos deputados comunistas eleitos pelo círculo de Évora.

A declaração foi feita terça-feira pelo deputado Lino de Carvalho, em Évora, no decorrer de uma conferência de imprensa destinada simultaneamente a proceder a um balanço da actividade desenvolvida pelos deputados comunistas naquele distrito durante a 1.ª sessão legislativa.

Uma actividade de grande alcance e significado como facilmente se pode depreender do elevado número de iniciativas realizadas, reveladoras sem dúvida de uma ligação estreita aos problemas das populações e da região.

São disso exemplo, como salientaram os membros da mesa composta por Lino de Carvalho e Vidigal Amaro (deputados) e António Mendes, Artur Coelho e Sofia

Coelho (membros da Comissão Distrital de Évora do PCP), as visitas efectuadas a cinco concelhos do Distrito, os 18 requerimentos apresentados ao Governo sobre variados assuntos de interesse regional e local, os sete projectos-de-lei directamente relacionados com o distrito, as intervenções no Plenário da Assembleia da República ou ainda o conjunto de propostas de verbas a incluir no Orçamento do Estado e no PIDDAC cujo valor global atingiu os 304 425 contos.

Em contraste com esta intensa actividade está entretanto a completa inacção dos dois deputados eleitos pelo PSD no mesmo círculo, os quais, segundo foi salientado, «não intervieram em nenhuma forma e em nenhum momento sobre questões específicas do distrito de Évora».

Enunciando algumas das principais direcções de trabalho futuro, Lino de Carvalho chamou a atenção para o contacto estreito com as populações como sendo uma questão prioritária, informando ainda que irão prosseguir

os requerimentos, as perguntas ao Governo e iniciativas legislativas (a preservação e defesa da genuidade dos tapetes de Arraiolos e a protecção dos artesãos e da indústria constitui uma das primeiras cuja elaboração se encontra já em adiantada

fase) e bem assim as reuniões com os Municípios do Distrito, com o movimento sindical e com outras estruturas representativas de interesses económicos, sociais e culturais no âmbito da discussão do próximo Orçamento do Estado e do PIDDAC.

## Sobre o imposto complementar

A propósito das mais recentes decisões do Governo em matéria de imposto complementar a SIP do PCP emitiu o seguinte comunicado:

1. Antes do mais importa recordar que a medida agora anunciada pelo Primeiro-Ministro relativa a um muito limitado perdão do imposto complementar a pagar em 1989, aparece após a recusa pelo Governo e pelo PSD de aceitarem uma proposta de perdão apresentada em Junho pelo PCP quando da discussão e votação da «reforma fiscal» e após o PCP ter apresentado, há uma semana, um projecto de lei no mesmo sentido.

Isto é, a medida agora

anunciada não decorre da vontade originária do Governo, antes resulta de uma tentativa de evitar que o projecto de lei do PCP (ou o projecto de um qualquer partido da oposição) de efectivo perdão do imposto complementar em 1989 venha a ser aprovado pela Assembleia da República.

2. Por outro lado, o âmbito da medida governamental é extremamente limitado, sendo bastante reduzido o número de portugueses que dele beneficiará. E muito mais reduzido será se, no Próximo Orçamento de Estado, não forem significativamente alterados os limites de deduções e os escalões do

imposto complementar. A verdade é que a grande maioria dos contribuintes continua sujeita a um duplo pagamento de impostos em 1989.

3. É com um espantoso descaramento que o Governo pretende apresentar-se neste momento como um defensor da «justiça fiscal». Precisamente no momento em que a generalidade dos portugueses sente um forte aumento da carga fiscal quer em imposto complementar quer em IVA. No momento em que o Governo cria um IRS que irá agravar a tributação sobre os rendimentos e as mais-valias especulativas de capital. No preciso momento em que, face ao es-

trondoso falhanço das metas da inflação, os trabalhadores portugueses registam uma diminuição dos salários reais, e o Governo se recusa a tomar medidas correctoras dessa situação.

4. Foi justo que o PCP tivesse, logo em Junho, tomado a iniciativa de combater o duplo pagamento de impostos em 1989 pois obrigou o Governo — mesmo a reboque e com efeitos muito limitados — a ter em conta medidas e a aceitar aquilo que ainda há pouco negava.

Continua a ser justo que o PCP mantenha a exigência de que o âmbito de perdão fiscal seja mais lato do que o do Governo.

PCP

## SETÚBAL Um exemplo...



A preparação do XII Congresso do Partido está a ser encarada em várias organizações como mais uma oportunidade para

dinamizar as tarefas e o trabalho organizativo dentro do Partido. O exemplo que aqui deixamos vem de Setúbal. E é a SIP/DORS que o comenta:

Um cartaz não surge por surgir, é antes o resultado lógico do desenvolvimento de determinada acção. O cartaz não empurra, ajuda, isso sim, a consolidar objectivos traçados e a divulgá-los. Por estas razões, a ORS resolveu editar um cartaz em que apela a todos os seus membros para que tenham a quota em dia.

Não impõe, antes completa um trabalho que já se vinha a realizar nas organizações. Trabalho que adquire, neste momento de preparação do XII Congresso, um maior dinamismo e um maior empenhamento. O cartaz divulga isso mesmo. A determinação de todos para que o Congresso seja um êxito.

Um êxito que não terminará a 4 de Dezembro, mas que prosseguirá ao fazer o PCP mais forte. Todos sabemos: a democracia precisa do PCP.

## Vigo

### Encontro DORM-PCP da Galiza

Realizou-se no passado dia 5 de Outubro, em Vigo, um encontro entre delegações da Organização Regional do Minho do PCP e do Partido Comunista da Galiza, inserido no quadro das relações de amizade existentes entre o PCP e o Partido Comunista de Espanha (de que o POG é parte integrante).

A delegação da ORM do PCP foi dirigida por Henrique Sousa, do Comité Central e do Secretariado da DORM do PCP, integrando ainda Branca de Carvalho, igualmente do CC e do Secretariado da DORM, Maurício de Sousa, vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo e da DORM, e Oscar Jordão Pires, colaborador da DORM.

A delegação do Partido Comunista da Galiza foi dirigida por Anxel Guerreiro, secretário-geral do POG e membro da Comissão Política do PCE, e constituída por Manuel Villares e José Maria Mouselos, do Secretariado do CC, e por Xosé Outes e Manuel Costas, do Secretariado da Organização de Vigo daquele partido.

Esta reunião contribuiu para o aprofundamento dos laços de cooperação e solidariedade internacionalista entre as duas organizações partidárias e possibilitou o exame comum de problemas decorrentes das relações regionais entre o Minho e a Galiza, bem como a troca de informações sobre a situação política vivida nas respectivas regiões e países.

### Camaradas Falecidos

#### Florinda Pinote

Faleceu recentemente a nossa camarada **Florinda Charneca Pinote**, de 67 anos, organizada na freguesia de Paço d'Arcos e residente em Caxias, região de Lisboa.

rela Gomes, irmãos, de 37 e 40 anos, respectivamente. Naturais de Lisboa, residiam na Póvoa de Santo Adrião e eram membros do Partido desde 1976.

#### Manuel Luís Silva Belezza

**José Flausino Canavilhas**  
**Simão Joaquim V. Teles**

#### Rogério e Jorge Varela Gomes

Nos últimos dias de Setembro perderam a vida em acidente de viação Rogério Varela Gomes e Jorge Va-

Como foi noticiado na imprensa, ocorreu há dias na

recta da Benedita (Alcobaca), na EN n.º 1, um brutal acidente de viação que provocou a morte de oito pessoas e ainda seis feridos ligeiros. Entre os falecidos contam-se três militantes comunistas, membros da célula da empresa «Mevil»: Manuel Luís Silva Belezza, José Flausino Canavilhas e Simão Joaquim Vizinha Teles.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

#### Romagem à campa de Gabriel Gomes

Com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do Partido e director do «Avante!», realizou-se no próximo domingo, às 10 e 30 horas, para o cemitério da Ajuda, em Lisboa, uma romagem à campa do camarada Gabriel Gomes.

## Homenagem ao democrata Otilio Figueiredo

A DORT (Direcção Regional de Trás-os-Montes) do PCP, ao tomar conhecimento da morte do prestigiado democrata antifascista, escritor e médico, dr. Otilio Figueiredo, apresenta as mais sentidas condolências à família.

«Nós que tivemos orgulho e a honra de contar com a sua participação em tantas jornadas de luta pelo 25 de Abril, não podemos deixar de manifestar uma imensa tristeza», sublinha a DORT.

Terra

## O alerta vem de Vila Real e Chaves Situação dramática na agricultura transmontana

### • Vinho e batata: quebras de 70 a 100 por cento!

«Já lá vai aproximadamente meio ano e o Governo e os serviços oficiais ainda não mexeram uma palha para acudir à dramática e aflitiva situação dos agricultores.»

São palavras simples, mas significativas dos agricultores transmontanos. Reuniões recentemente efectuadas em Vila Real e em Chaves aprovaram por unanimidade um documento dirigido ao ministro da Agricultura, à Comissão da Agricultura da Assembleia da República, ao governador civil de Vila Real e à Direcção Regional do MAPA/Mirandela. Neste documento, também divulgado aos órgãos de Comunicação Social, as Ligas de Agricultores de Vila Real e de Chaves alertam para a gravidade da situação em que se encontra a lavoura nesta região do País, especialmente no tocante à batata e ao vinho.

#### Quebras terríveis

Com a data de 6 de Outubro, o documento a que aludimos começa por referir:

«Nas reuniões já efectuadas em Vila Real e Chaves, com a participação massiva de agricultores e representantes de órgãos autárquicos, não só se confirmaram as previsões avançadas ainda no rescaldo dos temporais nas principais culturas (vinho, batata, cereais, azeite e feijões), como ainda há a registar uma quebra na ordem de 80 a 100 por cento em várias freguesias transmontanas no que concerne à batata e ao vinho.

«A título de exemplo», prossegue o documento, «basta referir que só nos concelhos de Vila Real e Chaves, em 33 freguesias vinícolas já recenseadas, a quebra ronda os 95 a 100 por cento. Muitos são os viticultores que este ano nem o tradicional cacho de uvas têm para pendurar.»

Muitos produtores de vinho dos concelhos do distrito de Vila Real estão a viver uma situação dramática



Dramática é também, como já referimos, a situação da batata. «Numa análise recentemente efectuada em 40 freguesias daqueles concelhos, as quebras ascendem a 70 e 80 por cento», revelam as Ligas.

#### Calamidade

Lembrando o que se passou desde os primeiros sintomas deste grave problema social e económico da região transmontana, as Ligas de

Vila Real e Chaves comentam a dado passo:

«Ainda se via a dor espantada no rosto de muitos agricultores e já o Governo, através dos seus ministros, se apressava em múltiplas reuniões, conferências na televisão, na rádio e nos jornais, prometendo mundos e fundos; todavia, vieram as férias e os mesmos senhores foram banhar-se, esqueceram-se das promessas feitas e esqueceram-se também que para muitos milhares de agri-

cultores este ano não vai haver S. Miguel...»

«Mais uma vez ficou provado que foi inteiramente justa a nossa reclamação ao exigir dos serviços oficiais o levantamento dos prejuízos. Tal não aconteceu. O sr. ministro da Agricultura errou.

«Errou, porque neste momento os serviços oficiais não possuem nenhuns dados minimamente creíveis, que possam avaliar em justiça os prejuízos verificados, o que é, no mínimo, francamente ridículo e inadmissível.

«Errou (e contribuiu para uma grave e errada decisão governamental), ao apresentar o seu relatório em Conselho de Ministros, não tendo este considerado o subsídio a fundo perdido, conforme era e é a reclamação da agricultura portuguesa, em virtude do referido relatório não-ser suficientemente "justificativo"... Pois se não houve a avaliação dos prejuízos no local, que dados foram lançados para a mesa?»



Situação gravíssima na lavoura transmontana com: impressionantes as quebras na produção da batata. As Ligas de Agricultores de Vila Real e Chaves lançam de novo o alerta. O Governo continua a ser acusado de tomar medidas atrasadas e insuficientes

#### Medidas do Governo insuficientes

As medidas anunciadas recentemente pelo Governo são manifestamente insuficientes, inadequadas à situação, acentuam ainda mais a descapitalização da agricultura — em suma não colhem as justas reclamações formuladas por milhares de agricultores e suas organizações, sublinha o documento, que refere mais adiante:

«1.º — O que se anuncia é uma linha de crédito especial e não contempla nenhum

subsídio a fundo perdido;

«2.º — Quanto à linha de crédito, para além de limitar o acesso a 3 ou 4 actividades agrícolas, deixando de fora muitas outras sem direito ao mesmo, não prevê nenhum período de carência, estabelece um prazo de pagamento de seis anos e amortizável anualmente, com uma taxa de juro variável, etc.

«Estas não são, sr. ministro, as medidas necessárias ao esforço e à modernização da agricultura portuguesa que nós já formulamos em anteriores documentos e outras que apenas poderão financiar

projectos de grandes proprietários absentistas e especuladores e não os pequenos e médios agricultores que hoje mais do que nunca estão numa situação verdadeiramente penosa.»

#### Reclamações

«Face à gravidade dos problemas agrícolas — conclui o texto que temos vindo a citar — renovamos algumas das reclamações por nós já formuladas em anteriores documentos e outras que nos parecem mais ade-

quadas:

1.º — Reclamar do Governo a reconsideração quanto a um subsídio a fundo perdido, tendo por base a dimensão dos prejuízos e das culturas afectadas;

2.º — A rápida implementação da linha de crédito altamente bonificada com um período de carência suficientemente longo e amortizável num prazo nunca inferior a 10 anos;

3.º — Garantir o escoamento do cereal por parte da EPAC, que ultimamente se tem recusado em recebê-lo no seu silo de Chaves.»

### Poder Local

## 6.ª Seixaliada

# Desporto e fraternidade numa iniciativa com 10 000 participantes

Organizado pela Câmara Municipal do Seixal, em colaboração com as Juntas de

Freguesia, colectividades e outras estruturas locais, teve lugar no passado sábado o

festival de abertura da VI Seixaliada — Jogos Concelhos do Seixal — com palco montado no Estádio da Medideira, na Amora.

Uma festa bonita com o desfile das colectividades que durante 20 dias animam todos os recintos desportivos da «zona siderúrgica» através dos seus milhares de jovens na prática de 23 modalidades desportivas desde o andebol ao xadrez, do basquetebol ao ténis de mesa, do atletismo à pesca, da canoagem à natação, da ginástica ao karaté, etc.

Eufrázio Filipe (presidente da autarquia), Joaquim Oliveira (presidente da Assembleia Municipal), António Matos (vereador do Pelouro de Desporto) e restantes membros do executivo camarário assistiram à alegre movimentação que evoluiu no alinhado do relvado do Parque Amorense com a Banda da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, a Fanfara da Associação dos Bombeiros Voluntários do Seixal a abrilhantarem musicalmente um espectáculo em que o colorido era transmitido pelas bonitas e graciosas majoretas do Ginásio Clube de Corroios.

Nas bancadas (repletas) a expressão da generalizada adesão popular à maior manifestação de desporto popu-

lar que se realiza no nosso país.

A jovem Helena António teve o privilégio de transportar o facho e atear a pira. A «Seixaliada» começou e a festa prosseguirá até ao próximo dia 23 com dez mil atletas em constante evolução por todo o concelho.

Naturalmente que o êxito desta Viedição da Seixaliada está assegurado através da inscrição de dez mil jovens (e alguns já a entrar na 3.ª idade) que a partir do passado domingo começaram a animar os diversos recintos desportivos do concelho desde Miratejo a Paio Pires, sendo digno de realce a prova de corridas sobre rodas organi-

zada pela Associação Portuguesa de Deficientes (haverá provas diárias até ao dia 23), basquetebol, domínio, natação e futebol de salão (nesta modalidade também haverá evolução diária).

Para que se tenha uma ideia quanto à importância deste notável acontecimento desportivo e cultural, atente-se ao número de participantes nas anteriores cinco edições: 1982 (1370 atletas), 1983 (4370 atletas), 1984 (9042 atletas), 1985 (11427 atletas) e 1987 (9426) — a diminuição deve-se ao facto de não ter havido futebol de salão.

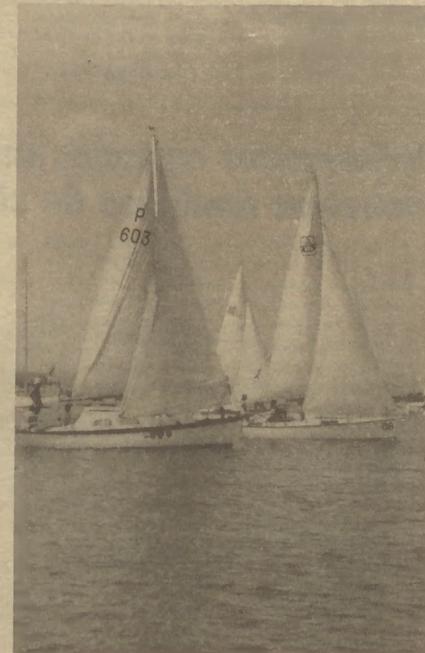
A grande Festa do Desporto no Seixal aí está!

## Proposta de elevação de Alverca a cidade

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira propôs, em reunião da Assembleia Municipal que se realizou no Forte da Casa no dia 7, a passagem de Alverca do Ribatejo a cidade e do Forte da Casa a vila.

Ambas as propostas foram aprovadas pelos membros participantes.

Para além destas duas propostas, foram também aprovadas na mesma reunião planos de reconversão de loteamentos clandestinos do concelho e um plano de alteração do regulamento de trânsito da freguesia de Vialonga, entre outras propostas.



Uma bela imagem da 5.ª Seixaliada (Outubro de 1987)

# Uma economia à deriva um timoneiro incompetente

■ Octávio Teixeira

1. Uma nota do PCP emitida na passada semana sobre a evolução da economia nacional referia que estávamos perante uma **economia à deriva**. É uma expressão que retrata exactamente a situação actual. A economia nacional é como que um barco sem timoneiro que vagueia ao sabor das ondas. Bem se pode dizer que quando a ondulação predominante vem da evolução favorável da conjuntura externa o barco afasta-se para o mar alto; quando os ventos amainam um pouco, embora ainda dentro dessa orientação predominante, o barco despenha-se contra os rochedos da costa. O timoneiro, o Governo de Cavaco Silva, tem-se mostrado totalmente incompetente para segurar o navio num rumo certo e predefinido, aproveitando da melhor forma os ventos quando estes são favoráveis, controlando a rota quando os ventos abrandam.

É precisamente essa a situação que nos mostram as previsões da evolução da economia em 1988, recentemente apresentadas pelo Governo ao Conselho Nacional do Plano, quando são confrontadas com as previsões que o mesmo Governo fazia em Dezembro do ano passado. A nível macroeconómico, apenas um dos valores se aproxima nas duas previsões. Exactamente a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais: 3,75% na previsão de Dezembro/87, 4% na previsão actual. Mas ainda aqui a situação pode caracterizar-se, sem qualquer exagero, pela conhecida expressão: «qualquer semelhança com a realidade é pura coincidência!» Repare-

-se, para o confirmar, nos desvios relativos, em termos reais, verificados nas principais componentes que conduzem ao PIB: o consumo apresenta um desvio de 50% em relação às previsões iniciais e o investimento bruto um desvio de cerca de 70%; as importações de bens e serviços aumentaram a uma taxa dupla da inicialmente prevista e a taxa de inflação regista uma derrapagem de mais de 50%! É certo que as previsões iniciais só por mero acaso vêm a coincidir exactamente com os resultados efectivos. Há sempre desvios. Mas diferenças desta ordem de grandeza nada têm a ver com desvios: **é o mais completo atestado da incompetência do Governo para definir um rumo e para controlar as variáveis fundamentais da economia.**

Deste total desacerto do Governo na condução da economia nacional, dois aspectos há que, pelo seu significado e importância para o presente e futuro da evolução económica do País, importa ressaltar.

## 2. De novo os défices da Balança de Transacções Correntes

Por um lado a evolução das contas externas. O aumento das importações, em volume, a uma taxa três vezes superior à evolução do Produto Interno, é não só uma situação insustentável a médio prazo, como mostra que a estrutura produtiva nacional é, cada vez mais, incapaz de corresponder às necessidades de desenvolvimento do País, que a economia nacional prossegue aceleradamente o caminho do agravamento da sua dependência externa.

Simultaneamente, a evolução do aumento das importações, em volume, a uma taxa dupla da evolução das exportações, significa um cada vez maior défice da balança comercial. E note-se que este novo agravamento do défice comercial, a acrescer ao agravamento brutal registado em 1987, se regista apesar de o preço do petróleo bruto, em escudos, estar em 1988 abaixo do registado no ano anterior (e é bem conhecido o peso das importações de petróleo nas nossas importações). E os resultados desta evolução, nefasta para a economia nacional, estão à vista: o regresso ao ciclo dos défices da Balança de Transacções Correntes (BTC)! O Governo prevê, agora e para este ano, um défice de 16 milhões de contos, depois de três anos de saldos positivos. Isto é, durante os últimos anos, as receitas de turismo e as transferências unilaterais (nomeadamente as remessas de emigrantes) foram sendo superiores ao défice da balança comercial, permitindo um excedente na BTC. Mas em 1988, face ao novo aumento do défice comercial, e apesar de as receitas de turismo e das transferências unilaterais terem continuado a crescer (pelo menos mais 100 milhões de contos), a verdade é que se mostram já incapazes de tapar o buraco da balança comercial. É, de novo, a ameaça das medidas restritivas (o aumento das taxas de juro já «decretado» e a degradação dos salários reais já em curso) e de novo a ameaça do aumento líquido da dívida externa. É de novo a ameaça da política do «pára e arranca», da política do apertar do cinto para os trabalhadores.

## 3. A degradação das condições de vida dos trabalhadores

Por outro lado, salienta ainda o documento a que nos temos vindo a reportar, o Governo já obrigou a reconhecer, nas «Grandes Opções» que a taxa de inflação em 1988 será idêntica à do ano anterior o que significa que será superior em 50 por cento à sua previsão.

Na sua nota aos órgãos de comunicação social a SIP do PCP chama igualmente a atenção para a circunstância de o Governo já não conseguir continuar a esconder que «se assiste a uma nova diminuição da participação dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional», pese embora o novo aumento verificado na produtividade global do trabalho.

«Em face dos actuais resultados e do que estes indicam no comportamento futuro da economia — sublinha por último a SIP — é necessária e urgente uma nova política que corrija as mais graves injustiças sociais, que reduza as vulnerabilidades da economia portuguesa e melhore a sua participação na divisão internacional do trabalho».

do PCP. Recordem-se, por exemplo, os ridículos aumentos salariais impostos na Função Pública e nos Transportes. E, entretanto, os lucros continuam a aumentar a taxas fabulosas, como é facilmente constatável pela leitura dos Balanços e Contas para o 1.º semestre das empresas privadas, que têm sido publicados em diversos semanários. Aliás, Portugal será hoje, provavelmente, o país da CEE em que são mais elevadas as taxas de lucro. E é certamente o aumento dos lucros a principal componente da taxa de inflação, no presente momento, no nosso país.

Elevadas margens de lucro a que se juntam crescentes subsídios orçamentais e benefícios fiscais para as grandes empresas privadas.

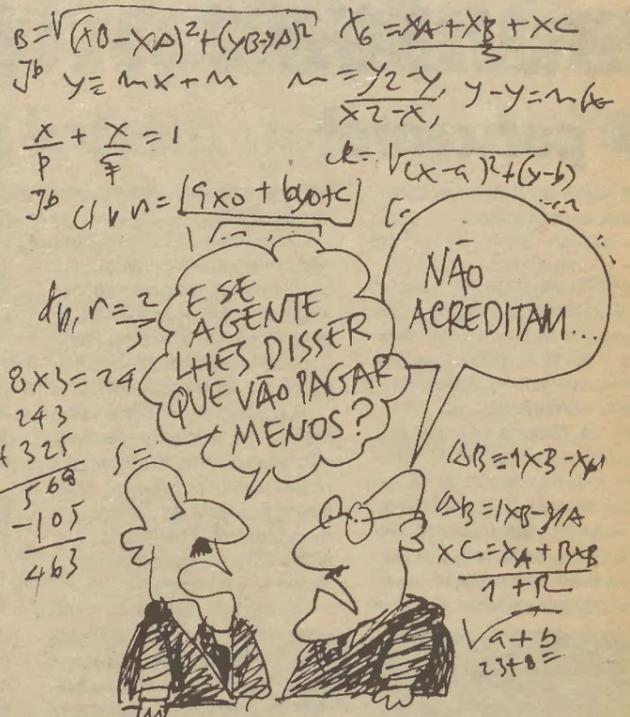
Diminuição dos salários reais para os trabalhadores, agravada com o aumento da carga fiscal, quer em imposto complementar quer em IVA.

Nova diminuição da participação da massa salarial na distribuição do Rendimento Nacional (participação tão baixa que só tem paralelo em países do Terceiro Mundo) e aumento crescente da participação dos lucros.

## 4. Duplo pagamento de impostos em 1989 — A demagogia de Cavaco

Em aparente contradição com esta política do Governo contra o nível de vida dos trabalhadores (que os próprios «números» oficiais confirmam), Cavaco Silva veio há dias proclamar que o Governo havia decidido uma liberalidade a favor dos trabalhadores: seria perdoado o imposto complementar, em 1989, a quem tenha de pagar até 12 contos. É uma múltipla demagogia do Governo.

Em primeiro lugar, o Governo escamoteia que essa medida foi tomada «a reboque» e com um objectivo negativo. De facto, já em 13 de Julho, o PCP apresentou na



Assembleia da República uma proposta com vista ao perdão do imposto complementar em 1989, para evitar que os rendimentos do trabalho sejam sujeitos no próximo ano a um duplo pagamento: o imposto complementar relativo ao ano corrente e o novo imposto sobre o rendimento relativo ao próprio ano de 1989. Proposta esta que então foi recusada pelo PSD e pelo Governo, e que há cerca de 15 dias o PCP retomou sob a forma de Projecto de Lei. Ora, a medida que o Governo agora anunciou (e que, aliás, tem de ser aprovada na Assembleia da República), visa evitar que o Projecto de Lei do PCP (ou outro idêntico de qualquer outro partido da oposição), de efectivo perdão do imposto complementar, venha a ser aprovado.

Demagogia, ainda, quando o Governo anuncia que o imposto será perdoado a quem tiver rendimentos até 1200 contos. Mas Cavaco Silva esquece que, ele próprio, ainda há poucos meses, dizia que até rendimentos de 800 contos ninguém paga imposto

complementar? Isto é, afinal o âmbito da medida governamental é extremamente limitado, sendo bastante reduzido o número de trabalhadores que dele beneficiará. A verdade cristalina é que, com essa medida, a maioria dos trabalhadores e famílias portuguesas continuará sujeita, em 1989, a um duplo pagamento de impostos.

Demagogia acrescida quando o Governo se pretende apresentar como um defensor da justiça fiscal e dos trabalhadores de menores recursos, precisamente quando, por acção directa do Governo, são factos indesmentíveis o aumento da carga fiscal que incide sobre todos os trabalhadores e outras camadas da população e a diminuição dos salários reais, e para cuja correcção o Governo reiteradamente se recusa a tomar medidas.

5. Em suma, a evolução recente mostra que este Governo é fundamentalmente um desgoverno para o País e os trabalhadores. Só o grande capital pode estar satisfeito com a sua actuação.

## Nota da SIP

«As últimas previsões oficiais do Governo nas «Grandes Opções do Plano» para 1989 sobre a evolução da economia em 1988 vem confirmar que estamos perante uma economia à deriva», afirma em nota dirigida à imprensa a SIP do PCP.

Explicitando melhor o seu ponto de vista, recorda a SIP que ainda no primeiro semestre do ano em curso o Governo garantia uma balança de transacções correntes (BTC) positiva para agora anunciar — facto indesmentível do fracasso da sua política — que afinal o BTC terá um défice de 110 milhões de dólares. «É a confissão de que entramos de novo no ciclo dos défices — acentua o texto —, e isto apesar do acréscimo das receitas do turismo, dos fundos da CEE e das significativas quebras já durante este ano do preço do petróleo».

Na origem deste agravamento, segundo a nota emitida pela SIP, encontra-se o «acentuado aumento das importações de bens e serviços cuja evolução em volume o Governo admite agora ser superior ao dobro da sua previsão inicial».

## Reformados agrícolas de Évora debatem condições de vida

As condições de vida, a saúde e as pensões dos trabalhadores reformados da agricultura vão estar na próxima segunda-feira, dia 17, em debate. Trata-se do 11.º Encontro de Reformados da Agricultura do Distri-

to de Évora, uma iniciativa do Sindicato Agrícola que contará com a presença de cerca de mil trabalhadores agrícolas actualmente na situação de reforma.

Com o início dos trabalhos previsto para as 10 ho-

ras, no Teatro Curvo Semeado, em Montemor-o-Novo, este Encontro culmina mais de 100 reuniões preparatórias iniciadas há um mês no decorrer das quais se procedeu à eleição dos delegados e à discussão dos temas propostos a debate.



# O Alentejo tem recursos e soluções para o desenvolvimento da agricultura

• **concluiu Encontro realizado em Évora**

«A política agrícola do Governo e a ausência de sentido nacional nas negociações com a CEE corre o risco de levar o Alentejo para uma situação de desertificação; O Alentejo tem recursos e potencialidades suficientes para desenvolver a agricultura e contribuir decisivamente para o aumento da produção agrícola nacional e a redução da dependência alimentar externa do País; A economia latifundiária tem sido a responsável pelos fracos índices de desenvolvimento, pelo despovoamento e a emigração na região; A Reforma Agrária é condição necessária para o desenvolvimento da agricultura e a dinamização de toda a economia do Alentejo».

Estas foram algumas das principais ideias que percorreram as nove comunicações e debates subsequentes que no passado sábado levaram ao quinhentista Palácio D. Manuel, em Évora, cerca de 300 participantes de diferentes áreas profissionais e sociais e de diversos quadran-

tes de pensamento, mas todos de acordo em que é necessário e possível fazer convergir esforços pelo futuro do Alentejo e da sua agricultura.

«Agricultura no Alentejo: que soluções para o Desenvolvimento?» foi o tema desta iniciativa que contando desde o início com o total empenhamento da Câmara Municipal de Évora foi levada para a frente por uma Comissão Promotora com mais de 60 nomes do distrito, incluindo comunistas, socialistas, renovadores, democratas do MDP/CDE, independentes e constituída por eleitos do poder local, dirigentes sindicais, trabalhadores e técnicos agrícolas, agricultores, sociólogos, historiadores, engenheiros, economistas, advogados, docentes da Universidade de Évora, etc.

Dividido em três painéis com temas que iam desde a história da evolução das estruturas fundiárias até ao desenvolvimento agrícola necessário para o Alentejo pas-



Preocupados com actuais tendências para o despovoamento e a desertificação do Alentejo, perto de três centenas de cidadãos encontraram-se em Évora para reflectir sobre as soluções e modelos de desenvolvimento para a agricultura desta vasta região

sando pela análise das consequências da integração comunitária e da lei do latifúndio, esta iniciativa teve uma importante virtualidade: foi um ponto de encontro, de debate e de convergência de opiniões de dezenas de pessoas de diferentes sectores e formação política, que pela primeira vez de há anos a esta parte, se disponibilizaram para reflectir em conjunto sobre a agricultura alentejana e o seu futuro.

Os consensos registados em torno da análise da situação actual e dos perigos que pairam sobre a agricultura do Alentejo e, em particular, sobre a Reforma Agrária fazem prever a possibilidade real de novas iniciativas com o crescente contributo de variados sectores de opinião.

## A palavra aos participantes

«A agricultura no Alentejo está, neste momento, profundamente ameaçada pelo abandono da produção, pelo êxodo dos agricultores e dos trabalhadores do campo, pelas perspectivas sombrias de desertificação do Alentejo, pelo protelamento da regionalização.»

(Abílio Fernandes, presidente da CM Évora)

«Tudo começou com a reconquista. De 1166 a 1267 a violência e a força andaram à solta no Alentejo. O Rei reservava para si um quinto das terras conquistadas pela presúria e as ordens religioso-militares que tiveram grande intervenção na expansão ficaram também com as melhores terras, sobretudo as ordens de Avis, de Santiago e do Hospital.»

(António Borges Coelho - Historiador)

«Os latifúndios que chegaram aos nossos dias formaram-se, no geral, a partir de 1834, como resultado da vitória da revolução liberal e da expropriação das terras das ordens religiosas vendidas em hasta pública. Como

disse Almeida Garrett, "o barão papou o frade".»

(António Borges Coelho - Historiador)

«Três conclusões se podem tirar da História: o Alentejo não é pobre nem foi sempre o parente pobre do País; o conservadorismo e a resistência dos grandes proprietários ao progresso e às novas tecnologias; a força precedeu sempre o direito na conquista da terra.»

(António Borges Coelho - Historiador)

«Face ao risco de subversão da sociedade democrática, no Sul e no Norte do País, que a dinâmica da concentração capitalista da propriedade fundiária, com o regresso às relações latifundiárias, traz consigo, em último ponto de reflexão tem que ver com as estruturas sociais de resistência a tal destruição e a tal risco. E aí haverá que pensar que um dos mais extraordinários factos da resistência e da luta... foi a criação de um colectivo de gestão para as terras intervencionadas pela Reforma Agrária.»

(Carlos Silva, Eng.º Agrónomo e investigador)

«A Constituição tem uma lógica, a reacção tem outra. Por isso a reacção impôs uma nova lei da Reforma Agrária que é o contrário da Constituição.»

(Orlando Carvalho, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra)

«A Reforma Agrária criou condições para que houvesse emprego certo no local de residência do trabalhador, melhorou mesmo os problemas de saúde.

O Alentejo não tem atracção migratória e é a única região do País para a qual estudos recentes prevêm um crescimento demográfico negativo no final do século. A nova lei da Reforma Agrária e a destruição desta vem agravar essa tendência.»

(Oliveira Baptista - Professor do Instituto Superior de Agronomia)

«O Alentejo está ameaçado de rotura económica e social, não só pelo atraso e pela concorrência desigual da comunidade mas também e, sobretudo, pelas políticas desenvolvidas exclusivamente em função da reconstituição

da propriedade latifundiária, da expansão das grandes empresas capitalistas agrícolas e da subordinação do sector agrícola aos interesses e estratégias monopolistas do grande comércio e indústria.»

(Rogério Brito - Deputado do PCP)

«O perigo subjacente desta política agrícola... e o da total ou parcial substituição por florestas das zonas de cerealicultura (e de outros produtos eventualmente concorrentes com os da CEE) como, aliás, se acha consignado em diversa documentação e nas directrizes mais recentes da Comunidade.»

(Blasco Hugo Fernandes - Eng.º Agrónomo)

«Devemos desenvolver sistemas culturais próprios e não procedermos à importação de sistemas desadequados e desequilibrados para o nosso meio como nos têm vindo a impor os grandes interesses da CEE.»

(Arg. Ribeiro Teles, Professor da Universidade de Évora)

«Não é fatal que no Alentejo tenhamos de caminhar para um processo de desertificação como aponta a política agrícola do Governo.

O Alentejo tem recursos e capacidades produtivas suficientes para definir e desencadear uma estratégia de produção que leva a um aumento, intensificação e diversificação das produtividades e produções criando condições para a criação de emprego, melhoria das condições de vida e fixação das populações.

Essa possibilidade existe com a Reforma Agrária através da qual têm de passar as soluções estruturais, estáveis e credíveis que garantam um futuro próspero à agricultura alentejana e a todos os que trabalham a terra.»

(Lino de Carvalho - Deputado do PCP)

### Temas em debate

Painel I — «Para a história da evolução das estruturas fundiárias; as novas unidades de produção; o associativismo e a transformação da economia do latifúndio.»

- Prof. António Borges Coelho (historiador)
- Eng.º Carlos Silva (investigador)

Painel II — «O quadro constitucional sobre a posse e uso da terra, a Lei de Bases da Reforma Agrária, a Integração Comunitária e os seus impactos na agricultura alentejana»

- Prof. Dr. Orlando de Carvalho (professor catedrático de Direitos Reais da Universidade de Coimbra)
- Eng.º Oliveira Baptista (professor do Departamento de Economia Agrária do Instituto Superior de Agronomia)
- Eng.º Rogério de Brito (deputado do PCP)

Painel III — «Que desenvolvimento agrícola para o Alentejo?»

- Eng.º Blasco Hugo Fernandes (assessor)
- Prof. Dr. Ribeiro Teles (professor do Departamento de Planeamento de Biofísica da Universidade de Évora)
- Eng.º João Espada (eng.º Agrónomo do Gabinete de Planeamento do MAP)
- Lino de Carvalho (deputado do PCP)



Alentejo: uma região de enormes recursos que urge potenciar

## Poder Local

## Reunião distrital do Porto

## Manifesto CDU ao povo do distrito

«O Poder Local democrático, conjugado com a luta das populações, constitui uma poderosa e viva realidade de

hoje, construída a partir da Revolução de Abril. A acção descentralizada de muitos órgãos do Poder Local demo-

crático se deve uma melhoria das condições de vida das populações nas áreas da responsabilidade das autarquias» — lê-se no texto do «Manifesto ao Povo do Distrito do Porto», aprovado na reunião distrital do Porto da CDU, realizada no último fim-de-semana, no hotel Tuela, na qual estiveram presentes representantes daquela Coligação Democrática Unitária dos concelhos do distrito do Porto. Presidiu à mesa Avelino Gonçalves, membro da DORP e do Comité Central do PCP, ladeado por Edgar Correia, da DORP e membro suplente da Comissão Política do PCP; Raul de Castro, da Intervenção Democrática; Alberto Andrade, independen-

te; Rosa Pinto, do Partido Ecologista «Os Verdes»; todos os membros da Comissão Coordenadora da CDU; e, ainda, Luís Oliveira Dias, vereador da CMP, Álvaro Ferreira Alves, da Assembleia Municipal da Câmara de Gaia, e Bernardino Neto, membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso.

Registaram-se mais de uma dezena de intervenções, o que conferiu ao debate viva animação.

No Manifesto aprovado a CDU do distrito do Porto «proclama a necessidade da urgente instituição das Regiões Administrativas como novo nível do Poder, com atribuições, competências e

meios transferidos do Poder Central, com órgãos eleitos e responsáveis perante as populações, capaz de superar as actuais dificuldades de actuação a nível supramunicipal, com pleno respeito da autonomia dos municípios. E ainda, como imperativo constitucional descentralizador, alternativo à política centralizadora do Governo, o qual utiliza a CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte), estrutura não eleita, dependente e às suas ordens, como instrumento da sua política, de grupos e de interesses capitalistas, quantas vezes contrários às autarquias locais e aspirações e interesses locais e regionais.»

«Manifesto ao Povo do

Distrito do Porto» a CDU «reafirma a intenção de apresentar candidaturas nas eleições autárquicas de 1989 a todos os órgãos autárquicos dos municípios e freguesias do distrito, permitindo em todos os sítios a adesão e o voto na CDU, que é uma força sempre nova e alternativa». Nesse sentido aquela Coligação Democrática sublinha que «está aberta a todos quantos queiram contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento, com trabalho, honestidade e competência, e independentemente das suas convicções políticas e ideológicas».

Diz, a concluir: «Ao nível de cada concelho e de cada freguesia, vamos desde já trabalhar na preparação das listas, no debate dos programas e no arranque de um movimento que une na CDU e em torno da CDU, forças e personalidades democráticas, designadamente independentes, todos quantos queiram juntar esforços pela resolução dos problemas das suas terras e concelhos, e pelo progresso da região do Porto».

No final da reunião foi aprovada uma saudação à Comissão Instaladora da Associação Nacional de Freguesias e a todos os elementos das Juntas e Assembleias de Freguesia, que se encontrava reunida em trabalhos preparatórios do Congresso das Freguesias e que «pela sua representatividade e por congregar eleitos de muito diversas sensibilidades, dará um importante contributo à defesa do Portugal democrático».

## Nacional



## Praça da Liberdade

## Em defesa da Constituição

Há dias, um jantar de homenagem ao Dr. António Macedo reuniu num restaurante de Ermesinde democratas de diferentes sensibilidades. Naturalmente predominavam os socialistas. De diversas sensibilidades também, como adiante se verá.

É impossível homenagear um político sem que se pense em política. E fazer política para um democrata é empenhar-se no combate, na mobilização, no despertar das consciências na defesa dos ideais progressistas da Humanidade.

Todos ali sabiam que no centro da situação política nacional se encontra hoje o processo de revisão da Constituição. Um dos presentes tomou a iniciativa de submeter à apreciação de um amigo um «apelo às Forças Democráticas Representadas na Assembleia da República». Trata-se de um documento em que se relevam as conquistas do 25 de Abril, se sublinha a solidariedade da democracia económica, social e cultural consagrada na Constituição e se apela às forças democráticas para que, coerentemente com as posições assumidas na Assembleia Constituinte em 1976, se reafirmem os consensos que definiram o nosso regime democrático. Trata-se de um documento que reuniu já a adesão de centenas de democratas do distrito. Entre eles, o homenageado desse dia — António Macedo.

O solicitado aderiu prontamente e não só subscreveu o Apelo, como se propôs recolher, logo ali, outras adesões. E se bem o propôs, melhor o fez. Ao fim de uns minutos uma meia dúzia de pessoas manifestavam já pela sua assinatura o seu acordo com o Apelo. Eis senão quando o documento cai sob os olhos de uma alarmada socialista que, pressurosa, chama um correliogonário «mais informado» a quem previne do «incidente».

Competente, eficiente e «democrático» este senhor não hesita: dobra o papel e num passe de «abertura democrática» afunda-o no bolso e dá sumiço às assinaturas...

O processo de revisão constitucional não está concluído.

Defender a Constituição continua a ser um objectivo viável. Na condição de que seja dinamizada a participação popular. Na condição de que seja ultrapassada a subestimação de muitos de nós relativamente a um processo que agora entra na fase decisiva.

O objectivo aberto da direita é a desfiguração da nossa Lei Fundamental e consequentemente do próprio regime democrático português. O PSD visa liquidar conquistas fundamentais da Revolução de Abril, nomeadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o sistema eleitoral de representação proporcional, direitos dos trabalhadores e importantes disposições constitucionais respeitantes à regionalização, à planificação democrática da economia, aos direitos culturais e sociais. Mas a direita não tem, por si só, força bastante para impor uma revisão desfiguradora da Constituição da República.

Por isso se tem acentuado a responsabilidade muito particular que o PS assume nesta revisão e é crescente a compreensão da mobilização democrática e popular para conseguir impedir que os dirigentes do Partido Socialista entrem em compromissos com a direita. É importante e urgente continuar a alargar a unidade dos democratas e a participação popular em defesa da Constituição.

O empenhamento dos democratas, e antes de mais dos comunistas, não se esgota na definição de uma opção de voto. Nem sequer na defesa passiva de uma posição política. Exige antes uma atitude militante de esclarecimento, convencimento e mobilização para a luta.

Assim é também neste processo de revisão.

■ AG



## CDU de Amarante

## Em defesa da barragem do Torrão

A CDU de Amarante apresentou na Assembleia Municipal daquela cidade uma moção que visa defender a Barragem do Torrão para que «funcione a uma cota cujo nível não atinja a zona da cidade, defendendo assim o património paisagístico daquela que é, e bem, conhecida por

Princesa do Tâmega». A moção da CDU «ia no sentido de mandar o executivo municipal para se tal for necessário mobilizar a população do concelho na defesa de tal objectivo».

No entanto, diz aquela Coligação «o PSD em bloco, e, alguns elementos de outros

partidos votarem contra, inviabilizando a aprovação de uma posição concelhia que temos a certeza é a posição defendida pela esmagadora maioria dos amarantinos — não deixar destruir a beleza da sua cidade — a rica paisagem das margens do Tâmega na zona da cidade».

E pergunta: «Por que teima o executivo camarário (PSD/PS/CDS), em não ouvir o clamor dos amarantinos na defesa de um bem inestimável, que nenhuma quantia pode pagar?» E interroga novamente: «Por que teima o executivo camarário em tentar vender esta beleza por um punhado de obras que Amarante (na sua maioria) bem precisa, que já deviam estar realizadas, mas, que só a incompetência e uma gestão ruinosa virada de costas para os interesses dos amarantinos e levada a cabo por vários executivos camarários, sempre compostos pelos mesmos partidos PSD (com maioria absoluta), PS e CDS, não realizaram?»

A moção da CDU/Amarante sublinha depois: «Uma gestão municipal séria, competente e interessada na defesa dos interesses da população, teria realizado a maioria das obras que agora fazem parte do caderno de intenções nas negociações com a EDP e estas não seriam agora a hipótese de moeda de troca pela destruição da paisagem da cidade».

## Construção da auto-estrada Porto-Amarante

A construção da auto-estrada Porto/Amarante, designadamente no troço Águas Santas-Campo (Valongo), tem provocado preocupações na população daquela vila devido à implantação da obra (que segundo parece continua sem ter projecto aprovado) estar em moldes que não salvaguardem os interesses das populações e o equilibrado desenvolvimento da Região. Realce-se pela sua gravidade e pretensão de atravessar a

zona urbana de Valongo, assente em morro de terra de vários metros de altura. Esta monstruosidade cortaria a vila em duas metades.

Este assunto foi tratado na sessão da Câmara, na passada semana, em sessão extraordinária. A vereadora da CDU naquele município, Eduarda Fernandes votou favoravelmente a proposta apresentada pelos técnicos da Câmara para o atravessamento

do Suzão pelo IP4, ressaltando, no entanto, dois aspectos: «que a C.M. de Valongo seja informada a cada momento do desenrolar da obra e faça um acompanhamento de perto das obras; que a população seja informada dos motivos desta nova proposta e da sua aceitação; e, por último, quero declarar que aceito, na esperança de melhor contribuir para a qualidade de vida dos municípios desta zona do concelho».

Poder Local

## CDU propõe a PS

# Unir esforços na Câmara para recuperar Chiado

A questão da reconstrução do Chiado «encontra-se numa fase crucial», considerou a CDU da Câmara Municipal de Lisboa em conferência de imprensa dada no princípio da semana, pelo que os vereadores da CDU na CML propuseram aos vereadores do PS «a discussão de uma posição comum que permita fazer aprovar pela Câmara uma proposta que defina um quadro institucional e uma metodologia adequada para responder ao desafio da reconstrução do Chiado, nos moldes exigidos pela opinião pública». O anúncio da iniciativa foi feito pelo vereador **Rui Godinho**, que estava acompanhado pelos vereadores **Anselmo Aníbal**, **Vitor Costa** e **Rego Mendes**, o arquitecto **Silva Dias** e o presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, **Jaime Relvas**, todos membros da Câmara Alternativa CDU.

A CDU, segunda força eleitoral de Lisboa, considera correcta a posição que adoptou, tendo aceitado assumir responsabilidades, no plano institucional, no encontrar de respostas imediatas às prementes questões surgidas na sequência da tragédia. Assim, «na fase actual impõe-se fazer um balanço crítico das soluções encontradas pela Câmara e pelo Governo e definir uma metodologia adequada e respostas correctas, no plano institucional, à questão da reconstrução».

Quanto à nomeação do arquitecto Siza Vieira, defensor de concepções antagónicas das que o presidente da CML e as forças que o apoiam perfilham e têm levado à prática, «constitui uma séria derrota destes e uma vitória dos que mais consequentemente os têm combatido politicamente».

Mas tal nomeação será eficaz se não for definida uma metodologia correcta, se

não for estruturado o quadro institucionalmente adequado, no plano da Câmara, se a responsabilidade política pela reconstrução não for assumida colectivamente por toda a Câmara», salientou a CDU, que a seguir recordou:

«No passado dia 4, a CML reuniu especialmente tendo, por unanimidade, aprovado uma proposta dos vereadores membros da CDU, no sentido de recomendar ao Governo e à Assembleia da República que o próximo Orçamento do Estado inclua verbas para garantir as remunerações dos trabalhadores privados temporariamente dos seus postos de trabalho.

Estas verbas, acrescidas às que já estão garantidas pelos fundos de solidariedade e para financiamentos bonificados, parecem permitir encarar com tranquilidade a questão financeira da reconstrução.

«Na mesma reunião a CML

deliberou rejeitar o relatório do presidente que pretendia demonstrar que todas as questões emergentes do incêndio estavam bem resolvidas ou em vias de resolução. Da mesma forma, a Câmara não concedeu ao presidente os plenos poderes por si pedidos para conduzir as operações de reconstrução do Chiado.

«A favor da proposta do presidente votaram apenas os vereadores do CDS e do PSD.»

Quanto aos vereadores membros da CDU votaram contra o relatório porque grande parte das medidas adoptadas pela Câmara e pelo Governo são insuficientes ou inúteis.

Assim:

a) O subsídio pago aos trabalhadores, nos termos do «DL» 309-A/88, é insuficiente e apenas está garantido até ao fim do ano;

b) O alegado compromisso oral que os proprietários teriam assumido perante o presidente da CML quanto à manutenção dos contratos de arrendamento, não tem garantias legais para o seu cumprimento;

c) Os desalojados estão alojados precariamente longe das suas antigas habitações e sem garantias de regresso;

d) A instalação temporária dos comerciantes não é satisfatória e não foram ainda adoptadas medidas para evitar os enormes prejuízos dos comerciantes das áreas circundantes;

e) Não se encontra ainda em funcionamento a Comissão de Inquérito às causas do incêndio.

### Plenos poderes?!...

No que se refere ao pedido de plenos poderes por parte do presidente da CML, os vereadores membros da CDU votaram contra, por razões evidentes. Assim:

a) «O presidente da CML e os vereadores que o têm apoiado são os principais responsáveis pelas condições que propiciaram a verificação da tragédia. Presidente da CML desde 80, governando a cidade em aliança primeiro só com o PSD e, a partir de 83, também com o PS, o actual presidente nada fez para melhorar as condições de segurança.

Ao contrário, já no actual mandato, extinguiu o Pelouro da Segurança. Por outro lado, a maioria que tem gerido a CML tem pactuado com as alterações de uso dos imóveis (de habitação para outros fins), com a instalação de actividades perigosas, com o desrespeito pelas regras de segurança, com a desertificação da «baixa» e outras áreas da cidade. «Além disso, em diversos locais tem sido instalado equipamento urbano inadequado. O caso da Rua do Carmo é paradigmático, tendo o próprio presidente da CML, depois do incêndio, proposto a retirada do equi-



pamento que, indiferente à contestação geral, lá instalara.

b) «O uso dos poderes excepcionais que foram concedidos ao presidente da CML pelos vereadores do PSD e do PS tem conduzido à descharacterização da cidade, ao progresso do pato-bravismo e da especulação, à degradação da qualidade de vida e ao agravar dos problemas.»

A concessão dos plenos poderes traduzir-se-ia, por isso, «na entrega ao principal responsável por uma gestão medíocre e desastrosa da responsabilidade exclusiva da reconstrução de uma área crucial da cidade, para cuja destruição aquela gestão contribuiu decisivamente», acentua a CDU, que acrescenta:

«Na já referida reunião da CML foi rejeitada uma proposta do PS que, não pondo em causa os poderes do presidente da Câmara, propunha a criação de um gabinete e pretendia que a Comissão de vereadores tivesse apenas como função acompanhar o processo, sem função de condução do mesmo.

Foi também informado que nessa reunião de Câmara se rejeitou igualmente, com os votos do CDS, PSD e PS, uma proposta dos vereadores membros da CDU que visava criar um Gabinete para a Recuperação do Chiado, dirigido por um responsável designado pela Câmara, e atribuir a uma Comissão de Vereadores a responsabilidade pela condução e coordenação da recuperação do Chiado.

### «É possível garantir...»

Postas as coisas neste pé, a CDU considera que a situação actual é extremamente grave pois, «embora sem os plenos poderes pedidos à Câmara, o presidente tem, ainda, os poderes excepcionais que lhe foram concedidos pelo PS e pelo PSD.

Tais poderes permitir-lhe-ão, designadamente, aprovar ou rejeitar sozinho o Plano Geral de recuperação e os projectos de execução», recorda-se.

Torna-se, pois, «imperioso encontrar soluções que evitem que a recuperação do Chiado fique exclusivamente a cargo do principal responsável moral pela sua destruição», tal como urge definir um quadro institucional adequado, o que passa pela criação de um Gabinete de Reconstrução, coordenado por uma personalidade independente; pela assunção pelo conjunto da Câmara, através de uma Comissão de Vereadores da responsabilidade política do processo; e pela gestão colectiva e transparente das avultadas verbas já disponíveis ou a disponibilizar.

Só assim, acrescenta-se, a reconstrução do Chiado «respeitará princípios fundamentais, nomeadamente:

a) «Rever a estrutura funcional de modo a privilegiar as funções que contribuam para a revitalização da Baixa (aumento da habitação, manutenção de um significativo peso do comércio tradicional e instalação de equipamentos de animação);

b) «Respeito pelo enquadramento na área histórico-monumental onde se insere a zona afectada;

c) «Respeito pelas volumetrias existentes e conservação de fachadas que tenham inequívoco valor patrimonial.»

Os vereadores apoiantes da CDU na Câmara Municipal de Lisboa consideram que «só assim o arquitecto Siza Vieira poderá encontrar um quadro de trabalho que lhe permita cumprir a grande responsabilidade que assumiu», considerando, por outro lado, que é possível garantir essas condições, no quadro político da CML. É nessa perspectiva que os vereadores da CDU irão propor aos vereadores do PS a discussão de uma posição comum.

## Derrotada mais uma ofensiva do Governo contra a Câmara de Gondomar

A CDU tem sucessivas vezes condenado vivamente a acção do Partido Socialista, do Presidente e restantes vereadores do PS e do PSD na Câmara de Gondomar. As razões não são poucas: a não apresentação e aprovação atempada dos Planos de Actividades e o Orçamento; o atraso inaceitável na resolução dos problemas dos trabalhadores do município; a retenção abusiva de centenas de processos de obras particulares sem justificação, a falta de diálogo e apoio à acção das juntas de freguesia; a recusa à execução de importantes deliberações da Câmara; os casos conhecidos de compadrio e amiguismo; a escandalosa acção eleitoralista desencadeada na provisão da realização de eleições antecipadas — num processo que se arrasta desde Janeiro — são alguns dos aspectos mais graves de uma política que, na opinião da CDU, não está virada para a resolução dos problemas prioritários da população

e do concelho. Se a estes somarmos a falta de empenhamento dos vereadores do PS e a acção de sistemático boicote por parte dos vereadores do PSD teremos a imagem de uma situação que como referem os vereadores da CDU em tomada de posição recente numa reunião da edilidade, «está na continuidade das anteriores câmaras do PS e do PSD».

Neste contexto, referem os vereadores da CDU, «o PSD, com o apoio em sectores do PS, quer a todo o custo alterar a situação na Câmara M. de Gondomar para satisfazer os interesses de clientelas partidárias e dos grandes grupos económicos norteños, que se jogam em torno do gás, da distribuição de energia eléctrica e do abastecimento de água, da especulação imobiliária, do turismo e do controlo da área metropolitana do Porto, que passam também pelo município de Gondomar». Na mesma declaração os vereadores da CDU afirmam que os proble-

mas da edilidade e do concelho «não só não se resolveriam como se agravariam com a concretização de uma aliança do PS com o PSD na Câmara», tal sendo na altura o objectivo claro do PSD e de sectores do partido socialista ao procurarem substituir o actual presidente da Câmara (PS) por outro vereador do mesmo partido.

A CDU, depois de dizer da sua recusa em «dar cobertura às manobras antidemocráticas do PSD (...) para alterar a composição da Câmara», defende que «compete aos tribunais julgar eventuais irregularidades de actos administrativos» e que compete ao povo de Gondomar julgar a acção dos eleitos de decidir da futura composição da sua Câmara». E termina dando nota da sua «firme convicção de que a resolução dos graves problemas que afectam Gondomar passa pela existência de uma Câmara dinâmica, eficaz, competente, incorrupta, virada para a resolução dos problemas do con-

celho e que isso só é possível com uma câmara de presidência CDU. Mas isso só ao povo de Gondomar compete decidir, pelo voto, nas próximas eleições».

Refira-se, entretanto, que a Câmara de Gondomar ratificou a perda de mandato dos três vereadores do PSD, por faltas injustificadas.

### Sábado, na Voz do Operário em Lisboa

## A Banca em discussão

No próximo sábado realizar-se-á na «Sala Gulbenkian» da Voz do Operário um debate promovido pelo sector dos Bancários do PCP, no quadro da actividade preparatória do XII Congresso, subordinado ao tema «A Banca na Perspectiva de uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI». Participarão nos trabalhos os camaradas **Carlos Carvalhas** e **Octávio Telxelra**.

A iniciativa funcionará em seis secções, cujos temas genéricos são: 1) — Política

de Pessoal/Direitos dos Trabalhadores; 2) — Desenvolvimento e Modernização da Banca; 3) — Factores de Rentabilidade, Crédito e outras Aplicações Financeiras; 4) — Actividade Internacional da Banca e Condicionamentos Externos decorrentes da Adesão à CEE/Mercado Único de 1992; 5) — Actividade especulativa dos Novos Bancos Privados e de outras Empresas Parabancárias; 6) — Privatizações e outras Alterações Jurídicas no Quadro da Banca Nacionalizada.

## Internacional

# EUA

## Em véspera de eleições

A candidatura de Angela Davis, dirigente comunista, na Califórnia, foi inviabilizada pelas autoridades deste Estado, que primeiro exigiram 300 mil assinaturas (e isto significa também indicação de morada, de profissão, de local de trabalho...), para em seguida decidir que metade das assinaturas recolhidas não seriam válidas.

Um exemplo que nos diz algo sobre os limites da democracia americana, de que todo o esquema eleitoral está montado de forma a garantir o bipartidarismo, sem mais opções viáveis, e uma vitória só acessível a quem dispuser de fortes apoios financeiros.

Dia 8 de Novembro vão realizar-se nos Estados Unidos eleições presidenciais, para o Parlamento e ao nível local. Os seus resultados — em particular no que respeita à escolha do novo presidente norte-americano — estão bem longe de interessar apenas ao povo dos EUA.

Resultados, naturalmente em relação ao candidato que terá a vitória. Mas também no que respeita à participação popular, a percentagens relativas nas votações.

No quadro de um sistema eleitoral com bem poucas saídas e de uma vida democrática viciada, terá sentido a «alternativa de esperança» de que insistentemente fala Jesse Jackson? Poderemos

dizer que algo há de novo na vida política nos Estados Unidos?

### Democratas e Republicanos: Os programas

Nas plataformas eleitorais apresentadas mais fácil será discernir a que sectores da



É a população mais desfavorecida a que menos vota. É maioritária a percentagem de famílias negras a viver nas condições que a foto documenta

população cada candidato se dirige do que propriamente que linhas políticas concretas se empenha em desenvolver.

O candidato democrata, Dukakis, que a gosto ou a contragosto não poderá ignorar o apoio de Jackson, mas que simultaneamente escolheu para a vice-presidência um homem da direita, Lloyd Bentsen — dá uma evidente prioridade aos problemas económicos. O que só por si representa a preocupação com os votos dos sectores mais atingidos pela política anti-social de Reagan, e em geral com os votos dos trabalhadores.

O programa está entretanto estruturado de forma a abarcar os interesses de bem diferenciadas classes e ca-

madas da população. Aos pobres prometem-se apoios sociais; aos pacifistas uma redução nas despesas militares, incluindo as que estão ligadas ao projecto da «guerra das estrelas». Mas simultaneamente vai-se garantindo ao complexo militar industrial o desenvolvimento de novas espécies de armamento convencional.

Entre os aspectos-chave do programa, consta a redução do défice do orçamento federal, de que um dos instrumentos seria a redução das despesas militares.

O candidato republicano, Bush, que entre os americanos progressistas é mesmo considerado mais conservador que Reagan, repõe no programa as mesmas opções económicas de Reagan: não-aumento dos impostos (aos ricos), congelamento dos actuais programas federais de assistência social à população. Opção que claramente se dirige, em termos eleitorais, às camadas mais favorecidas da população. Tenta igualmente explorar graves problemas sociais como o desemprego — prometendo novos postos de trabalho, principalmente com novas encomendas militares...

As promessas de paz pontuam em ambas as plataformas. O que é deveras significativo.

Neste domínio assistimos mesmo a uma realidade paradoxal. Bush, um verdadeiro porta-voz dos mercadores de armas, um claro defensor da militarização do espaço — agita como trunfo eleitoral o seu empenho na paz... A «paz através da força», como é também claramente explicitado. E para que tudo ficasse ainda mais claro, o general Daniel O. Graham, «pai da IDE» (guerra das estrelas), falando no Congresso dos Republicanos, declarou entre outras coisas que a IDE «é o investimento mais significativo que podemos fazer na futura segurança da nossa nação».

Ou seja, Bush tenta apresentar-se simultaneamente como defensor do desarmamento e do poderio americano. Uma imagem que no quadro dos EUA lhe poderá angariar não poucos votos.

Entretanto, e para já, no primeiro confronto televisivo entre os dois candidatos (a TV é um instrumento de peso no processo eleitoral, como aliás todos bem sabemos), as sondagens indicam que Michael Dukakis saiu vencedor.

### O peso das realidades

Dólares, TV, espectáculo eleitoral, quotidianas limitações no exercício da democracia, tudo isso pesa, e de que forma, nos resultados eleitorais, nas possibilidades de desenvolver uma política inequivocamente ao serviço do grande capital.

O que não obsta embora, que quando se pretende fechar a porta principal ao peso vivo das realidades, ela irrompa pela porta das traseiras.

Ou seja, neste momento, se é natural a expectativa quanto ao resultado de umas eleições que terão repercussões em todo o mundo, não é menos verdade que a realidade internacional, tanto como os evidentes *desaires* da economia norte-americana (aliás em grande medida exportados para o resto do mundo), pesam na vida política dos EUA.

Pesam tanto, que Reagan acabou visitando o «império do mal» e a assinar o primeiro tratado de liquidação de armas nucleares da história. E que agora o seu candidato, Bush, tenta apresentar como trunfos próprios uma evolução que é fruto de uma grande batalha popular pela paz a nível internacional e do dinamismo da política externa soviética.

Pesam tanto que já não há malabarismo propagandístico que possa encobrir o complexo quadro económico.

Em Novembro de 1980, quando Reagan ganhou as eleições, os EUA eram ainda o maior exportador de capitais do mundo. Quando Reagan abandonou o cargo de presidente, a dívida externa líquida do país deverá ascender a 600 mil milhões de dólares. Em poucos anos, o maior credor do mundo capitalista transformou-se no maior devedor do mundo.

Para os trabalhadores norte-americanos, a política económica de Reagan teve consequências drásticas. Segundo os números oficiais, entre 1981 e 1986, a parte do rendimento nacional que vai para os 20% das famílias mais ricas aumentou de 42 a 44%, enquanto a que se destina aos 20% de famílias mais pobres diminuiu de 5 a 4,6%. Entre 1977 e 1987, a produção por trabalhador aumentou de 34% enquanto as receitas reais dos trabalhadores diminuíram de 7%.

Pouco mais de metade do eleitorado norte-americano

vota nas eleições presidenciais. E a parte da população que não vota é exactamente a mais atingida pela política do capital, incluindo naturalmente a população negra e as diversas minorias.

### «Mantenhá a esperança viva»

É esta a aposta de Jackson: convencer a votar quem normalmente não vota. Dados apurados indicam que nesse caminho Jackson já teria conseguido o apoio de cerca de um terço dos eleitores que haviam renunciado à prática do voto. Em primeiro lugar, naturalmente, a comunidade negra. Mas também pequenos fazendeiros e operários brancos. Bastará aqui citar o exemplo da Califórnia, em que a 7 de Junho Jackson obteve 22% dos votos dos eleitores democratas brancos.

Com o seu slogan «mantenhá a esperança viva», Jackson dirige-se, sem ambiguidades, à população trabalhadora, aqueles para quem não existe nenhuma anunciada e reanunciada recuperação económica: os 600 000 fazendeiros que perderam as suas terras, os 3 a 5 milhões de pessoas que não têm casa, os 500 mil operários industriais que perderam o seu posto de trabalho. E invoca mesmo como argumento o exemplo de Mandela, a batalha do povo sul-africano por um homem — um voto.

No fulcro desta campanha, como no da batalha que envolve diferentes forças progressistas, e naturalmente os comunistas, está para já um objectivo central: derrotar Bush.

Nada é certo neste momento. Mas a derrota de Bush seria um golpe sério na política ultra-conservadora de Washington, abriria novas razões de esperança para os povos do mundo.

Não escamoteando entretanto um dado fundamental: com republicanos ou com democratas no poder, o elemento essencial será ainda a capacidade de mobilização e de luta das forças progressistas, em primeiro lugar nos Estados Unidos. A derrota de Bush seria também um forte testemunho dessa capacidade. Uma consequência imediata e importante da evolução que se processa nos Estados Unidos. O que se chama o «fenómeno Jackson» reflecte no fundo que algo de novo se está a passar nos Estados Unidos.

## A realidade dos EUA nas palavras de Jackson É o Robin dos Bosques ao contrário

• Em 1984, 82 milhões de americanos com direito ao voto optaram por não exercer esse direito. Temos de ajudá-los a descobrir um significado para esse voto.

• Reagan cortou o apoio governamental ao ensino — em todos os aspectos desde os almoços escolares aos empréstimos para estudos superiores — em 20%. Hoje, 30% de todas as crianças estão em risco de ter de interromper os seus estudos, e no ano 2000 metade das nossas crianças correrão esse risco a menos que se tomem já medidas para as nossas escolas enfrentarem a crise das necessidades não resolvidas das nossas crianças (...) Qualquer nação que gasta 55 centavos de cada dólar resultante dos impostos em despesas militares, e apenas 2 centavos para o ensino, precisa de reorganizar as suas prioridades. A nossa taxa de mortalidade infantil é pior que a de Singapura.

• O salário mínimo caiu, com Reagan, em cerca de 30% em termos reais, o que provocou um aumento de quase 40% no número de trabalhadores pobres. Ao mesmo tempo, os que têm rendimentos superiores a 200 mil dólares receberam benefícios fiscais de 27 mil dólares. Após dez anos de reacção, os 10% menos favorecidos da população pagam quase 20% a mais de impostos, enquanto que o 1% mais ricos pagam 20% a menos. É o Robin dos Bosques ao contrário: tirar aos pobres para dar aos ricos.

• Devemos perceber que a ameaça não é o comunismo, mas a miséria; não são



as manobras militares, mas os problemas económicos e ecológicos. A Nicarágua não ameaça os Estados. Mas a destruição das florestas tropicais no Brasil ameaça o abastecimento de oxigénio ao planeta. Cuba não ameaça os Estados Unidos. Mas a austeridade e a dívida que devastaram as economias da América do Sul já nos custaram centenas de milhar de postos de trabalho. A pobreza no México deve preocupar-nos muito mais que a «subversão comunista» na América Central. Temos estado tão obcecados com a alegada ameaça do comunismo que perdemos de vista os salários de miséria e as promessas de prosperidade.

(Extractos de um artigo de Jesse Jackson, divulgado pelo «Morning Star», e inicialmente publicado na revista norte-americana «Mother Jones»)

Internacional

# Chile

## Apesar da derrota Pinochet quer continuar no poder

O general Pinochet, após a derrota sofrida no referendo do passado dia 5, tirou a máscara de democrata que tão desajeitadamente ostentou durante algum tempo. Num discurso divulgado através da televisão, o ditador apresentou-se aos chilenos de novo fardado, numa clara intenção de sublinhar o poder armado que o mantém no poder, retomando o tom autoritário e intimidatório que sempre caracterizou os seus quinze anos de poder.

Sem deixar margem para dúvidas, Pinochet rejeitou os apelos da oposição para que se demita e convoque eleições, reafirmando a sua disposição de continuar no poder até 11 de Março de 1990.

Não se pode dizer que o discurso trouxe qualquer surpresa. Apenas dois dias depois do referendo, num bairro operário de Santiago do Chile, unidades reforçadas da polícia fizeram dois mortos e dezenas de feridos ao reprimir uma manifestação de regozijo pela vitória do «Não» a Pinochet. De acordo com testemunhas oculares, a polícia abriu fogo sem aviso prévio.

Estava dado o sinal de qual seria a reacção das forças da ditadura à derrota eleitoral. Com efeito, após o reconhecimento — inevitável — dos resultados eleitorais, o governo de Pinochet não perdeu tempo a dar-lhes a «sua» interpretação. O ministro do Interior, Sérgio Fernandez, veio a público defender que o referendo aprovou o «itinerário institucional» elaborado pelo regime, não se coibindo mesmo em afirmar

que ele «reforçou o prestígio» das Forças Armadas.

Sérgio Fernandez, que é também chefe da polícia secreta chilena (CNI), defendeu ainda que os 43 por cento de votos a favor de Pinochet fazem do ditador a «primeira força política do país», contra os 55 por cento da oposição que considera «uma soma anárquica» de votos.

O que o ministro do Interior de Pinochet não explicou foi o motivo por que, a ser assim, se recusa a realização de eleições antecipadas. Parece não ser fácil explicar os motivos que levam Pinochet, depois da sua recente derrota, a temer continuar o jogo da democracia.

Na verdade, para a ditadura, a repressão ainda é o argumento mais forte.

Mas ninguém pode negar que a maioria dos chilenos venceu já a batalha contra o

medo. No sábado passado, uma concentração de mais de 700 mil pessoas no Parque O'Higgins, em Santiago, manifestou sem equívocos a decisão do povo chileno em prosseguir a luta pela democracia.

Também as forças democráticas não se têm poupado a esforços para conjugar a sua acção contra a ditadura. O Partido Comunista do Chile anunciou no domingo o seu apoio ao apelo feito pelo «Movimento Não», no sentido de contribuir para «um grande acordo nacional para a democracia entre todas as forças políticas, sociais e institucionais».

José Sanfuentes, dirigente comunista na clandestinidade, fez saber que, tal como os 16 partidos que integram o referido Movimento, também o Partido Comunista do Chile considera Pinochet o principal obstáculo à transição para a democracia. Na sua opinião, segundo a agência espanhola EFE, «as Forças Armadas e os Carabineiros, como instituições permanentes, não podem permanecer estranhas a este processo e têm hoje uma oportunidade histórica de se reencontrar com o povo». Para isso, no entanto, torna-se necessário remover os obstáculos que se opõem à democracia,



designadamente o próprio Pinochet.

A nível internacional, por outro lado, também aumentaram as pressões contra o regime de Pinochet. A satisfação com que a generalidade dos governos, tanto na América Latina como na Europa, acolheu o resultado do referendo não deixa margem para dúvidas quanto ao isolamento a que está votada a ditadura chilena. Mesmo a administração Reagan, quase no final do seu mandato, parece apostar em «arrumar a casa» antes de passar o testemunho, distanciando-se prudentemente do velho ditador.

Nas Nações Unidas, por seu turno, faz-se sentir o peso das conclusões a que chegou Fernando Volio, jurista da Costa Rica encarregado pela ONU de observar o respeito pelos direitos humanos no Chile. Ainda em Santiago, Volio afirmou que «as autoridades do regime militar não deram explicações sobre os crimes políticos tristemente célebres» dos últimos 15 anos, crimes esses que «não podem ficar sem resposta».

Pinochet vive já o princípio do fim do seu poder. Importa agora acelerar esse processo para que não continue a aumentar o já tão elevado número de vítimas da ditadura chilena.

### Nagorni-Karabak, regresso ao trabalho

A vida na capital de Nagorni-Karabak «está gradualmente a normalizar-se», segundo informações divulgadas por enviados especiais da «Tass». O recolher obrigatório em vigor foi já reduzido, enquanto os transportes públicos voltaram a funcionar normalmente, reabrem lojas e empresas, e se reinicia a actividade laboral um pouco por toda a região. Há entretanto ainda empresas em que as greves prosseguem.

Em várias zonas o reinício da actividade laboral foi «precedido de um grande trabalho desenvolvido pela organização do Partido e pela administração» das empresas, cujos representantes, ainda segundo os jornalistas da Tass, «visitaram famílias, conversando com elas e procurando persuadir as pessoas a reiniciarem o trabalho».

Entretanto, na Ucrânia, o CC do Partido Comunista iniciou uma reunião dedicada à análise das actividades das organizações do Partido no âmbito das resoluções da 19.ª Conferência Nacional do PCUS. Reunião em que nomeadamente é debatida a redução do aparelho partidário na República.

«A garantia de plenitude de poderes dos soviets na vida da sociedade constitui orientação decisiva da reforma do sistema político» — sublinhou Vladimir Cherbitski, primeiro-secretário do CC do PC da Ucrânia, e acrescentou — «A entrega das funções de gestão aos soviets, não iliba, contudo, os comités do Partido da responsabilidade política pelo estado das coisas na esfera económica e social, assim como pela satisfação das necessidades mais prementes dos trabalhadores».

### Angola, prosseguem conversações

Manuel Pedro Pacavira, representante permanente de Angola na ONU, e Ricardo Alarcon de Quezada, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, informaram o secretário-geral das Nações Unidas sobre os resultados das conversações relativas ao Sudoeste Africano, realizadas a semana passada em Nova Iorque entre Angola, Cuba, Estados Unidos e a África do Sul. Ricardo Alarcon salientou que a posição assumida pelos EUA e a RAS relativamente a um calendário da retirada das tropas cubanas de Angola tem vindo a obstaculizar a obtenção de resultados positivos nas conversações.

### Afeganistão, a difícil conquista da paz

Kabul, a capital afegã, tem vindo a ser alvo de frequentes bombardeamentos por parte de grupos contra-revolucionários, que contam com claros apoios por parte do Paquistão e dos EUA, em violação dos acordos de Genebra. Dia 7 de Outubro, Kabul foi bombardeada com mísseis, de que resultou a morte de mais 13 pessoas e ferimentos em 34. Entre os edifícios danificados conta-se um jardim de infância. No mês passado 166 mísseis foram lançados sobre a capital, provocando a morte de cerca de 300 pessoas.

Entretanto o Exército afegão tem infligido severas baixas nos grupos terroristas.

Nas duas últimas semanas voltaram ao país, vindos do Paquistão, 580 famílias, num total de 3,5 mil pessoas, que receberam auxílio do governo.

## «Novas vias para uma Europa nova»

### Forum em Bruxelas

«Novas vias para uma Europa nova», foi tema do Forum internacional, realizado em Bruxelas entre 30 de Setembro e 2 de Outubro, por iniciativa do Comité Internacional para a Segurança e a Cooperação europeias.

No Forum participaram 92 representantes de partidos e organizações de 23 países da Europa (7 países socialistas) e dos Estados Unidos.

Para além das sessões plenárias, os debates funcionaram em três comissões: segurança comum; a cooperação nos domínios humanitário e cultural; a cooperação nos domínios da economia, da ciência, da ecologia. Realizou-se igualmente um debate sobre «A Europa, unidade plural».

Da intervenção do nosso camarada Martins Coelho, membro do CC do PCP, que integrou a representação portuguesa no Forum, transcrevemos aqui alguns extractos.

### Nós, comunistas portugueses

Nós, comunistas portugueses, partilhámos a ideia de que existe uma ligação estreita e indissolúvel entre a luta interna de cada povo pela democracia e o progresso social e a luta em que a humanidade se empenhou para evitar um holocausto nuclear que aniquilaria a vida humana na Terra.

Dentro de cada país, as forças que se opõem ao desenvolvimento democrático e social são as mesmas que no plano internacional estão empenhadas em acções contra a libertação social e nacional dos povos, o desarmamento e a paz. (...)

Partilhámos assim a concepção que evolui e se enriquece, que a estabilidade, a segurança, a paz, são questões complexas que se interpenetram e continuamente se alargam a novas esferas de actividades políticas, económicas e sociais.

É portanto justo, a nosso ver, que o presente Forum tenha ligado o problema da

segurança à cooperação, à economia, à ciência, à ecologia e à cultura. São questões inseparáveis, às quais nós juntamos o direito sagrado dos trabalhadores e dos povos a lutarem pela sua libertação social e nacional.

Basta referir a carga que representa a colossal dívida externa para numerosos países, ou os resultados da recente Conferência das Nações Unidas sobre o desarmamento e o desenvolvimento que põe em evidência que os auxílios destinados ao desenvolvimento, anualmente, representam apenas 0,5% das somas despendidas com o armamento. Um tal esbanjamento de recursos materiais e das capacidades humanas mostra, simultaneamente, a todos os povos que uma paz verdadeira e durável livre de toda a ameaça e atentado, é uma condição fundamental ao desenvolvimento do homem e da sociedade.

Poderíamos igualmente lembrar como as experiên-

cias nucleares alteram e degradam o meio-ambiente, ou como as armas químicas destroem a vida e a natureza.

Falar de segurança comum da Europa pressupõe, na nossa opinião, nestes tempos em que são tão evocados os direitos do Homem, que não se esqueça que a crise latente ou real está na origem de 17 milhões de desempregados, apenas nos países da CEE (com um constante aumento do desemprego de longa duração) e levou à miséria e à pobreza 46 milhões de seres humanos — mais de 14% da população total da Comunidade. Isto implica igualmente ter presentes os 13 milhões de imigrantes e as frequentes manifestações de racismo e de xenofobia habilmente manipuladas pelas forças reaccionárias, igualmente comprometidas na crise; e a falta de perspectivas com que são confrontados milhões de jovens.

Sem bases sociais estáveis e progressistas a segurança é sempre precária.

## Processo em Sevilha contra sindicalistas

Doze membros das Comissões Obreras vão hoje ser processados pela Audiencia Provincial de Sevilha. O seu «crime»? Terem participado como activistas nas jornadas de luta de 13 e 14 de Fevereiro de 1984 dos operários agrícolas contra a injustiça social e a propriedade abusiva da terra, em defesa dos seus interesses e pelo direito efectivo ao trabalho.

Contra estes camaradas, a acusação pede 15 anos de prisão.

Como o Partido Comunista dos Povos de Espanha sublinha, este processo representa «mais um golpe repressivo contra os trabalhadores do campo». Mais um, porque o governo do PSOE tem-se esmerado na repressão contra os trabalhadores — mais de 600 processos abrangendo

para cima de 1000 pessoas.

Note-se que, como foi recentemente sublinhado ao longo dos trabalhos do IV Congresso da Federação Estatal das Comissões Obreras (CCOO) do Campo, realizado em Junho passado em Sevilha, nomeadamente pelos camaradas do Partido Comunista dos Povos de Espanha, a política agrária do governo, «no âmbito do seu compromisso com os interesses imperialistas multinacionais, aposta conscientemente na destruição das capacidades produtivas, na venda ao capital estrangeiro do sector agro-alimentar a preços de saldo, na ruína, no desemprego e na miséria de amplíssimos sectores de pequenos agricultores, criadores de gado e jornaleiros condenados a engrossar o exército de reserva de que falava Marx».

## Internacional

# Argélia em estado de sítio

A região de Argel encontra-se desde a passada quinta-feira em estado de sítio, em consequência de violentas manifestações e distúrbios que se saldaram já por um elevado número de mortos, centenas de detenções e grandes prejuízos materiais.

A proclamação do estado de sítio, feita pelo presidente argelino Chadli Benjedid após um encontro na noite de quarta-feira com membros do governo, da Frente de Libertação Nacional (partido único) e da União Geral dos Trabalhadores da Argélia (UGTA), colocou todos os serviços administrativos e de segurança sob comando militar, impôs o recolher obrigatório entre as 21 horas e as quatro da manhã e decretou o encerramento das escolas e universidades da capital argelina.

Entretanto o exército — responsável pela ordem pública pela primeira vez desde que a Argélia se tornou independente da França, há 26 anos — recebeu ordem para «atirar a matar» contra quem violar o recolher obrigatório.

As manifestações de protesto em Argel, desencadeadas inicialmente por jovens e desempregados, num movimento aparentemente espontâneo contra a grave crise económica que se vive no país e a degradação das condições de vida, deram rapidamente lugar a movimentações orquestradas de fundamentalistas islâmicos que põem em causa o próprio regime argelino.

Com efeito, após uma série de greves e protestos mais ou menos pacíficos contra o aumento do custo de vida, grupos de manifestantes gritando palavras de ordem fundamentalistas islâmicos lançaram-se ao ataque de propriedades estatais, privadas e estrangeiras, destruindo carros, incendiando edifícios, saqueando lojas, causando prejuízos calculados, numa primeira estimati-

va, em cerca de cem milhões de dólares (15 milhões de contos).

Embora seja difícil, de imediato, retirar conclusões seguras da crise que se vive em Argel, alguns elementos parecem apontar para o facto de se estar perante a conjugação de aspectos distintos. Por um lado, um profundo descontentamento popular provocado pela escassez e carestia de bens alimentares de primeira necessidade; por outro, as crescentes dificuldades internas na Frente de Libertação Nacional, no poder, onde os defensores e opositores da liberalização da economia parecem ter dificuldades em chegar a acordo quanto ao caminho a seguir no futuro imediato; e finalmente, os opositores do regime, fundamentalistas islâmicos, que procuram canalizar em seu favor o descontentamento popular.

A crise económica argelina é uma realidade. Com uma dívida externa de dezoito mil milhões de dólares, a Argélia — que é um dos principais produtores de petróleo em África — tem visto os seus problemas económicos agravados com a queda dos preços do «ouro negro», o que

levou à adopção de medidas de austeridade fortemente contestadas. Produtos como a carne, a sêmola, a farinha de trigo ou a água, atingiram nos últimos anos preços incontroláveis, nuns casos, ou desapareceram de circulação, noutros casos, provocando já em certas regiões situações de fome. O desemprego, que números não oficiais dizem ser da ordem dos 40 por cento na capital, de três milhões e meio de habitantes, não parece ter tendência para diminuir, o que inevitavelmente se torna motivo de desespero para os jovens, sem perspectivas animadoras de futuro.

Esta situação, naturalmente, reflecte-se no seio da FLN, onde se debatem as medidas a adoptar para vencer a crise. Em Setembro último, o presidente Chadli Benjedid prometeu combater «a incompetência e a irresponsabilidade» no sector da economia, mas é duvidoso que sejam tomadas medidas de fundo antes do VI Congresso da FLN, marcado para Dezembro. Entretanto, é sintomático que o exército tenha, no final da semana passada, escoltado camiões de distribuição de farinha pelas pado-

rias, dos raros estabelecimentos abertos ao público.

Finalmente, há a registar o aparecimento do até agora desconhecido «Movimento Popular para a Renovação Argelina» que em comunicação de entrega à France Presse defende a demissão do governo, a dissolução da Assembleia Nacional e da FLN e a criação de «comités populares locais» que assegurem provisoriamente a «vida institucional». Este movimento aparece em consonância com «manifestações espontâneas» em Paris, onde exilados argelinos põem em causa o regime e defendem posições claramente fundamentalistas islâmicas.

A calma relativa que se vivia na capital argelina no início da semana não pode fazer esquecer, no entanto, os 170 a 200 mortos resultantes das acções de violência, nem tão pouco os quase 900 detidos pela polícia acusados de pilhagem e actos de vandalismo, na medida em que tais números traduzem a gravidade da situação argelina. O estado de sítio pode servir para restabelecer a ordem pública, mas não serve seguramente para dar resposta aos problemas sociais.

## Colômbia

### «Pela paz, contra a guerra suja»

Diversas organizações de solidariedade e de defesa dos direitos humanos estão a assinalar, tanto na Colômbia como noutros países, o primeiro aniversário do assassinato de Jaime Pardo Leal, presidente da União Patriótica e membro do Comité Central do Partido Comunista da Colômbia.

Pardo Leal foi assassinado por paramilitares colombianos que actuam no país com a cobertura de sectores reaccionários do exército, tal como sucedeu a centenas de outros patriotas colombianos, e o aniversário da sua morte integra-se no âmbito de uma semana de solidariedade com o povo da Colômbia, «Pelo Diálogo e a Paz, Contra a Guerra Suja», a decorrer até ao dia 16.

O objectivo desta iniciativa é o de conjugar as acções, tanto a nível interno como externo — designadamente através do envio de mensagens de solidariedade à União Patriótica e de protesto e pressão ao presidente colombiano Virgílio Barco — de forma a levar as autoridades da Colômbia a actuar contra os grupos paramilitares, pelo levantamento imediato do estado de sítio, pelo início do diálogo e pela realização de um plebiscito sobre reformas sociais e política para a restauração da democracia.

A Colômbia vive, desde há bastante tempo, num processo de fascização e escalada da violência interna, a que o mais elementar respeito pelos direitos humanos exige que se ponha cobro.

Na óptica do Partido Comunista Colombiano (PCC), a actual situação radica nas contradições resultantes de dois factos fundamentais: a recusa do governo em reconhecer o importante papel da comissão de coexistência, presidida pelo bispo da cidade de Pereira, Dario Castrillon, que agregou representantes de todos os sectores da sociedade e os partidos políticos que desempenharam uma mediação eficaz para a libertação de Alvaro Gomez Hurtado (político rap-

tado na Colômbia); e a apresentação pelo governo de Barco da chamada iniciativa de paz.

Segundo o PCC, o facto mais saliente é o plano de paz do presidente Barco. Pela primeira vez durante o seu governo, diz, é apresentada uma proposta com passos concretos de aproximação com o movimento guerrilheiro a fim de tentar, de forma negociada, o que o governo chama de «reincorporação na vida civil dos revoltosos».

De facto, Barco prometeu avançar com uma política de «reconciliação» combinada com o que chamou de «mão dura». Na prática, os altos comandos militares conseguiram impor o domínio dos novos «operativos militares», as patrulhas e rusgas entre a população civil, o que fez aumentar de intensidade a «guerra suja» e levou à deterioração da trégua e de facto ao fim do diálogo. O vazio de um conjunto de procedimentos para avançar com a paz foi preenchido com as evasivas oficiais.

#### Uma proposta ineficaz

A nova iniciativa de paz, considera o PCC, é limitada.

Alguns observadores pensam que se dirige mais a uma guerrilha vencida, que parte da ideia de uma rendição e que separa o processo de reintegração na vida civil das mudanças e reformas democráticas, bem como das garantias reais para os que se acolheram sob o indulto.

O principal óbice deste plano é que não contempla nenhum passo para a desactivação dos grupos paramilitares, cuja existência, inicialmente reconhecida pelo governo, agora se ilude. Por outro lado, o plano nem sequer se refere à depuração das forças militares e da polícia, nem dos serviços de segurança, comprometidos com

os desaparecimentos e o extermínio selectivo de activistas da oposição e das organizações sociais.

Na opinião do PCC, esta iniciativa abre as portas ao diálogo directo do governo com os grupos de guerrilheiros que o aceitem e que demonstrem através de acções conciliatórias o seu desejo de negociar; dá corpo aos diálogos regionais, até há pouco tempo não autorizados pelo governo; não impõe como condição a «entrega das armas» e propõe a designação dos locais em que os revoltosos se devem instalar durante o desenvolvimento das negociações.

Tudo indica que o governo procura utilizar a questão dos grupos paramilitares como moeda de pressão nas suas negociações com a guerrilha, sem que a iniciativa de «paz» deixa qualquer espaço para a comissão de coexistência já referida.

Até ao momento, o referido plano não deu mostras de qualquer eficácia. O que coloca, ainda com mais premissa, a necessidade de continuar a insistir nas propostas de diálogo e unidade entre as forças democráticas colombianas, bem como no desenvolvimento das acções de solidariedade internacional com a Colômbia.



Imagem dos funerais de duas dezenas de operários agrícolas assassinados por grupos paramilitares, este ano, na Colômbia

#### «Chile golpe militar da reacção»

«O sangrento golpe militar no Chile é um novo exemplo da determinação da grande burguesia e do imperialismo em utilizar os meios mais criminosos e bestiais — a subversão, o terrorismo, a intervenção das forças armadas contra o povo — para continuar a explorar, para impedir a libertação dos trabalhadores e dos povos, mesmo quando esta é o resultado duma luta desenvolvida no quadro da Constituição e das leis que a própria burguesia promulgou.

No caso do Chile ficou completamente a nu a mentira colossal das acusações de «subversão social» feita aos trabalhadores e aos comunistas pelas forças reaccionárias de todos os países.

As forças progressistas da União Popular tudo fizeram para que reformas profundas fossem realizadas sem reprimir violentamente as forças reaccionárias, sem guerra civil. A burguesia não é porém animada por sentimentos humanitários, nem respeita a vontade dos povos. (...) A mando e ao serviço da oligarquia e do imperialismo, os generais chilenos fizeram intervir com a máxima brutalidade as forças armadas, bombardearam e destruíram, assassinaram o presidente eleito e numerosos democratas, efectuaram prisões em massa, suprimiram as liberdades, instauraram uma ditadura feroz e procuraram liquidar, com a violência mais brutal, a corajosa resistência do povo chileno.

(...)  
Os protestos e solidariedade internacionais para com o povo e as vítimas da repressão, os militantes assassinados e atirados para a prisão, os julgamentos sumários que prosseguem — atingem proporções enormes e abarcam os mais diversos sectores políticos.

O povo português e os democratas manifestam por toda a parte a sua solidariedade aos seus irmãos chilenos. Enérgicas moções, telegramas e mensagens foram aprovados em grandes assembleias e plenários do Movimento Democrático pelos trabalhadores, pela juventude trabalhadora e estudantil, pelas mulheres. Milhares de manifestos editados pelo PCP e pela UEC foram distribuídos em todos os comícios da Oposição Democrática, com a participação de milhares de portugueses, foram aprovadas moções de apoio e solidariedade.»

#### «Mensagem do PCP ao PC do Chile»

«O Partido Comunista Português condena vigorosamente o golpe militar da reacção no vosso país. Juntamos a nossa voz à voz de todos aqueles que, em todo o Mundo, manifestam a sua indignação contra o golpe odioso e os crimes da reacção e do imperialismo, para impedir que o povo chileno siga o caminho da liberdade, progresso social e independência que livremente tinha escolhido.

No momento em que sangrenta repressão se abate sobre os trabalhadores e as massas populares, sobre o vosso Partido, o Partido Socialista e outras forças da União Popular, expressamos a nossa inteira e fraternal solidariedade.

Temos plena confiança, queridos camaradas, que o Partido Comunista do Chile, a classe operária e as forças progressistas do vosso país, por muito duras que sejam as provas a que estão a ser submetidas, não desfalecerão um momento que seja no seu justo combate e acabarão por alcançar a vitória.

O Comité Central do Partido Comunista Português»

(«Avante!», VI Série, n.º 458, Outubro, 1953)



## congresso PCP

As Teses (Relatório da Actividade do Partido) para o XII Congresso aprovadas na reunião plenária do Comité Central de ontem, que dentro de breves dias vão ser submetidas à discussão e aprovação de todo o Partido, fornecem a necessária explanação sectorial e complementar dos projectos de documentos básicos a submeter ao XII Congresso do nosso Partido — os do novo Programa do PCP e de alterações aos Estatudos.

Um denso programa de reuniões e assembleias plenárias das organizações regionais está em plena execução e delas se extrai desde já a conclusão inicial de um debate vivo e profundamente democrático dos problemas do Congresso, das ideias mestras para o enquadramento das novas realidades deste limiar do século XXI, da necessária e precisa definição do conteúdo e das formas da democracia avançada porque nos propomos lutar, do reforço e da adequação do Partido no enfrentamento das novas realidades de época actual.

Também nos debates iniciais ressalta viva a projecção do património revolucionário do 25 de Abril, das suas conquistas, dos seus avanços e recuos, dos novos factores que determinam uma formulação política e formal adequada à etapa que colocamos na perspectiva do socialismo para a luta da classe operária portuguesa e do nosso povo.

Neste número do «Avante!» pudemos já acusar a recepção de algumas cartas dos leitores à nossa Redacção. É desejável que outras, correspondendo ao interesse de uma contribuição ou a naturais dúvidas e deficiente informação nos sejam enviadas.

Simultaneamente continuaremos a abordar os grandes temas do XII Congresso na concretização de um contributo e de uma intervenção do «Avante!» como órgão central do PCP.



# Reunião distrital de quadros — o arranque em Beja

A reunião distrital de quadros das 14 organizações concelhias do Partido realizada no dia 5 de Outubro em Beja marcou o arranque desta fase da preparação do XII Congresso. No dia 30 de Setembro a Comissão Distrital do PCP tomara já importantes decisões sobre a situação na região e o papel dos comunistas.

## DORA reúne no domingo

Reúne no domingo o plenário da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, a partir das 10 horas, no CT da Rua de Avis, em Évora.

A Direcção Regional — informou a sua SIP — vai debater o trabalho a realizar no âmbito do XII Congresso do Partido, a situação política e as tarefas dos comunistas do Alentejo no actual momento.

Na segunda-feira à tarde serão dadas a conhecer à comunicação social as conclusões desta reunião.

### O Congresso e o trabalho

Estão já marcadas 150 assembleias plenárias e 216 plenários em 29 dos 43 concelhos abrangidos pela Organização Regional do Alentejo do PCP — informou a SIP da Direcção da ORA numa nota divulgada na semana passada sobre a actual fase de preparação do XII Congresso.

Tal facto — considera a DORA — constitui «só por si um precioso e indelével testemunho da vitalidade dos organismos e organizações do Partido nesta vasta região» e do seu «empenhamento em assegurar as condições que permitam a todos e a cada um dos seus membros ter uma participação activa e empenhada na procura colectiva das melhores soluções para os problemas dos trabalhadores, do povo, da região e do País».

A SIP da DORA sublinha que «mais do que papaguear em torno das dificuldades e deficiências» é necessário «trabalho e medidas concretas para as vencer e superar». Depois de recordar as tarefas essenciais que se prendem com a preparação e realização do Congresso, afirma-se na nota que «ao mesmo tempo, é inserido na própria dinâmica do Congresso, é essencial que procuremos formas de melhorar e reforçar a própria organização. ■

Na reunião de quadros foram apreciados os projectos de Programa e de alterações aos Estatutos; as propostas do Comité Central mereceram a aprovação dos participantes, tanto na generalidade, como em relação às principais propostas que têm.

Segundo foi informado num encontro com a comunicação social, «mereceram particular atenção e foram expressas opiniões diversas e plurais» sobre várias questões contidas no **projecto de Programa**, nomeadamente o papel do PCP como «vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores e como partido patriótico e internacionalista; a revolução de Abril como revolução inacabada; a afirmação de que a democracia avançada no limiar do século XXI surge na continuidade histórica do programa de resolução democrática e nacional e dos ideais e frutos da revolução de Abril; a questão da possibilidade de um Estado democrático, representativo baseado na participação popular e eficiente, a organização do poder político e as alianças sociais e político-partidárias; o desenvolvimento económico assente numa economia mista que venha a integrar um **sector empresarial do Estado**, um **sector privado** constituído por empresas de variada grandeza, **UCP's/Cooperativas** da Reforma Agrária, **cooperativas** de produção, de serviços, de consumo e de comercialização, e **empresas em autogestão**, empresas e explorações agrícolas familiares.

Mereceram também a atenção dos quadros das organizações concelhias do distrito de Beja a integração de Portugal na CEE, o socialismo no mundo e como perspectiva para o futuro de Portugal, o capítulo sobre o Partido.

### 109 delegados

Após a reunião de 30 de Setembro da Comissão Distrital de Beja, reuniram já as comissões concelhias; no âmbito da preparação do Congresso está prevista a realização de cerca de 60 assembleias e 30 plenários e reuniões diversas — algumas destas iniciativas já constam da **Agenda** desta semana.

As assembleias plenárias compete debater os documentos para o Congresso e eleger os 109 delegados que representarão no Porto os 10884 comunistas do distrito de Beja.

Importantes contributos para a preparação do Congresso foram o **Encontro sobre o desenvolvimento económico e social** para o distrito, realizado em 14 de Maio com a participação de mais de 300 comunistas e outros democratas e do qual saiu uma Carta de Intenções e Reivindicativa, e os **10 encontros concelhios da CDU**.

### Pelo desenvolvimento do distrito com outra política

Face à continuação da política de exploração do PSD e à sua incapacidade para promover o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja, a Comissão Distrital do PCP voltou a apelar, na reunião de 30 de Setembro, à unidade e acção dos trabalhadores e democratas e decidiu desencadear e apoiar um conjunto de **reivindicações**.

Destas a Distrital destacou, no encontro de dia 7 com os jornalistas, algumas linhas: exigir o fim dos ataques às UCP's/Cooperativas e apoiar a luta dos trabalhadores em defesa e pela realização da Reforma Agrária; apoiar a luta

dos agricultores por apoios e financiamentos adequados; apoiar a luta dos operários e empregados do distrito pelo aumento do salário mínimo nacional e pelo aumento dos salários; apoiar a luta dos reformados e dos deficientes pelo aumento das pensões; apoiar a luta das populações por uma segurança social em condições.

Neste quadro, a Distrital de Beja decidiu:

— propor encontros com representantes da Associação dos Municípios do distrito, a União dos Sindicatos e o secretário das UCP's/Cooperativas para analisar a situação económica e social no distrito e questões como a regionalização, o Alqueva e a revisão constitucional;

— realizar até fins de Janeiro em sete concelhos iniciativas sobre a integração na CEE e o desenvolvimento do distrito e sobre as eleições de 1989 para o Parlamento Europeu;

— agendar para **19 de Fevereiro** próximo um Encontro Distrital de comissões, eleitos e activistas da CDU sobre as eleições para o PE e para as autarquias locais;

— realizar em fins de Outubro uma reunião de quadros do Partido ligados à área sindical e laboral para analisar a situação dos trabalhadores no distrito e medidas para o reforço da luta em defesa dos seus interesses e reivindicações;

— concretizar um encontro de quadros do Partido dos distritos de Beja e Setúbal para análise da questão do ordenamento do litoral alentejano; continuar a apoiar e incentivar o trabalho dos autarcas comunistas e outros que trabalham para a elaboração de um projecto de Operação Integrada de Desenvolvimento para o Distrito de Beja (OID), tal como pela criação da Região de Turismo «Planície Dourada». ■

## Porto Reunir ajuda à leitura

**L**er, estudar, reflectir sobre os documentos propostos pelo Comité Central para debater, opinar, propor — eis uma questão da maior actualidade na actual fase de preparação política do XII Congresso do PCP. E uma conclusão para já: reunir ajuda à leitura!

Quem o diz com saber de experiência feito são, por exemplo, os camaradas de um organismo do sector de empresas da Organização Regional do Porto do PCP, onde se fez uma leitura em colectivo dos documentos em debate para o Congresso, o que durou horas e não deixou frase «por levantar». Portanto a partir das reuniões vai ler-se mais. Pela primeira vez em muitos casos, atraídos pelos temas chamados a debate; ou lendo-se de novo, mais e melhor, porque se sente tal necessidade. Para formar opinião.

O testemunho vem do Porto, repetimos. Mas, pelos vistos, o que importa mesmo (também) repetir é o método: a leitura colectiva, empenhada, discutida, apaixonante. De fio a pavio.

Aliás a DORP do PCP dá notícias de grande actividade na discussão dos documentos do Congresso. De «carreirinha» (e só na semana passada) há a assinalar encontros de Comissões Concelhias de que serve de exemplo os de Matosinhos e Lousada e de numerosas Comissões de Freguesia onde podemos alinhar Paranhos, Foz, Bonfim, Campanhã, Fânzeres, S. Pedro da Cova, Valbom, Rio Tinto, S. Cosme, S. Mamede, Matosinhos, Leça da Palmeira, A-Ver-O-Mar. Ou ainda do Organismo de Direcção do Sector Intelectual do Porto, além de reuniões das organizações de professores, advogados, economistas, psicólogos e hospitais psiquiátricos, células e organismos diversos de empresas — APDL, Efaner, Sapec, Efacec, CDL, Perfiladora, entre outros.

E testemunha-se: no processo de debate fluem ideias, argumentos, esclarecimentos, ainda com as atenções predominantemente concentradas no projecto de alterações aos Estatutos.

Pela selecção que naturalmente se

produz nos temas das intervenções podem ler-se algumas das mais insistentes preocupações actuais e a vontade de as ver correctamente expressas — pelo conteúdo e pela linguagem adoptada — nas normas estatutárias do Partido.

Questões como a reafirmação dos princípios fundamentais do Partido, a defesa da unidade do Partido, aspectos respeitantes à democracia interna — designadamente mecanismos de circulação de informação e das opiniões; normas de auscultação de opiniões para a constituição dos organismos de direcção, designadamente o Comité Central, e mecanismos da sua eleição; normas de funcionamento do Congresso, órgão supremo do Partido; formas e processos de votação — são amiudadas vezes abordados. Como ainda a questão da formação política e ideológica dos militantes em geral, e dos quadros e funcionários do Partido, ou a componente ética da militância dos comunistas.

E, naturalmente, expressam-se, alteram-se, formam-se opiniões. Muito fre-

quentemente é explicitado o acordo e o apoio genéricos aos projectos apresentados. Ainda assim, com várias gradações. Na base de opiniões distintas. Camaradas que se manifestam francamente satisfeitos com o projecto apresentado. Opinião que transmitem, por vezes, a par da afirmação duma grande confiança na direcção do Partido. Outros que manifestam o seu reconhecimento do avanço expresso no actual projecto relativamente aos anteriores estatutos, no quadro de discordâncias várias, ou chamadas de atenção para insuficiências, ambiguidades e indefinições que persistem ou são introduzidas, ou referindo omissões que consideram politicamente significativas.

Um debate que abre para a elaboração de contribuições concretas que, em muitos casos, ganharão a forma escrita, e que certamente ajudarão a dar uma forma final aos projectos agora em consideração.

Um debate que continuará — daqui para diante mais dirigido seguramente para o Projecto de Programa do PCP. ■

# Comunistas de Bragança aprovam plano de trabalho



Em reunião realizada no passado dia 8 a Comissão Distrital de Bragança do PCP discutiu a preparação do XII Congresso e a situação social e política no distrito.

Foi organizado e aprovado um plano de trabalho, com reuniões de organismos e 11 assembleias plenárias das organizações para debate dos materiais do Congresso e eleição dos 16 delegados do distrito. Foram distribuídos pelas organizações concelhias ou agrupamentos de organizações os delegados a eleger, de acordo com o regulamento aprovado pelo Comité Central. Os projectos de

Programa do PCP e de alterações aos Estatutos foram apreciados, salientando-se a necessidade do seu estudo e aprofundamento.

Na discussão da situação social e política a Distrital de Bragança do PCP constatou a situação preocupante da agricultura, devido aos enormes prejuízos provocados pelo mau tempo e a ineficácia das medidas «propagandeadas» pelo Governo, das quais não resultou qualquer ajuda.

A situação laboral foi debatida, destacando-se, entre outros:

- Os problemas da precariedade de

emprego, nomeadamente na agricultura e construção civil;

- O encerramento da ex-Ferrominas, transferência de alguns trabalhadores para o Alentejo e o despejo dos que habitavam o bairro da empresa, no Carvalhal (Moncorvo);

- As injustiças e discriminações praticadas na revisão de salários no CAICA;

- O recurso cada vez mais frequente pelos jovens à emigração para resolver os problemas de desemprego.

Foram ainda discutidas as situações das linhas férreas (supressão e alteração de horários na Linha do Tua e Douro),

as dificuldades de escoamento de produtos do distrito (cereal e amêndoa) os atrasos no pagamento de produtos à lavoura (leite pelo CAICA e o azeite pelas Cooperativas), a florestação indiscriminada de terrenos, em muitos casos com recurso aos eucaliptos.

A Comissão Distrital de Bragança do Partido Comunista Português apela a todos os comunistas do distrito para que se integrem no trabalho preparatório do XII Congresso, na luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores e população e no combate à política de direita do Governo. ■

## Minho: acção e iniciativa

A Direcção da Organização Regional do Minho do PCP aprovou na semana passada o seu plano de trabalho preparatório do Congresso «visando garantir a mais ampla e responsável

participação de todos os militantes» no debate dos temas e na eleição dos 82 delegados que irão pela ORM participar na reunião magna do Porto. O plano — de acordo com um comunicado da DORM divulgado no dia 7 — prevê a realização de «muitas dezenas de reuniões e plenários em todas as organizações».

Entretanto, a actividade do PCP no Minho não se fica pela preparação do Congresso e a DORM, entre outras questões, propôs-se divulgar brevemente um plano de iniciativas enquadradas na preparação das eleições para o Parlamento Europeu e destinadas a intensificar o esclarecimento das posições do Partido relativamente aos problemas decorrentes da integração na CEE.

Com base na análise da situação política e social no Minho feita na reunião plenária da DORM foi decidido, ainda a propósito da integração na CEE, «acompanhar o processo de preparação da anunciada Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, exigindo o efectivo esclarecimento, debate e participação das populações e de todas as organizações e instituições interessadas».

Debatidas as consequências mais negativas da acção governativa, a DORM do PCP salienta — entre outras questões referidas no comunicado — a passividade demonstrada pelo Executivo Cavaco/PSD perante o acordo negociado entre a CEE e Hong Kong para o comércio de têxteis «com manifesto prejuízo para um sector industrial português vital na nossa região».

A par do agravamento da situação social no Minho — com o crescimento da precariedade de emprego, a baixa do poder de compra, um novo surto de empresas com salários e subsídios em atraso, um péssimo ano agrícola e a falta de apoios aos agricultores, o encarecimento efectivo das prestações no sistema de crédito à habitação, os problemas do ensino e da saúde — a Direcção Regional do PCP sublinha «a capacidade de resistência e de luta manifestada pelos trabalhadores e pelas populações em defesa dos seus interesses», de que são exemplo as lutas na Fábrica do Ferro e na Chromolit em defesa dos postos de trabalho, nos Transportes Urbanos de Braga/SM contra a diminuição das remunerações efectivas, na zona de Basto contra o projectado encerramento da linha da CP do Vale do Tâmega.

Para o futuro — e além do trabalho preparatório do Congresso e das iniciativas sobre a CEE/Parlamento Europeu — as linhas de orientação aprovadas pelo plenário da DORM apontam para «a participação mais activa e empenhada no desenvolvimento da luta dos trabalhadores, dos agricultores, das populações» e no reforço das estruturas e movimentos unitários (em particular o movimento sindical); «o empenhamento firme para que seja acelerado o processo de regionalização»; e «a dinamização do debate e do esclarecimento público sobre o processo de revisão constitucional e as propostas do PCP». ■

## Leiria

Uma jornada de especial significado na M. Grande

No distrito de Leiria a preparação do XII Congresso vai ter uma jornada de especial significado no próximo domingo.

No Centro de Trabalho da Marinha Grande, a partir das 10 horas, vão reunir as sub-comissões para elaboração e definição de propostas de planos de trabalho. Depois, com início às 15 horas, no mesmo local, a Direcção Regional (DORLEI) entra em reunião alargada às referidas sub-comissões e à Coordenadora Distrital dos Concelhos e Frentes, para apresentação das propostas de trabalho e sua aprovação.

Os planos de trabalho em estudo na ORLEI prevêem acções concretas para todo o distrito no plano da propaganda, dos fundos e dos contactos com os militantes actualmente sem tarefa regular no Partido.

Entretanto, segundo a planificação das actividades preparatórias do Congresso, os comunistas de Leiria vão empenhar-se a fundo nas assembleias plenárias e num conjunto de iniciativas, nomeadamente reuniões (estão previstas numerosas e só no concelho da Marinha Grande mais de meia centena) e convívios. ■

19 plenários só na última semana

## Santarém

A Organização do PCP na região do distrito de Santarém já está envolvida nos trabalhos preparatórios do XII Congresso. Na última semana foram realizadas 19 Assembleias Plenárias para debater os projectos de Programa e de alterações aos Estatutos do Partido e até 31 de Outubro estão marcadas mais 83 Assembleias Plenárias.

Além das 19 Assembleias Plenárias foram realizadas mais de duas dezenas de reuniões de organismos do Partido, em que participaram dezenas de quadros que discutiram o conteúdo dos materiais e a programação dos debates nas respectivas organizações.

Nas reuniões e Assembleias realizadas foi realçada a necessidade de se fomentar ainda mais a distribuição e leitura dos documentos em apreciação, de se proporcionar um debate franco, aberto e participativo.

Nos primeiros debates a grande maioria dos militantes exprimiu o acordo com os princípios fundamentais traçados nos dois documentos em debate.

Os diversos organismos de direcção do Partido em todos os concelhos estão a programar as Assembleias Plenárias a realizar durante o mês de Novembro para discussão das Teses e eleição dos 101 delegados ao XII Congresso que cabem à Organização Regional de Santarém. ■

## Debate público em Setúbal

A acção do PCP, a intervenção do Partido na sociedade portuguesa e o XII Congresso não interessam apenas aos militantes comunistas. Consciente desta realidade, o Executivo da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP leva a efeito amanhã (dia 14), a partir das 21 e 30, na sala de sessões da Câmara Municipal, um debate público sobre o projecto de novo Programa do PCP, actualmente em discussão em todo o Partido.

Carlos Carvalhas, membro do Comité Central do PCP, deputado, participará neste debate, que está a suscitar vivo interesse na capital do Sado. ■

## Aveiro Elevado consenso em torno dos documentos

Elevado consenso em torno dos documentos já apresentados pelo CC, designadamente o projecto de Programa e o projecto de Alterações aos Estatutos — tal é a tónica dominante das reuniões e sessões recentemente realizadas no distrito de Aveiro, e que mobilizaram mais de três centenas de militantes.

Testemunho do largo consenso existente manifesta-se nos resultados verificados nas Assembleias que optaram pela votação na generalidade dos documentos, resultados que foram de uma abstenção em cada documento numa Assembleia e de duas abstenções nos dois documentos e um voto contra nos Estatutos, noutra Assembleia.

Num dos debates sobre o Programa

mereceu atenção uma singular opinião que comparando o conteúdo do Capítulo II do Programa «Portugal: uma Democracia Avançada no Limiar do Séc. XXI» com o do Capítulo III «O Socialismo, futuro de Portugal» atribui àquele, além de conteúdo positivo, forma inovadora bem como elevado rigor e pormenor nas suas propostas, enquanto o Cap. III surgiria excessivamente sintético e com linguagem por vezes «mítica». Esta apreciação deu azo à reflexão colectiva acerca da relação existente entre a democracia avançada que propomos e o socialismo sendo realçado que este incorpora e desenvolve os elementos fundamentais da democracia avançada, daí a não repetição de muito do conteúdo das propostas do Cap. II.

Também as alterações aos Estatutos têm sido geralmente bem entendidas e aceites.

Não obstante as opiniões gerais de acordo, questões há que em alguns períodos tornaram os debates mais vivos designadamente as que trouxeram à discussão a ideia de compatibilizar os elementos do centralismo democrático com a existência de outras formas de «informação horizontal» para além das já praticadas no Partido (plenários, assembleias, reuniões de quadros, etc.). A discussão subsequente foi de inequívoco apoio às formulações consignadas na parte correspondente do projecto de Programa e no projecto de Alterações aos Estatutos. ■

A definição de democracia contida logo no início do Capítulo II do Projecto de Programa do PCP, sem constituir rotura, antes se situando na continuidade da posição do Partido sobre o tema, constitui contudo um passo significativo pela inclusão do conceito de democracia cultural como parte integrante do conjunto de que fazem igualmente parte a democracia política, a democracia económica e a democracia social.

### A democracia política

O povo português conhece bem o valor da democracia política para, no nosso país, se tornar necessário sublinhar tudo quanto ela significa de indispensável para a vida dos homens e das sociedades. Quase meio século de privação das liberdades constituíram para Portugal uma experiência dolorosa que frutificou porém na tenacidade posta ao longo dos últimos anos na defesa do Portugal de Abril.

No Projecto de Programa faz-se aliás explícita referência a este facto, ao mesmo tempo que se avançam dois significativos conceitos (Capítulo II 1.1.):

«A democracia política, embora intimamente relacionada com a democracia económica e social, possui um valor intrínseco pelo qual é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.»

E mais adiante (Capítulo II 1.2.):

«Pertença do povo e do indivíduo, a liberdade é um elemento básico essencial da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português.»

Pode, à primeira vista, parecer que tais afirmações pouco adiantam e se limitam a constituir novas formulações de posições desde sempre assumidas pelos comunistas. Sendo verdade que no essencial assim é, cumpre contudo sublinhar que negam de todo uma visão relativista e funcional da democracia política.

Dão exemplos desta visão posições como fazer depender o valor da democracia da coloração político-partidária dos ocupantes circunstanciais dos órgãos de poder ou a valorização das liberdades em função de um uso determinado e só em função dele.

A verdade é que, em quaisquer circunstâncias, a existência das liberdades democráticas e a composição e funcionamento democrático das instituições constituem elementos no mínimo favoráveis à defesa dos interesses colectivos e individuais e para o florescimento e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos.

### Democracia económica

A expressão intimamente relacionada que o projecto de programa aplica para definir a ligação entre a democracia política e a económica é importante pelo que diz, mas também pelo que não diz!

Afirma-se a relação evidente, mas não se afirma uma dependência absoluta, universal e constante. Torna-se claro que o pleno florescimento da democracia política é indissociável da democracia económica, tal como a democracia económica requer a democracia política.

Trata-se afinal de reflectir uma realidade conhecida de todos: as liberdades democráticas têm de encontrar no desenvolvimento económico uma tradução que, se reforça e alarga a sua intrínseca legitimidade humana, constitui por outro lado um factor de defesa e desenvolvimento da própria democracia.

A pobreza e a estagnação económica constituem outros tantos factores de manutenção de relações de carácter ditatorial, caciquero, antidemocrático. Mais ainda, quando um regime democrático descarta a componente de uma democracia económica tendem a gerar-se situações de descontentamento propícias a aventuras totalitárias. A História contemporânea conhece várias democracias que baquearam face à crise gerada pela

# Democracia cultural

manutenção na economia do domínio dos monopólios, à sua acção sabotadora e espoliadora, à exploração do descontentamento gerado. Conhecemos como após o 25 de Abril no nosso país se tornou indispensável aprofundar a democracia económica para salvar a própria democracia política.

Esta ligação entre a democracia política e a democracia económica constituem aliás o primeiro grande passo de demarcação entre a simples concepção burguesa de democracia e uma visão mais avançada da realidade, enquadrada já por uma perspectiva socialista. Basta aliás seguir a definição da democracia económica contida no Projecto de Programa para se verificar estarmos face a conceitos que avançam muito relativamente ao puro ideário democrata burguês (Capítulo II 1.2.):

«Democracia económica baseada na

subordinação do poder económico ao poder político democrático, na apropriação colectiva dos principais meios de produção, solos e recursos naturais, na planificação democrática da economia, na coexistência de formações económicas diversas e na participação dos trabalhadores na gestão das empresas públicas e de capitais públicos e no controlo de gestão.»

### Democracia social

A ligação entre a democracia política, económica e social constitui igualmente um contributo da visão socialista do Mundo.

Tal como em certa medida a democracia económica objectiva e concretiza aspectos vitais da democracia política, a democracia social objectiva e concretiza aspectos vitais da democracia económica.

se consagra no Projecto de Programa: «o melhoramento das condições de vida e de trabalho do povo torna-se um imperativo que, não só é compatível, como constitui um factor favorável ao desenvolvimento económico» (Capítulo II 4.3. sublinhado nosso).

Ou seja, o investimento na área social é não só socialmente justo e necessário, como também economicamente reprodutivo, não podendo ser encarado como uma aplicação lateral de lucros ou excedentes, mas parte integrante do próprio processo económico.

### Democracia cultural

Parece possível afirmar-se que decorre com toda a coerência da visão anterior, da interligação e interdependência entre a democracia política, económica e social, a integração no edifício democrático da democracia cultural.

Por democracia cultural entende, no essencial, o PCP «o acesso das massas populares à fruição da cultura e a liberdade e apoio à criação cultural» (Capítulo II 1.4.).

O capítulo dedicado à Política de cultura (n.º 5 do Capítulo II) contém algumas afirmações que explicitam de que forma a democracia cultural igualmente se interliga e interpede das outras expressões democráticas:

«A democracia cultural que o PCP defende — lê-se no ponto 5.3 — é indissociável da democracia nas suas dimensões política, económica e social, que são condições materiais da sua realização; mas, por outro lado, o exercício dos direitos culturais e a luta pela sua expansão e aprofundamento são factores da democracia globalmente considerada. Radicada no movimento da sociedade, componente da vida do povo, a democracia cultural constitui um dos factores de transformação da realidade.»

Ou seja, o acesso pleno e multifacetado

do cidadão à cultura constitui uma consequência da democracia política, mas, pelo próprio desenvolvimento cultural da sociedade e dos cidadãos, constitui igualmente um elemento de aprofundamento e consolidação da democracia política mediante uma intervenção cívica e política mais esclarecida, conhecedora e eficaz.

E acrescenta ainda o Projecto de Programa (ponto 5.6.):

(a democracia cultural) «É um factor da democracia económica, do desenvolvimento e da modernização porque representa a qualificação da principal força produtiva: o trabalho humano. É um factor da democracia social porque é um factor de intervenção crescente na vida da sociedade dos trabalhadores, das classes e grupos sociais mais vitalmente interessados na democracia.»

Em alguns debates já travados surgiu a objecção de a ligação à democracia social constante do último período do ponto 5.6. pertencer mais ao foro da democracia política e que se torna necessário clarificar que a democracia cultural proporciona, na área social, condições de bem-estar, de relacionamento com a realidade em moldes de conhecimento com reflexos em todas as áreas sociais (do ensino à saúde, das questões de ambiente à igualdade homem-mulher).

A atenção que este reparo — que parece inteiramente justo — reflecte acompanha a que já antes presidiu à consideração e desenvolvimento de um ponto que constitui seguramente um dos aspectos em que se deram passos significativos quanto ao Programa do Partido.

O aprofundamento da concepção de democracia constitui um dos pontos-chave da definição dos projectos políticos dos comunistas portugueses. É igualmente significativo aliás que o Projecto desenvolve as grandes medidas e propostas programáticas na decorrência e como formas de concretizar uma democracia que se pretende ampla, eficaz e participada. ■

## Projecto de revisão dos Estatutos

# Artigo 11.º

Uma das propostas de alteração dos Estatutos do Partido que tem levantado objecções por parte de alguns camaradas é o Artigo 11.º, um conjunto de disposições novas:

Art.º 11.º 1. Perde a qualidade de membro do Partido aquele que se desvincule ou que, sem razões justificativas, não tenha renovado o seu cartão por duas vezes consecutivas e tenha deixado de participar na vida partidária.

2. Podem ainda perder aquela qualidade os que, comprovadamente, se reconheça terem sido indevidamente admitidos como membros do Partido.

3. Tais decisões são tomadas pelo organismo dirigente da respectiva organização e têm de ser ratificadas pela correspondente Direcção da Organização Regional ou organismo de nível equivalente. De tais decisões pode haver recurso para os organismos superiores.

As objecções que se erguem residem essencialmente no facto de este artigo poder abrir a porta a afastamentos do Partido por simples medida administrativa, ou seja, permitir a aplicação de uma medida grave por simples decisão de carácter administrativo.

Naturalmente que são liminarmente inaceitáveis quaisquer observações que se baseiem na suspeita ou insinuação de que a proposta desse artigo visaria exactamente criar alcapões estatutários para afastamentos expeditos de militantes. Mas tal facto não impede que seja inteiramente legítimo questionar sobre a necessidade das medidas que se propõem e se estão tomadas as disposições cautelares que sempre envolvem preceitos estatutários nesta área.

### O rigor da organização

O PCP é um grande colectivo partidário de perto de 200 mil militantes espalhados por todo o País.

O alargamento orgânico do PCP fez-se ao longo de 14 anos de democracia simultaneamente com a própria definição e criação de estruturas tornadas possíveis pelas liberdades democráticas, lado a lado com outras oriundas da clandestinidade.

Não descurando a experiência de partidos irmãos e os ensinamentos leninistas, o Partido não se confinou a esquemas rígidos de organização e estruturação, antes tem vindo a confrontá-los permanentemente com a realidade.

Por outro lado, o próprio carácter acidental e contraditório do processo político português desde o 25 de Abril implicou flutuações orgânicas importantes com as mais diversas pressões.

Contra o que os seus detractores quotidianamente dizem, a grande força orgânica do PCP, reside não na rigidez e monolitismo, mas sim na sua grande maleabilidade, na sua constante adequação às condições e realidades objectivas da vida e da luta.

Não é assim difícil de compreender que o acompanhamento e integração dos militantes do Partido é uma tarefa complexa e profundamente diversificada.

A vida social e económica impõe constantemente mutações com importantes reflexos na vida partidária e na forma de organização. Desde a prosaica mudança de residência de um

militante, até à mais complexa deslocação de local de trabalho.

### Os despedimentos

Um caso que valerá a pena citar é o ocorrido em numerosas empresas onde a política de direita impôs despedimentos em massa, mesmo sem casos de falência (considere-se, por exemplo, a Lisnave).

Como se sabe, tais despedimentos atingem sistematicamente com maior intensidade os trabalhadores mais combativos e em primeiro lugar os comunistas.

Integrados na célula de empresa, os militantes despedidos dispersam-se por vários pontos. Vão trabalhar noutras empresas onde pode até suceder não haver organização do Partido; podem ficar a trabalhar por conta própria; podem inclusivamente mudar de terra de residência e irem procurar trabalho noutra lugar.

Todas estas modificações têm reflexos na estrutura partidária: a integração orgânica de todos esses militantes até aí garantida na célula de empresa pode passar por um período mais ou menos longo de indefinição.

É evidente que ao longo dos anos se sucederam milhares e milhares de casos semelhantes que, no geral, revelaram o que constitui afinal

uma evidência: o papel determinante do próprio militante para assegurar a sua integração e organização partidária.

A verdade é que, por muito esforço orgânico central que se faça no sentido de contactar militantes desligados por qualquer motivo (e ele faz-se), se não houver iniciativa por parte do próprio militante a situação pode arrastar-se quase indefinidamente, ainda com o inconveniente de não ser clara: a verdade é que ela pode dever-se a uma pura e simples decisão de afastamento do Partido ou da actividade partidária ou a dificuldades de contacto nos dois sentidos (da organização para o militante e vice-versa).

### Balanços de organização

É fácil de depreender que situações deste género podem comprometer o rigor de um elemento fundamental do trabalho político do Partido: os seus balanços de organização.

Ao sabor de critérios e decisões não definidas e que podem variar de organização para organização, inscrições no Partido que remontam há anos podem transitar sem que actualmente se tenha uma ideia clara sobre se os militantes existem ou não. Podem dar-se casos

de duplas inscrições por deficiências burocráticas, tal como atrasos de contactos pelos mesmos motivos, etc.

Para fundamentar uma regra que contribua para melhorar o trabalho nesta área partiu-se de um princípio que parece indiscutível: o de que essencialmente ao militante caberá definir esta situação.

Recusou-se qualquer tipo de solução administrativa e centralizadora, baseada no manuseamento e administração de ficheiros, de quotas ou outra.

Procurou-se sim um elemento concreto mínimo através do qual o próprio militante tenha possibilidade de manifestar a sua vontade de ser e continuar a ser membro do Partido. E isto de forma realista, que respeitasse as grandes diversidades de situações, tivesse em conta limitações e dificuldades, não implicasse esforços que resultassem contraproducentes para a eficácia da medida.

Surgiu como elemento lógico e eficaz a renovação do cartão de Partido.

### Cartões

A renovação de cartões do Partido tem-se feito de dois em dois anos. O processo de re-

novação, de entrega de novos cartões constitui não apenas um acto administrativo, mas, por todos os motivos expostos, um processo partidariamente importante.

Digamos que a renovação do cartão que atesta a sua qualidade de membro do Partido é o acto mais simples de todos em que um membro pode ser solicitado a intervir. Trata-se tão simplesmente, de dois em dois anos, deslocar-se a um Centro de Trabalho ou contactar a sua ligação habitual no sentido de receber o novo cartão ou de, caso tenha havido falha na sua passagem, exigí-la.

Sendo impossível, naturalmente, assegurar que a organização tenha condições para contactar qualquer pessoa, partiu-se então do princípio que um membro que durante quatro anos não teve qualquer contacto com o Partido nem mesmo apenas para renovar o seu cartão entendeu deixar de o ser.

Note-se que se disse não teve qualquer contacto com o Partido, uma vez que o articulado do Art.º 11.º estabelece duas limitações à aplicação automática do prazo correspondente a duas renovações de cartão: por um lado, a ausência de razões justificativas (o que, existindo, implicariam um contacto) e o ter deixado de participar na vida partidária.

Estas ressalvas que ainda mais balizam a decisão têm em conta exactamente situações

complexas (mudanças sucessivas de residência ou trabalho, ausências no estrangeiro, deslocações para zonas de difícil contacto com o Partido, etc.) ou puras e simples deficiências de funcionamento administrativo do Partido. Pode suceder o caso de atrasos sucessivos na passagem de cartão sem qualquer responsabilidade do militante e tal situação está inteiramente salvaguardada.

### Aplicação ponderada e recurso

O número 3 do Artigo 11.º estabelece finalmente uma densa cadeia de responsabilidades sobre a decisão que visa naturalmente impedir que ela possa ser tomada sem cuidada ponderação de cada caso. Sobre isso ainda — e como é normal — prevê-se a possibilidade de recurso.

Estamos assim face a uma proposta que visa essencialmente uma melhor estruturação do Partido, um melhor conhecimento dos seus efectivos e da sua organização, uma melhoria da ligação dos militantes ao colectivo partidário.

Interessa aprofundar se as medidas que se avançam correspondem da melhor forma aos objectivos que visam. ■

**XII**  
congresso  
PCP  
com o PCP  
por uma  
democracia  
avançada  
no limiar  
do século  
XXI

**Sábado  
já estarão  
ao dispor**

## CC aprovou projecto de Teses

Tal como está definido no Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados (texto integralmente publicado pelo «Avante!» na edição de 1 de Setembro) é já a partir do próximo sábado que estarão ao dispor das organizações e dos militantes o documento de Teses do XII Congresso do Partido. Como se pode ler no citado Regulamento, «as assembleias plenárias para o debate respectivo» podem arrancar «imediatamente depois».

As Teses, naturalmente ainda em forma de projecto, foram aprovadas pelo Comité Central do Partido, cuja sessão terminou ontem em Lisboa. Desde já se chama a atenção de todos os militantes do Partido para a importância deste extenso documento, que, tal como os projectos de novo Programa do Partido e de alteração aos Estatutos, vai certamente mobilizar um intenso debate, que, por sua vez, possibilitará o enriquecimento e valorização do texto.

Recorde-se uma vez mais o Regulamento aprovado pelo Comité Central em 23 e 24 de Agosto quanto às datas-limite de entrega das propostas de alteração e emendas aos projectos dos documentos em debate. Assim, a 15 de Novembro próximo termina o prazo para os projectos de Programa e alteração aos Estatutos e a 19 do mesmo mês para o projecto de Teses.

### Nove capítulos

As Teses estão organizadas em 9 capítulos temáticos, todos eles com notas de introdução.

A abrir, a situação internacional, tendo como pontos de abordagem: a evolução mundial desde o X Congresso, a evolução do sistema capitalista, a política do imperialismo, a evolução e política dos países socialistas, a luta pela paz, o movimento comunista e as forças do progresso social, da independência e da paz.

O segundo capítulo trata «o avanço do processo contra-revolucionário» em Portugal. Ponto por ponto, o documento analisa as linhas centrais da política de restauração monopolista, a reconstituição dos monopólios e a penetração das multinacionais, a restauração dos latifúndios e o domínio da agricultura pelo grande capital, a situação económica do País, a degradação da situação social e, por último, a ofensiva contra a democracia política.

A evolução da situação política é tema em foco no terceiro capítulo das Teses. Aí se recorda o fracasso do «Bloco Central», a formação do Governo minoritário do PSD, as eleições presidenciais de Janeiro de 1986, a acção do Governo minoritário, a luta pela demissão do Governo, as eleições de 19 de Julho, o plano subversivo e a política dos «pacotes», a revisão da Constituição e a redução da base de apoio do Governo.

O documento prossegue, agora no 4.º capítulo, com «a luta do povo em defesa de Abril». Depois dum balanço geral, as Teses abordam a luta dos trabalhadores e a greve geral de 1988, e as lutas nos campos, dos intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, das populações, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados e dos deficientes. As eleições desde o X Congresso, a acção parlamentar, a gestão autárquica, as lutas pela paz, a luta popular, a legalidade e a estabilização do regime completam este capítulo.

As consequências da integração na CEE preenchem a análise da quinta parte das Teses. Integração na CEE contra Abril e contra Portugal, consequências do Acto Único e do Mercado Interno Único, riscos que a política de direita agrava, 20 pontos do PCP para enfrentar 1992 e a luta necessária, são os pontos desenvolvidos nesta parte do documento.

As grandes questões que se colocam aos comunistas no âmbito da batalha ideológica estão presentes nas Teses do XII Congresso no sexto capítulo. Aí se tratam as mutações e novos meios na luta das ideias, os eixos da ofensiva ideológica do capitalismo e dos seus representantes, a realidade do capitalismo e a sua defesa ideológica, a construção do socialismo e a «perestroika», as conquistas de Abril no centro da batalha ideológica, as mistificações ideológicas em torno da CEE, o PCP como alvo das campanhas contra Abril e as perspectivas de acção.

Para além da análise e do balanço dos temas e das situações, o documento das Teses tem necessariamente de apontar orientações de trabalho. O sétimo capítulo está todo ele virado para a acção. Denomina-se «objectivos e tarefas imediatas» e trata o novo Programa do Partido e a luta imediata, o sistema e a política de alianças, a luta de massas, a luta institucional e a revisão da Constituição, as eleições para o Parlamento Europeu de 1989, as autárquicas de 1989, as eleições de 1991, a unidade dos trabalhadores, a unidade dos democratas, a luta social, política e eleitoral na perspectiva de uma alternativa democrática.

No penúltimo capítulo são abordados os grandes movimentos sociais e as organizações de massas. De forma sistematizada, são tratados os aspectos relacionados com o movimento sindical — baluarte da democracia, as comissões de trabalhadores, o movimento do campesinato, intelectuais e quadros técnicos, o movimento da juventude, os movimentos das mulheres, dos PMCI's, dos reformados e dos deficientes, as comissões de moradores e outras formas de organização popular, outras organizações de massas, o movimento pela paz e a grande frente social antimonopolista.

O Partido é o assunto que encerra o documento. O PCP na sociedade portuguesa é o tema desenvolvido logo após a nota de introdução. Mais adiante merecem desenvolvimento: a orientação política do Partido, alterações aos Estatutos, os direitos dos militantes e actividade fraccionária, problemas de direcção, política de quadros, organização, trabalho ideológico, informação e propaganda, fundos, a ligação do Partido com as massas e a finalizar a actividade internacional do PCP. ■



# O 7.º e o 8.º

**P**rossequindo a nossa breve abordagem dos 12 Congressos da vida do PCP (no número da semana passada abordámos os seis primeiros, quatro dos quais na clandestinidade), chegamos aos encontros maiores dos comunistas portugueses realizados após a alvorada libertadora de Abril de 1974, nas condições de legalidade democrática.

Na sequência do 25 de Abril de 1974 — mais precisamente em 20 de Outubro desse ano — teve lugar no Pavilhão dos Desportos de Lisboa o VII Congresso (Extraordinário) do PCP, com milhares de delegados e convidados presentes. Tratou-se de um Congresso com um único ponto na ordem de trabalhos — a aprovação das modificações propostas para a actualização do Programa e dos Estatutos do Partido — que respondia às tarefas centrais que se colocavam após o desencadeamento da Revolução de Abril.

Neste Congresso foi aprovada uma Plataforma de Emergência que apontava as medidas mais prementes da nova situação, nomeadamente o reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades, a defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento e o prosseguimento da descolonização — medidas fundamentais então definidas para a defesa e desenvolvimento da Revolução. O Comité Central do Partido era, na altura, constituído por 23 membros efectivos e 13 suplentes.

Mas se havia urgência na concretização deste VII Congresso (Extraordinário) — convocado com duas semanas de antecedência e realizado num único dia — dada a necessidade em aprovar algumas alterações ao Programa e aos Estatutos do PCP ligadas às novas tarefas que se colocavam ao Partido, já nessa altura se previa a necessidade de realizar, a curto

prazo, um Congresso Ordinário — o primeiro com essas características após o 25 de Abril. A intensa soma de acontecimentos que caracterizaram o processo revolucionário português, exigindo uma tensão constante do Partido, obrigou a alguns adiamentos mas também foi tornando cada vez mais premente a necessidade da realização desse Congresso, que analisasse e desse resposta às profundas modificações que tiveram lugar já depois de Outubro de 1974. É neste quadro que surge o VIII Congresso do PCP, realizado de 11 a 14 de Novembro de 1976 na FIL, em Lisboa.

### O passado e o futuro

Foi na reunião do Comité Central de 2-3 de Outubro de 1976 que se marcou definitivamente o VIII Congresso para 11-14 de Novembro seguinte. Nessa reunião foram também aprovados os projectos de Relatório e das Teses para o Congresso e assentaram-se os traços gerais de algumas propostas a apresentar ao Congresso: Ordem de Trabalhos, Regulamento, constituição de Comissões de Trabalho. As Teses, que tiveram uma enorme divulgação para discussão — e a sua discussão não se circunscreveu somente aos membros do Partido, pois muitos simpatizantes e amigos discutiram-nas também e fizeram chegar as suas opiniões — resumiram, de certo modo, o extenso relatório apresentado ao Congresso pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, intitulado «A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro» e que constituiu um valioso documento político de análise do que foi a Revolução de Abril, do processo longo que a tornou possível, das conquistas que permitiu, dos seus primeiros e conturbados passos, dos perigos que já então se

avolumavam, da política necessária para defender e fortalecer o campo democrático fazendo frente à ofensiva contra-revolucionária expondo as bases de uma política democrática ao serviço do povo e do País.

Participaram no VIII Congresso 1282 delegados. Destes, 529 tinham menos de 30 anos, ou seja 41% dos congressistas (havendo mesmo 26 com menos de 20 anos), enquanto 634 tinham idades entre os 30 e os 50 anos e apenas 119 ultrapassavam esta última faixa etária, o que dá ideia do grande rejuvenescimento do Partido entretanto operado. Estiveram presentes neste Congresso 18 delegações nacionais representando órgãos de soberania, organizações políticas, sindicais e sociais e 61 delegações estrangeiras representando partidos irmãos. Além destas delegações nacionais e estrangeiras e de alguns convidados especiais, assistiram a parte dos trabalhos do Congresso, como convidados, dezenas de milhares de membros do Partido e milhares de simpatizantes e amigos, bem como cerca de 200 jornalistas, fotógrafos, operadores de cinema e de televisão.

Correspondendo quer ao enorme reforço e aumento do Partido, quer ao extraordinário desenvolvimento do seu trabalho a nível nacional, o VIII Congresso do PCP alargou o seu Comité Central para 54 membros efectivos e 36 suplentes.

Para a preparação deste Congresso realizaram-se, para além das reuniões ordinárias, 2297 assembleias e reuniões especiais com a participação de mais de 40 000 membros do Partido, onde foram largamente discutidas as Teses e eleitos os delegados ao Congresso. Foram propostas 3033 emendas às Teses, das quais foram consideradas 1283, enquanto as restantes ou repetiam ideias semelhantes ou correspondiam a particularizações que, no essencial, estavam contidas no Relatório, ainda não conhecido na altura das Assembleias e que, pela sua natureza, eram próprias de um relatório mas não de teses ou conclusões.

É sobejamente conhecida a importância deste VIII Congresso na vida do PCP, não apenas por se tratar do primeiro, ordinário, realizado nas condições de legalidade democrática e, em tal quadro, haver apresentado um partido de grande pujança e em plena expansão, mas sobretudo por ter equacionado de forma determinante para o Partido e o País os problemas com que se defrontavam a Revolução e o povo português na sequência do 25 de Abril, apontando as principais linhas de acção e luta política. ■



# Cartas do leitor

## Saudar ou não saudar

Não sei se é de saudar ou não a iniciativa do «Avante!» de abrir uma secção de correspondência a propósito da preparação do Congresso. Por muitas razões, algumas das quais passo a expôr:

Primeiro porque não tenho visto no órgão central do Partido, a não ser muito esporadicamente, correspondência dos leitores a propósito do que quer que seja e muito menos sobre questões teóricas importantes, nem sequer durante a preparação dos anteriores congressos. Fica a ideia de que os militantes ou não têm o hábito da discussão de tais problemas ou — o que penso ser o caso, nomeadamente o meu caso — de que o podem fazer nas suas organizações, esgotando-se aí o que têm a dizer ao Partido, dispendo democraticamente da possibilidade de dar a sua opinião e das vias para que essa opinião chegue aonde deve chegar.

Em segundo lugar, com quem vão dialogar os militantes?

Limitam-se a falar sozinhos, expondo as suas opiniões que são divulgadas no «Avante!», ou podem polemizar com outros camaradas, discordar publicamente deles, em vez de o fazerem, como penso que deve correctamente ser, dentro do Partido que tais debates se processam? Ou vão apenas servir de interlocutor do órgão central, cuja orientação reflecte necessariamente a orientação do Partido e da sua Direcção?

Em terceiro lugar: não será a abertura da secção de correspondência uma cedência às exigências que tenho visto formuladas na imprensa de direita, inclusive por camaradas nossos, que assim pretendem mostrar que o Partido lhes corta a palavra e que não lhes publicaria as cartas no «Avante!»?

Se esses camaradas não se atreverem agora a escrever no «Avante!» o que têm vindo a escrever nos órgãos da burguesia, será que as intenções que presidiram a esta iniciativa — de abrir o jornal à correspondência sobre o Congresso — se justificam?

Aqui ficam apenas algumas dúvidas. Se quiserem podem publicar esta carta.

Alberto Pena Fernandes

NR — É verdade que se trata da primeira vez que nas colunas do «Avante!» se publicam cartas sobre o debate preparatório de um Congresso. É também verdade que tais debates sempre se realizaram, com inteira liberdade e responsabilidade nas organizações do Partido. É ainda certo que, se a correspondência para o «Avante!» nunca foi abundante, trata-se agora de uma oportunidade interessante de a relançar. É, pois, na nossa opinião, de saudar esta iniciativa, que não vai contra o facto de se estarem a realizar no interior do PCP, vivos e amplos debates preparatórios do Congresso. Por outro lado, quem escreve no «Avante!» nunca fala sozinho!

Quanto à última questão que o camarada coloca, não seremos certamente nós a poder dar

a resposta. O facto é que, sem ceder a quaisquer «exigências» a secção está aberta. E isso, pensamos que é de saudar.

## O voto

Aproveito esta secção de «Correio do Leitor» no âmbito dos debates preparatórios do nosso Congresso para levantar algumas questões sobre o voto nos organismos do Partido.

É sabido que o Comité Central, numa das suas reuniões aprovou o Regulamento do Congresso; entre outras coisas, que não vêm ao caso, decidiu que as votações continuarão a processar-se, como até aqui, de braço no ar, salvo no que respeita à eleição dos delegados. Neste caso, se as Assembleias assim o entenderem, por maioria simples, a votação far-se-á por voto secreto.

Certa imprensa especulou muito com esta questão. Camaradas, não sei se muitos se poucos, não deixaram também de se pôr a questão, pronunciando-se uns pelo voto secreto e outros pelo braço no ar.

Quero dizer que, pessoalmente, a questão me parece uma falsa questão. Seja sobre que assunto for, e em que circunstância for, o meu voto não se altera por ser efectuado de uma forma ou de outra. Acredito firmemente que o mesmo acontece com todas as pessoas verdadeiramente responsáveis. E por maioria de razões com os comunistas.

Ou bem que os camaradas, chamados a pronunciar-se, o fazem assumindo a plena responsabilidade dos seus actos, ou bem que são uns irresponsáveis e preferem assumir em público posições contrárias às que assumem em privado. Não entendo que isto se possa admitir no seio do Partido.

Bem ou mal, com razão ou sem ela, em maioria ou em minoria, os comunistas têm o dever de ser coerentes e responsáveis e de actuar — no caso votar — em conformidade.

Bem sei que em algumas organizações do Partido nem tudo se passa da melhor maneira e que os funcionamentos podem, por deficiências de trabalho, não ser os mais democráticos. Mas não acho que isso se resolva com o voto secreto. Mal estaria o Partido se chegassemos a esse ponto. Os problemas resolvem-se com o debate franco, a crítica construtiva, com a livre troca de opiniões. Que tem a perder o militante que o faça, mesmo em discordância com outros? Não ter tarefas a cumprir, responsabilidades a assumir? Não creio.

Tratar o Partido como uma qualquer agência de empregos ou sucursal do governo em que há defender o «tacho» parece-me fraco argumento. É do domínio comum que os comunistas, no Partido, só lucram em trabalhos, res-

ponsabilidades, satisfação de defender os seus ideais. Nunca ninguém ficou rico e poderoso, materialmente falando, com tais coisas.

É por isso que para mim a questão do voto está mal posta. O voto, de braço no ar se o quisermos, secreto se assim o entendermos, tem é que ser consciente e responsável. Com os meus cumprimentos,

Guilhermina Sousa

## Só quem não quer ver

(...)

Há mudanças perceptíveis no comportamento das pessoas que frequentam a Festa. Mas essas mudanças estão explicadas no Projecto de Programa do PCP, devem-se às alterações históricas, sociais, que afectaram toda a vida nacional. Penso que as Festas do «Avante!» contribuíram muito para que o Partido acompanhasse todos os aspectos da mudança sociocultural da população. Na desconstrução do ambiente de festa percebemos mais claramente as características dos que nos cercam, expomos com menos limitações o que nos vai «na alma», assistimos sem interferir, com compreensão, a aspectos que nos surpreendem.

O Partido, os camaradas de sempre, levam uma vida dura, sem festas, subordinados ao padrão do dever e da produção. É o contrário do padrão introduzido pelo imperialismo na sociedade portuguesa depois do 25 de Abril, no qual o consumismo, a alienação, a exibição, o oportunismo, o cinismo, a esperteza e a desonestidade foram projectados como valores superiores. Na Festa do «Avante!» encontramos o reflexo dessa formação moderna através das suas vítimas e não dos seus autores. São crianças dessa nova escola, com a lição mal adaptada à natureza do jovem português. Ao encontrarem as raízes nacionais e morais que o Partido cultiva e expõe com arte e alegria, extraem de si o que de bom a juventude lhes dá e mais o aprendizado moderno positivo que assimilam na vida. Nessa fusão, o que há de diferente no comportamento social moderno torna-se apenas um sinal exterior da moda ou será um elemento positivo que o Partido absorve. Assistem-se à quebra de preconceitos e a uma real abertura coerente com o espírito internacionalista. É uma grande lição.

Só quem não quer ver, por má-fé ou incapacidade pessoal, pode pensar que o Partido não mantém dialecticamente a força dinâmica que promove o desenvolvimento do País. Entristece-nos ver camaradas que se afastam, que escolhem outra via de acção. Mas hoje estou certa de que essa tristeza é apenas por eles, pelas lembranças de outros tempos que ficaram

frustradas, pois o Partido avança sempre em defesa da verdade.

Com um abraço, as saudações revolucionárias da

a) Zillah Branco

## Democracia

Antes de mais nada, quero saudar a iniciativa do «Avante!» em abrir as suas páginas ao correio dos leitores.

Apesar de pensar que o local próprio para o debate das questões do Partido, sejam relacionadas com o Congresso ou outras, é a organização a que pertence cada militante, acho

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII-Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»  
Secção de Cartas do Leitor  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
1699 LISBOA CODEX.

que não devemos esquecer os casos de camaradas desligados ou mesmo de organizações que não funcionam da melhor maneira, cujas contribuições nem por isso deixam de ser importantes.

Por outro lado, esta iniciativa tem a vantagem de aproximar os militantes do «Avante!» e vice-versa, o que só pode resultar em vantagem para o Partido, que somos todos nós.

Passando ao assunto que me levou a escrever, quero manifestar as minhas dúvidas quanto à expressão utilizada no «Projecto de Programa do PCP» quando se fala de «democracia avançada no limiar do Século XXI».

Porquê «democracia avançada»? Isto faz-me pensar que há democracias que são menos avançadas do que outras e, aí reside a minha dúvida, que se pode aplicar o termo «democracia» mesmo quando desprovido de qualquer significado prático.

Quero eu dizer que não podemos confundir a chamada «democracia burguesa» com a verdadeira democracia pois isso parece-me estar a contribuir para deturpar o sentido e significado de democracia.

Será que se pode falar de democracia sem, ao mesmo tempo, querer dizer democracia política, social, económica e cultural?

Haverá democracia só pelo facto de haver eleições livres, se a população continuar a não ter direito ao emprego, à saúde, ao ensino, à cultura?

Todos sabemos que a generalidade dos países capitalistas diz viver em democracia. Mas será que se pode falar em democracia quando uma RFA, por exemplo, consagra na lei o direito de discriminar os comunistas e impedir o seu acesso a determinadas profissões?

Não estaremos nós, ao admitir a designação de «democracia avançada», a reconhecer implicitamente o direito de tais países se intitularem democracias, quando na verdade estão muito longe de o ser?

Penso que não perdíamos nada em parar um pouco a pensar nestas questões.

Com as melhores saudações e votos de bom trabalho,

Ana Gonçalves dos Santos

NR — Chamamos a atenção da camarada para o artigo publicado neste número sob o título «Democracia cultural» que comporta algumas achegas para a questão. ■

Saudando apenas a abertura de correspondência recebemos ainda breves cartas assinadas por Mário Ventura Teixeira, César Luís Teixeira Fernandes, Maria José Cabecinha Ferreira, Maria José Campos de Sousa e Mário Luís Semedo. ■

## Não ficar à espera!

Do debate em que todo o Partido é chamado a participar, preparando o XII Congresso, nunca ficam, os plenários e os militantes, pelas ideias vagas ou pelo levantar de problemas. O debate incide principalmente sobre os documentos aprovados pelo Comité Central e, muito especialmente, sobre as Teses que o CC

acaba de aprovar. Assim, confrontadas as opiniões com os textos, certamente muitos milhares de propostas, com a finalidade de melhorar os documentos que serão apresentados em Congresso, vão aparecer. O que aqui vai é um apelo:

— Não fiquem as organizações — ou os militantes — à espera para enviarem as

suas propostas de emendas. Estas, recordamos, deverão ser entregues, conforme o Regulamento estipula, até 15 de Novembro — para o projecto de Programa e alterações aos Estatutos; até 19 de Novembro para as Teses. Mas trata-se de prazos-limite. Quem tiver emendas, entregue-as... já! ■

## Encargos financeiros

A preparação e a realização do XII Congresso do Partido implica, necessariamente, um largo conjunto de encargos com as consequentes despesas. As organizações do Partido nas diferentes

regiões do País estão atentas a essa questão. Mas mesmo assim será útil apelar, aqui nas colunas do Avante!, à compreensão e ajuda dos militantes, dos simpatizantes e amigos do Partido, de todos os

portugueses que vêem no PCP uma força indispensável na vida nacional e cujo reforço significa igualmente o fortalecimento da própria democracia e do regime democrático. ■

## Orgulhosamente sós

Agora percebemos melhor porque é que o Governo de Cavaco Silva aparece tanto na televisão. É sempre aos magotes, nunca vem um ministro sozinho. Se um diz mata na primeira reportagem, o outro diz logo esfolo na segunda. E tiram fotografias que se fartam. É nas colunas sociais, é nas primeiras dos jornais, desta feita em mangas de camisa. Acompanhados e sorridentes, encostados uns aos outros.

Percebemos: é que eles se sentem cada vez mais sós. Não bastou que a oposição os criticasse. Que os sindicatos também o fizessem. A gota que parece ir fazer transbordar o copo foi aquela dos impostos. Ninguém achou graça. Nem mesmo o patronato — o grande — que arranhou um bode expiatório à sua medida. Que o patronato nunca está contente e, mal agradecido, critica também o Governo.

Com efeito, a CAP, a CIP e a CCP, juntaram-se e apontaram o Governo como culpado. «Decepcionante», foi o termo que acharam para classificar a «reforma fiscal» do PSD/Cavaco Silva. Não sabemos se o patronato queria pior. O que sabemos é que já critica asperamente o Governo.

Por outro lado, se juntarmos a todas as críticas, as que já aparecem nos jornais que tantos vivos deram a Cavaco, compreendemos melhor porque é que eles aparecem

tão juntinhos. É que cada vez se sentem mais desacompanhados.

## O campeão

No entanto, se alguns jornais começam a criticar — e mesmo a admitir a subida e o reforço das posições da oposição — não deixam de, prudentemente, indicar que o Governo de Cavaco está para lavar e durar. No fim de contas, muitas das críticas que agora surgem, são outros tantos conselhos a Cavaco. Misturados certamente, com algum despeito, certa irritação e, porque não, um pouco de receio de que o Governo vá longe de mais e desça de mais...

Dois dias antes de a RTP chamar a atenção para a «bipolarização» que as eleições regionais dos Açores e Madeira indiciaram — beneficiando o PS mas não abalando definitivamente a posição maioritária do PSD, o «Semanário» publicava uma curiosa «sondagem» que concluiu: «O PS está no seu ponto mais baixo desde Janeiro — se hoje houvesse eleições tinha menos 5,4% que em Junho. O PSD perde terreno mas também a maioria absoluta — averba 46,1% das intenções de voto. Quem ganha são os outros — PCP, CDS e PRD»...

E, como num aviso, adianta que «nesta última sondagem», o «campeão da fidelidade de voto é, neste momento, a CDU com 90,2 por cento de eleitores fiéis,

# Pontos Cardeais

sendo que este é o seu melhor resultado de fidelidade desde o início do ano»...

Não se trata, certamente, de graxa passada aos comunistas. Pode, no entanto, ser um aviso de amigo aos outros.

## Uma horrorosa saudade

Já se sabia que Vasco era um aristocrata. De Vasco Pulido Valente se fala aqui, entendendo-se. Por isso não espanta que, na sua independente crónica da semana passada, abordando horrorizado os jogos olímpicos de Seul — onde para seu desgosto abundaram os «comunistas», os «pretos», os «asiáticos» e outros assim —, lhe fugisse a pena para as delícias que eram os jogos quando antigamente se disputavam. Mas quanto antigamente? Na Grécia antiga? Não senhores. Ai também era o povinho a correr atrás dos prémios, que horror. Os melhores de todos foram certamente os reinventados pelo famoso barão de Coubertin. Um aristocrata. Um cavalheiro. «O máximo valor desportivo

aristocrático», elogia Vasco, «consistia na superioridade sem esforço ou, por outras palavras, no talento natural e em alguma (muito pouca) aplicação. Os aristocratas acreditavam» — e parece que Vasco também — «na sua superioridade natural, no desporto como no resto». Mas depois, tudo mudou. Para pior que mau. Leia-se: «Não admira que os países comunistas, alguns países africanos e os grupos segregados e oprimidos do Ocidente democrático (a título de ilustração, contem-se os pretos, os árabes e os asiáticos nas equipas dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França) tenham dominado os jogos de Seul. Para que uma pessoa exerça ou aceite que se exerça sobre si uma tão grande e tão absurda violência é preciso que não haja outra maneira de escapar à miséria ou outra via de promoção social, excepto aquela espécie de desporto». Pois. Antigamente é que era bom. Com a aristocracia a exibir-se e o povo a aplaudir. Os comunistas, os pretos e os outros oprimidos podiam bater as mãos umas nas outras. Seria a única espécie de desporto que lhes haviam de consentir.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Dialogar é assim...

Ser ouvido é que é o normal. Mas parece que não, em Portugal.

Sindicalistas da Siderurgia e Setenave queriam dialogar. Mas o Cavaco achou que era um entrave à liberdade... de circular e em vez do diálogo, então, deu-lhes voz de prisão...

Vão ser julgados. E a avaliar pela energia com que se luta, mais e mais, qualquer dia não fazem outra coisa os tribunais...

## Privatizar — e em força!

O que é preciso, preciso, agora, é privatizar com juízo ou sem juízo, muita pressa é que é preciso para se ir privatizar venha trovão ou granizo pois o que é basto preciso agora é privatizar Portugal que fique liso depois de privatizar com tanto e tal prejuízo o que é preciso, preciso, agora é privatizar e o capital faz-se ao piso tem nos lábios o sorriso de quem sabe que é preciso e urgente privatizar regressar à velha moda de estar com o PS a pôr o guiso ao gato pronto a arranhar na hora de privatizar.

Anda no ar um aviso solenemente: veja-se a quem é preciso privatizar: o que dá massa a ganhar evidentemente...

... que onde é preciso gastar paga a gente...

## As «prioridades»

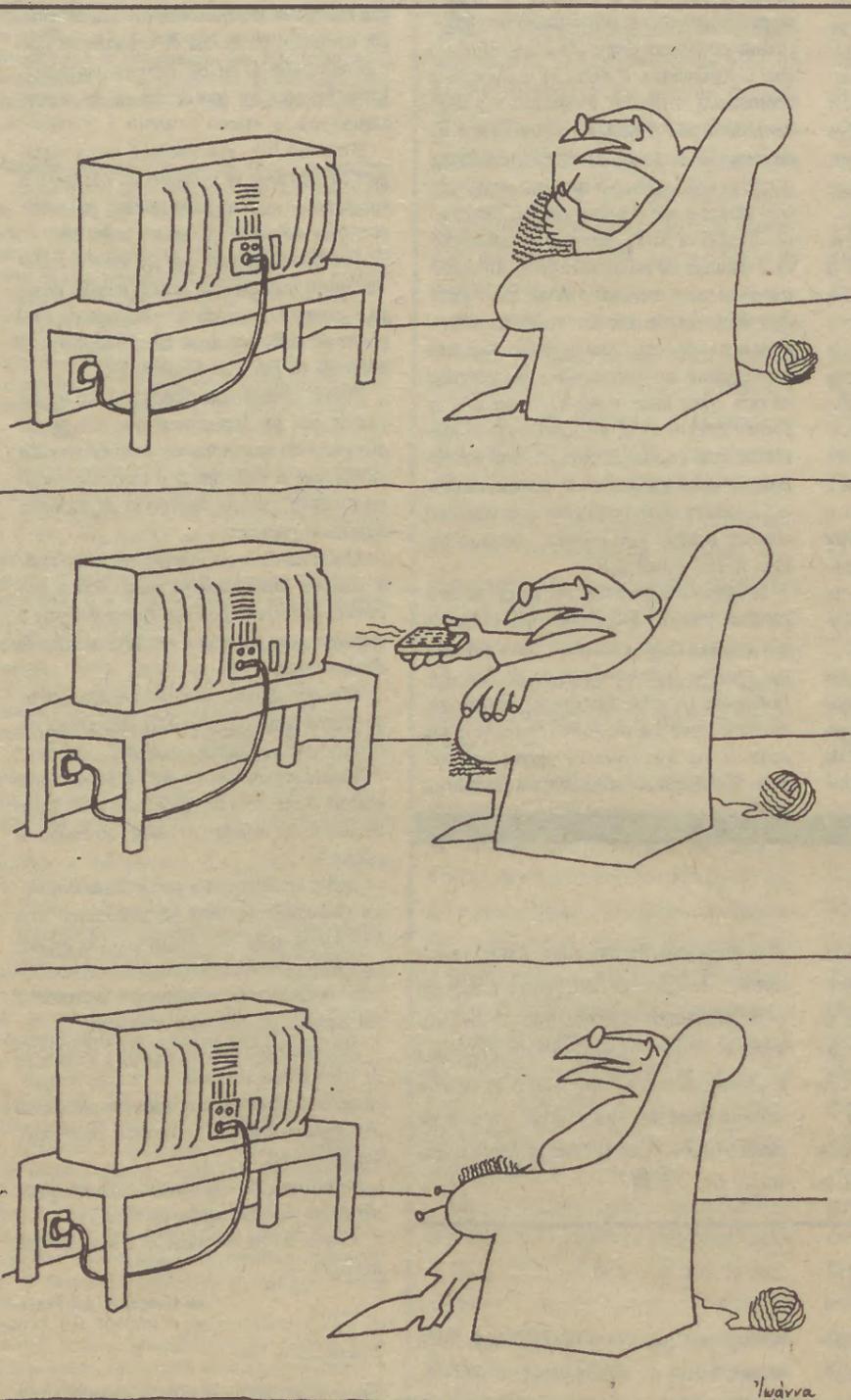
Raquítica sifítica assim é a política governamental. Enchem a boca as sumidades em bolanda com a propaganda das prioridades...

Por exemplo: o governo tem a prioridade da saúde. Bem. Sucede que sai menos dinheiro do cofre para tratar de quem sofre...

Tem a prioridade do ensino. Mas — ora bolas! faltam cada vez mais, em desatino, as verbas para as escolas...

Tem a prioridade, ele bem prega, do emprego. E cada vez mais desemprega...

De maneira que a mim ainda me parece prioridades era bom que o governo as não tivesse...



# Agenda

Avante!

Ano 58 - Série VII  
N.º 772

13 de Outubro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



Sábado, 15

## Álvaro Cunhal no Seixal

No próximo sábado, a partir das 14.30 h, decorrerá na Sociedade Filarmónica União Arrentelense (Seixal), uma reunião da Direcção Regional de Setúbal (DORS) com as Comissões Concelhias do Partido. Entre os objectivos gerais desta reunião alargada, que contará com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, contam-se a dinamização dos trabalhos preparatórios do Congresso e a realização, desde já, de um primeiro balanço das acções levadas a efeito.

(Localização da União Arrentelense: na estrada para o Seixal, parar na Arrentela, seguir até ao campo de futebol e ao complexo desportivo e aí encontrarão a sede da União)

### Quinta 13

#### Coimbra

Plenário da Comissão da Freguesia de Eiras - 20.30; Célula sindical de Comércio e Escritórios de Coimbra, no CT - 21.00; Organização local dos **Tovins e Altos dos Malheiros** (Olivais/Coimbra) - 21.30; Célula da **Celbi**, no CT Figueira da Foz - 21.30; Plenário em **Gáfete**, no CT - 22.00.

#### Portalegre

Plenário do concelho de Aviz, no CT Benavila - 20.30; Plenário de **Alcórrego**, na J. Freguesia - 20.30; reunião da **Portucel**, no CT Niza - 21.00; Plenário em **São Simão**, na J. Freguesia - 21.00; Plenário em **Santana**, na J. Freguesia - 21.00; Plenário em **Gáfete**, no CT - 20.00.

#### Viana do Castelo

Plenários de **Professores e Intelectuais**, no CT Viana - 21.30.

#### Lisboa

Célula da **Cometna**, no CT Amadora -

18.00; Células da EPC e da AGA, no CT Amadora - 18.00; Célula da **Sorefame** - 18.00; Célula da **Sterling** (Cascais), no CT Tires - 18.30; Célula do **Bairro novo** (freg. Mina), no CT Amadora - 21.30; C. Freguesia da **Buraca**, na J. Freguesia - 21.30; Célula da **Sorel**, no CT Marvila - 18.30; Célula dos **Ferrovários do Centro**; no CT Vitória - 14.00; Freguesia de **S. Quinto**, no CT Sobral M. Agraço - 21.30; Célula **CM Torres Vedras**, no CT de T. Vedras - 18.00; Núcleo de **Qts da Carris**, no CT Alcântara - 13.30; Célula da **Aminter**, no CT Santos - 18.30; Células de **empresa de Alverca**, no CT Alverca - 18.00; Célula da **Proença**, no CT Campolide - 18.00; Células do **Chiado e Grandela**, no CT Chiado - 12.00; Assembleia da **Zona Ocidental da Ajuda**, no CT Ajuda - 21.00; Célula da **CM Lisboa**, no CT Dq. Loulé - 18.30; Plenário do **Sector de Turismo**, no CT Dq. Loulé - 18.30; Célula **F.B. Prata**, no CT

Marvila - 18.30; Assembleia **Zona I, Chelas, Norte e sul de Marvila**, no CT Marvila - 18.30; Assembleia de **Olivais Norte, Qta. Morgado e Bairro Encarnação**, na Escola 175 - 21.00; Núcleo de fim de tarde da **Caminho** - 17.30; Célula da **Gulbenkian/sede**, no CT Ant. Serpa - 18.30; Assembleia da **Zona 1 de Chelas e da Zona 2 - Blocos Brancos**, na comissão de moradores da Zona 1 - 21.00; Plenário de **Santa Maria, S. Martinho e CM Sintra**, no CT Sintra - 21.00; Célula da **CM/SMAS de V.F. Xira**, no refeitório da **CM/SAMS** - 18.00; Assembleias de célula da **Mague e residentes na Póvoa**, no CT Póvoa - 21.00; Núcleo de **manutenção da TAP**, no CT Ant. Serpa - 17.00; Núcleo de **administração da TAP e núcleo do Marquês**, no CT Ant. Serpa - 18.00; Célula da **Carris**, no CT Vitória - 18.30; Núcleo da **CP no Cals do Sodré**, no CT Santos - 18.30; Núcleo da **RN/sede**, no CT Santos - 18.30; Organi-

zação de **Olival Basto** - 21.30; **Organizações Populares de Moscavide**, no CT Moscavide - 21.00; Plenário dos **Bairros Espírito Santo, Odívelas Velho, Memória, Liberdade, Ramada e Arroja**, no CT Odívelas - 21.30; Células de **empresa do Prior Velho**, no CT Sacavém - 18.30; Assembleia de vários **hospitais e serviços de saúde**, no CT Vitória - 17.30; Assembleia do **Hospital de Santa Maria**, no CT S.P. Gomes - 17.30; Assembleia dos **escritores**, no CT Vitória - 21.30; Assembleia da **org. de Carnota**, Alenquer - 21.00; Assembleia da **org. da OTA**, Alenquer - 21.00; plenário da **ex-SEAP**, no CT Alcântara; Plenário de **vários ministérios**, no CT Alfama - 18.30.

#### Setúbal

Com. **Concelhia de Alcácer do Sal**, no CT Alcácer - 19.00; núcleo **UFAM/Quimigal**, no CT Barreiro - 18.00; núcleo **higiene e limpeza autarquias**, no CT Barreiro; org. **Cidade Sol St.º António**, no CT St.º António - 21.00; **Executivo C. Freg. Verderena**, CT Verderena; Célula **Movauto**, CT Setúbal - 17.30; Assembleia de **Empresas Químicas**, no CT Sines - 18.30; Assembleia **Quadros Técnicos**, CT Sines - 21.00.

#### Porto

Reunião da **C. Freg. Bonfim**, CT Barão S. Cosme - 21.30; reunião da **C. Freg. de Ramalde**, CT Ramalde - 21.30; Reunião da **C. Freg. Massarelos**, CT Boavista - 21.30; Célula de **economistas**, CT Boavista - 21.30.

#### Portalegre

Org. **Benavila**, no CT Benavila - 20.30; org. **Alcórrego**, na J. Freg. - 20.30; célula da **Portucel**, CT Niza - 21.00; org. **S. Simão**, na J. Freg. - 21.00; org. **Santana**, na J. Freg. - 21.00.

#### Viseu

Org. Freg. **Abraveses** - 21.00; plenário **concelho Carregal do Sal**; exec. **C. Dist. Viseu**.

### Sexta 14

#### Braga

Militantes da **Freg. Cabreiros**, na Casa do Bento - 21.30; célula dos **CTT**, no CT Braga - 18.15; células do **município de Braga**, CT Braga - 21.00; Militantes da **Zona da Cidade**, CT Braga.

#### Leiria

Assembleia **concelhia das Caldas da Rainha**, CT Caldas da Rainha - 21.00.

#### Faro

Célula dos **comerciantes**, no CT Faro - 21.30; org. de **Santa Bárbara de Nexe**, CT Sta Bárbara - 20.30; sectores da **Saúde, Segurança Social e Função Pública**, no CT Faro - 21.30; org. **Freg. São Clemente**, CT Loulé - 21.00; org. **freg. Portimão**, CT Portimão - 21.30; **Freguesia Bensafrim** -

21.00; org. de **Odeaxere** CT Odeaxere - 21.00; org. **Tunes**, CT Tunes - 21.00.

• **Aveiro**  
Assembleia das células dos **CTT, sector Bancários. Colectivos Mulheres e Reformados**, CT Aveiro - 21.00; org. **concelho de Estarreja**, CT Estarreja - 21.00; org. **concelho de Espinho**, CT Espinho - 21.30; **Freg. de Fiães, Santins, Souto, Fornos, Travanca, Escapães, Mosteiro e Espargo**, CT Feira - 21.00; org. **concelho Mealhada**, CT Mealhada - 21.30.

• **Coimbra**  
Org. **Local de Fiscal (Lousã)**, às 20.00 horas; **Comissão Concelhia de Penacova**, 21.00 horas; Org. **Local de S. Martinho do Bispo**, 21 horas; plenário do **Sector Cerâmico de Coimbra**, no CT, às 18.30 horas; célula da **EDP**, no CT de Coimbra, às 18.30 horas; plenário da **Org. de Freguesia de Almedina**, na sede do **Ateneu de Coimbra**, às 21 horas; Plenário da **Organização de Santa Cruz**, no CT, às 21 horas; reunião das células do **Hospital Distrital da Figueira da Foz**, dos **CTT e da Função Pública**, no CT da Figueira da Foz, 21.30; Org. dos **Médicos do Sector Intelectual de Coimbra**, no CT, 21.30 horas; célula sindical dos **Professores**, no CT de Coimbra, às 15.30 horas; reunião plenária de **Professores**, no CT, às 21.30 horas; Org. **Local de Casevele** (Condeixa-a-Nova, 21 horas).

• **Porto**  
Reunião da **Zona das Antas**, na Associação de **Moradores das Antas**; reunião da **Comissão de Zona de S. Victor e Lomba**, no CT de Barão de S. Cosme, 21.30 horas; reunião da **Comissão de Freguesia de Paranhos**, no CT de Paranhos, 21.30 horas; reunião de **Comissão de Freguesia de Cedofeita**, no CT da Boavista, 21.30 horas; reunião da célula do **Hospital de Gala**, no CT da Boavista, 21.30 horas.

• **Évora**  
**Santana do Campo** (Arraiolos), na Sociedade, às 20 horas; **S. Gregório** (Arraiolos), na Junta de Freguesia, às 20 horas; **Vimieiro**, na Junta de Freguesia, às 20 horas.

**Construção Civil, Metalúrgicos, Operários do SAP e organismos diversos do concelho de Montemor-o-Novo**, na Biblioteca - 20.30 horas; **Cortiçadas do Lavre, UCP Poder Popular**, no CT, 20.30 horas; **Cabrela, UCP de Cabrela**, na Casa do Povo, 20.30 horas; **Silveiras, UCP de S. Silveira e Safira**, na Escola Primária, 20.30 horas; **S. Cristóvão, UCP Poder Popular**, no barracão da UCP, 20.30 horas; **Organizações diversas de Vendas Novas**, no CT, às 15 horas e 20.30 horas e no **Centro de Convívio** às 20.30 horas;

**Vila de Borba, Nora, Rio Moinhos**, no CT, às 20.30 horas; **Orada**, na Junta de Freguesia, 20.30 horas; **Portel**, no CT, às 20.00 horas.

• **Viseu**  
Reunião da **Organização da Freguesia de Abraveses**, às 21.30 horas; plenário de **militantes do concelho de Carregal do Sal**; reunião do **Executivo da Comissão Distrital de Viseu**.

• **Santarém**  
Assembleias das organizações de: **Afferarede e Tramagal** (Abrantes); **Fazendas de Aleirim** (Aleirim); **Porto Alto** (Benavente); **Pontével** (Cartaxo); **Volta do Vale** (Coruche); **Salvatera**; **Amiais de Baixo, Arneiro das Milharças e Atalaia** (Santarém); **Zibreira** (Torres Novas).

• **Setúbal**  
**Núcleos 4 e 5 do Bairro 5 da Freguesia do Barreiro**, no CT, 15 horas; **Freguesia Vale da Amoreira**, na Comissão de **Moradores**, 21 horas; **freguesia da Baixa da Banheira e célula da Cooperativa Estrela Moitense**, no **Ginásio**, 21 horas; **Bairro Novo, Lentiscals, Porto Covo** (Sines), 20.30; **Fonte Moura**, às 15 horas; **Organização Concelhia de Setúbal**, na Câmara Municipal, 21.30 horas; **Organização Local de Casebres**, no CT, às 20.30 horas; **Organização Local de Rio de Moinhos**, às 17.30 horas; **Localidades da vila de Alcácer do Sal**, no CT, 21 horas; **Comissão de Freguesia de Palhais** (Barreiro), no CT; células das **autarquias de Palhais**, no CT; organização da **Freguesia de Santo André**, no CT, 21 horas.

• **Lisboa**  
**Empresas do concelho de Oeiras**, no CT de Algés, 18.30 horas; plenário no CT de **Vialonga**, 21.30 horas; organização da **Apelação** (Loures), no CT, 21.30 horas; **Comité Local de Carnaxide**, no CT, 21.30 horas; **Organizações de Painho, Aljuber e Vermelha** (Cadaval) 21 horas; **intelectuais da ORL**, CT Vitória; células da **DGRAH, DGMN, DGPU**, no CT Vitória, 12.30;  **direcção da Organização da Função Pública**, no CT Alfama, 18.30 horas; célula da **Teppclima**, na **Teppclima**, 18 horas; **delegados de propaganda médica**, no CT Vitória, 21.30 horas; **Comissão Concelhia de Arruda dos Vinhos**, no CT, às 21.30 horas; **freguesia de Rio de Mouro**, no CT, 21 horas; **Comissão de Freguesia de Belas**, no CT, 21.30 horas; **Zona Habitacional de Alverca**, na Junta de Freguesia, 21.30 horas; **freguesia de S. João de Brito**, no CT da António Serpa, 21 horas; célula da **Charneca e vários**, no CT das **Galinheiras**, 21.30 horas; Org. da **Boa Hora**, no CT da Ajuda, 21 horas; células das **Galinheiras, Ameixoeira e Charneca**, no CT da **Charneca**, 21.30 horas; **Musgeira Norte**, às 21.30 ho-

Projecto de

## Programa do PCP

Portugal:  
uma democracia avançada  
no limiar do século XXI



(Documento proposto pelo Comité Central  
para debate em todas as organizações)

• Participar  
• Intervir  
• Propor

Projecto de

## Alterações aos Estatutos do PCP



(Docu  
pa



ras; vários organismos ligados à DORL, no CT da SPG, 21 horas; **Penha de França**, na Junta de Freguesia, 21 horas; **Bairros Charquinho, Pedralvas (Benfica)**, no CT, 21 horas; célula da **Automática Eléctrica Portuguesa**, no CT Vitória, 15 horas; **Org. Direcção da CDL**, na CDL, 18 horas; **Cacém**, no CT, às 21 horas; **SIP da DORL**, no CT Vitória; **Póvoa de Santa Iria**, no CT, às 21 horas; **Vialonga**, no CT; **comunistas da Mague residentes em Vialonga**, no CT; **comunistas da Mague residentes em Alhandra**, no CT; **Sobralinho**, no CT; **núcleo de voo da TAP**, CT da António Serpa; **Professores Primários**, no CT Vitória, às 18.30 horas; **Org. de Loures**, no CT, 21 horas.

## Sábado 15

• **Lisboa**  
Debate na Voz do Operário, às 10.00 — sobre «A Banca na perspectiva de uma democracia avançada no limiar do século XXI»; 21.00 — **Vala do Carregado** — Ass. Plenária de Residentes da Vala do Carregado — Freg. da Castanheira; 10.00 — **CT Amadora** — Reunião do Secretariado da célula da Heska + membros do Partido nos ORT's; 15.00 — **Soc. Filarmónica** — Ass. Plenária da Org. de Falagueira/Venda nova; 21.00 — **CT Alcabideche** — Ass. Plenária da freguesia de Alcabideche; 21.00 — **Coop. Linha Estoril** — Ass. Plenária da freguesia da Parede; 17.00 — **CT Arruda** — Reunião do Organismo de eleitos comunistas nas Autarquias da Arruda; 20.00 — **Manique** — Ass. Plenária do org. de Manique do concelho de Azambuja; 21.30 — **CT do Sobral M. Agraço** — Reunião da C. Concelhia de Sobral M.

**Agraço**; 21.00 — **CT de Moscovide** — Ass. Plenária da Org. da Rua nova e Qta das Laranjeiras do conc. de Lisboa; 15.30 — **CT Ajuda** — Ass. Plenária da Org. do Rio Seco/Cruzeiro do concelho de Lisboa; 15.00 — **CT A. Serpa** — Ass. Plenária das células A, B, C, do Campo Grande do concelho de Lisboa; 15.00 — **CT Duque de Loulé** — Ass. Plenária do Sub-Sector de Restaurantes e Pastelarias do Sector da Hotelaria; 15.00 — **CT Vitória** — Ass. Plenária dos Sectores Baixa e Norte da 1.ª Zona do Concelho de Lisboa; 15.00 — **Sede da UPPSS** — Ass. Plenária da Freguesia de S. João de Deus/Alto Pina-Lx\*; 15.00 — **CT da Graça** — Ass. Plenária da Org. da Freguesia de St.ª Engrácia; 16.00 — **CT Benfica** — Ass. Plenária da célula do Bairro da Boavista do concelho de Lisboa; 10.00 — **Qt.ª Salgados** — **Marvila** — Contacto com militantes da Quinta dos Salgados do concelho de Lisboa; 21.00 — **CT Marvila** — Ass. Plenária das células do B.º Chinês, **Marvila Velha**, V. Formoso de Cima e de Baixo; 21.00 — **CT Cacém** — Plenária da célula da Aqualva; 15.00 — **CT Vila F. Xira** — Reunião do Executivo da C. Concelhia de V. F. Xira; 20.30 — **Reunião do núcleo da RN de Caneças**; 14.30 — **Reunião do núcleo da RN de Odivelas**; 15.00 — **CT de Sacavém** — Reunião da org. de Mulheres da Zona Oriental de Loures; 21.00 — **Salão da JF da Póvoa de St.ª Adrião** — Reunião da Org. da Póvoa de St.ª Adrião; 15.30 — **Odivelas** — **Reunião da Strapex**; 15.00 — **Ass. Plenária da Organização da Vila de Alenquer**; 21.00 — **Ass. Plenária da Org. do Carregado/Cadafais do concelho de Alenquer**; 21.00 — **Ass. Plenária da Org. de**

**Merceana** do concelho de Alenquer; 21.00 — **Ass. Plenária da Org. da Abrigada** do concelho de Alenquer.

• **Braga**  
**Barcelos**, 21.00, no CT.

• **Faro**  
**Faro**, Organização das Mulheres, 15.00 no CT, **Albufeira**, 15.00, no CT; **Encontro da Org. da Construção Civil, Químicos, Metalúrgicos, Rodoviários, Hotelaria e as empresas TAP, Cervisol e Cialbe**, de Faro, às 15.30 no CT; **Reunião de Odeceixe e Maria Vinagre** no CT de Odeceixe, às 18.00; **Quarteira**, às 21.00 no CT; **Assembleia de Pechão e Moncarapacho** às 20.30 em Pechão.

• **Santarém**  
**Assembleias de Organização em Vale-das-Mós (Abrantes); Almeirim; Foros de Charneca (Benavente); Casais da Amendoeira e Vale da Pedra (Cartaxo); Charneca (Benavente); Casais da Amendoeira e Vale da Pedra (Cartaxo); Charneca (Benavente); Couço e (Coruche); Granho e Marinhais (Salvaterra de Magos).**

• **Bragança**  
**Reunião na Escola Secundária de Mogadouro** às 15.00.

• **Leiria**  
**Assembleia** às 21.00 no CT de **Alcobaça**.

• **Setúbal**  
**Lavradio**, no CT; **Reunião no CT de Verderena; Quinta do Conde**, reunião às 21.00 no CT.

• **Aveiro**  
**Reunião em Ovar**

de célula de empresas (Toyota, F. Ramada, Sital, Cavan, Fopil, Farpal, Fanael, CM de Ovar e Philips) no CT, às 21.30.

• **Viana do Castelo**  
**Reunião de quadros do Distrito**, às 15.00, no CT.

• **Beja**  
**Assembleias plenárias em Mértola**, no teatro, às 9.30; **Panóias e Conceição (Ourique)** no CT de Panóias às 16.00; **Garvão e Santa Luzia (Ourique)** na Casa do Povo de Garvão, às 16.00; célula de **Mulheres de Aljustrel**, no CT; **Rio de Moinhos (Aljustrel); S. Teotónio (Odemira)** na Sociedade, às 15.00; **Vale de Santiago e Bicos (Odemira)** às 20.00.

• **Évora**  
**Foros de Vale-de-Figueiras e UCP Cravo Vermelho (Montemor)** na escola primária, às 20.30; **Lavre e UCP Boa Esperança (Montemor)** na Casa do Povo, às 20.30; **Baldios, Torre da Gadunha e UCP Pedro Soares (Montemor)**, na escola primária, às 20.30; **UCP's Tempo é Dinheiro, Picota, Pedras Alvas, 25 de Abril, Andrada e Silva, José Adelino dos Santos e Germano Vidigal (Montemor)** no CT, às 16.00; **Landeira (Vendas Novas)**, às 20.30; **Santa Suzana (Redondo)** no Centro de Convívio, às 19.00.

• **Coimbra**  
**Organização Freguesia de Casal do Ermio (Lousã)** — 20.30; **Organização Fregue-**

sia de Arganil; **Organização Local de Espírito Santo das Touregas (S. Martinho Bispo/Coimbra)** — 21 horas; **Organização Local de Casas Novas (S. Mart. Bispo/Coimbra)** — 21.00 horas, CT; **Reunião Plenária da Com. Concelhia de Coimbra** — 15.00 horas, CT; **Empresas metalúrgicas do concelho da Figueira da Foz** — 15.00 h, CT; **Organização Freguesia S. Pedro (Fig. Foz)** — 21.00 h, Lugar da Gala; **Comitê Local de S. Julião (Fig. Foz)** — 15.00, CT; **Organização Local de Alcabideche** — **Condeixa-a-Nova** — 21.00 h; **Reunião Plenária de militantes do concelho de Soure** — 21.00 h, CT.

• **Viseu**  
**Plenários de militantes do concelho de Mangualde**; **Plenário de militantes das freguesias rurais do concelho de Viseu** — 21.00 h, CT de Viseu; **Reunião da Comissão de Freguesia do Guardão/Caramulo (Tondela)** — CT do Caramulo; **Plenário de militantes do concelho de S. Pedro do Sul**; **Reunião do organismo de Coordenação Distrital da Frente para o trabalho Camponês**; **Reunião da organização de freguesia de S. João da Pesqueira** — 20.30 horas, CT da Pesqueira; **Plenário de militantes da cidade de Lamego** — 21.00, CT de Lamego; **Reunião da organização local de Resende** — 15.00 horas.

• **Porto**  
**Reunião da Comissão de Bairro de S. Tomé**, às 21.30, no Bairro; **reunião da Co-**

missão de Zona de Azevedo, no CT às 21.30; **Reunião de célula da CDL**, às 15.30, na CDL; **reunião das comissões de zona das Campinas, Pereira, Ramalde e Previdência** no CT de Ramalde, às 15.00; **reunião de célula da EDP** no CT da Boavista às 15.00; **reunião de quadros professores** no CT da Boavista às 9.30.

## Domingo 16

• **COIMBRA**  
**Organização da freguesia de Tábua**; **organização das freguesias de Torre, Vilela de Brasfemes (Coimbra)** — 21 h.; **organização da freguesia de Buarcos** — 10 h. (Figueira da Foz); **sector têxtil do concelho de Coimbra**, CT, — 16 h.

• **LEIRIA**  
**Comunistas de Pataias (Alcobaça)**, assembleia plenária — 16 h.

• **VISEU**  
**Plenário de militantes do Concelho de Nelas** — 15 h., na Junta de Freguesia de Santa; **Plenário de militantes da organização local do Caramulo** — 15 h., C.T. do Caramulo (Tondela); **Plenário de militantes das freguesias rurais do concelho de Lamego** — 10 h., C.T. de Lamego; **Reunião da Organização de Freguesia de Souselo (Cinfães)**; **Reunião de militantes das freguesias de Cambres e Sande (Lamego)** — 10.30 h., Casa do Povo de Cambres; **Reunião de militantes da freguesia**

de **Pendilhe (Vila Nova de Paiva)** — 20.30 h.

• **LISBOA**  
**Reunião da organização da freguesia de S. Domingos de Rana (Cascais)**, no CT de Tires — 15 h.; **Assembleia plenária da organização da freguesia de Alcabideche (Cascais)** — 15 h.; **Reunião do organismo de direcção dos gráficos da OLL** — 15 h.; **contacto com militantes da organização de Marvila Velha (Lisboa)** — 10 h.; **Plenário da célula do bairro de Algueirão/Mem-Martins**, CT de Mem-Martins — 15 h.

• **BEJA**  
**Organização de S. Luís (Odemira)**, na Sociedade — 17 h.; **Vila Nova de Milfontes (Odemira)**, na CM — 20 h.

• **SETÚBAL**  
**Comissões locais da vila de Sines**, — 15 h.; **Organização da Cabeça da Cebra** — 15 h.

• **SANTARÉM**  
**Assembleia da organização na Escusa e Varejola (Coruche).**

• **FARO**  
**Assembleia de pescadores, mariscadores, conservas e Pescruil**, CT de Olhão — 15.30 h.

• **AVEIRO**  
**Freguesias de Rio Meão, S. João Ver, Lamas e Paços Brandão (Feira)**, Escola Primária dos Mortais/Rio Meão — 9 h.

## Segunda 17

• **COIMBRA**  
**Célula do Centro Hospitalar dos Covões (Coimbra)**, CT — 18 h.; **Célula A da RN e CP (Coimbra)**, CT — 18.30 h.; **Célula dos professores universitários (Coimbra)**, CT — 21.30 h.

• **ÉVORA**  
**Organização de Outeiro (Portel)** — 20 h.; **sector de serviços de Évora** — 21 h.

• **LISBOA**  
**Reunião da organização dos músicos, cinema, editores, CI-C/ORL**, com José Casanova, da C. Política; **reuniões dos núcleos ECT e ECF dos CTT**, CT de Santos — 18 h.; **assembleia plenária da célula 1 de Alcântara**, no CT — 15.30 h.; **assembleia plenária da célula da Docapesca (Lisboa)**, CT de Algué — 10 h.; **assembleia plenária da célula da Regina (Lisboa)**, CT de Alcântara — 18 h.; **assembleia plenária da organização da Torrinhã/Ameixoeira**, 21.30 h.; **plenário do sector sindical da ORL**, com Domingos Abrantes, da C. Política e Secretariado do PCP — 20 h.; **reunião do núcleo da RN de Bucelas** — 18 h.; **reunião do núcleo da CM/SMAS de V. Franca de Xira**; **plenário da célula da CGD**.

• **BRAGA**  
**Assembleia em Barcelos**, CT — 21 h.

## Terça 18

• **COIMBRA**  
**Reunião plenária**

# Agenda

Avante!



secretariado da célula da Solvay, CT da Póvoa de St.ª Iria — 18 h.; **assembleia plenária da organização do Forte da Casa (V. Franca de Xira)**, salão da JF do Forte da Casa — 21 h.; **organização da zona industrial de Queluz de Baixo (Oeiras)**, CT de Terceira — 18.30 h.; **organização de Velejas (concelho de Oeiras)** — 21.30 h.; **assembleia plenária da célula do Hospital de Santa Marta**, CT Vitória — 17 h.

• **SETÚBAL**  
**Reunião de núcleos da FISPE (Barreiro)**, no CT do Lavradio — 16 h.

• **FARO**  
**Reunião da C. Concelhia de Lagos**.

## Quarta 19

• **LISBOA**  
**Núcleo dos CTT de EDLs**, no CT Vitória, 17.30 h.; **autarquia da Brandoa**, no CT, às 18 h.; **plenário das empresas Amal e outras do concelho de Lisboa**, no CT de Campolide, 19 h.; **Org. da Brun Jeans**, no CT Marvila, 18.15 h.; **célula da TAP**, 18 h.; **célula dos de Alcântara**, no CT, 21 h.; **célula da EFACEC**, no CT Vitória, 18 h.; **célula da Bosch**, no CT Duque de Loulé, 19 h.; **células das empresas da Indústria Farmacéutica da 3.ª Zona**, no CT Vitória, 18.30 h.; **empresas do ramo automóvel da 3.ª Zona**, no CT de Campolide, às 19 h.; **núcleo da RN de Cascais**, 21 h.; **Comissão de Freguesia do Sobralinho**, no CT, às 21 h.; **célula da Covina**, no refeitório, às 17.15 h.; **Org. de Penafirme da Mata (Alenquer)**, às 21 h.; **sessão de esclarecimento para não militantes do LNEC**, no local, às 13 h.; **Org. da Segurança Social**, no CT Vitória, 18 h.; **célula do Ministério das Finanças**, CT de Alfama, 18.30 h.

• **COIMBRA**  
**Direcção das freguesias Norte do concelho de Coimbra** no CT às 18.30 h.; **célula dos funcionários sindicais**, no CT, às 19 h.; **Com. de Freguesia de Santa Clara**, 21.30 h.; **professores da Escola José Falcão**, no CT — 21.30 h.; **professores das escolas Brotero e D. Maria**, no CT, 21.30 h.

• **ÉVORA**  
**Ferreira de Capellinhos e Montejuntos**, na Junta de Freguesia do Alandroal, 20.30 h.; **Ilhas (Arraiolos)**, às 20 h.; **sector intelectual**, CT de Évora, 21 h.

• **SETÚBAL**  
**Núcleos da FISPE**, no CT do Lavradio, às 16 h.

## PODER LOCAL PRESENTE E FUTURO

Documentos do Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local 4 de Junho de 1988

**Poder Local, Presente e Futuro** é mais um oportuno título da colecção «Contribuições para o XII Congresso do PCP», das Edições Avante! Ao longo de 190 páginas encontramos a principal documentação do Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local, realizado em 4 de Junho deste ano.

### Índice:

- Intervenção de abertura, **Luis Sá**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Lisboa, **Jorge Cordeiro**
- Juventude e Poder Local, **Luis Guerreiro**
- O PCP e o Poder Local na Região Autónoma dos Açores, **Artur Afonso**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Santarém, **Armindo Pinhão**
- A acção dos comunistas na Assembleia da República em defesa e na construção do Poder Local, **João Amaral**
- O PCP e o Poder Local no Algarve, **José Cruz**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Leiria, **José Luís M. Sousa**
- O PCP e o Poder Local no distrito de Setúbal, **Maria Emília Sousa**
- O PCP e o Poder Local no distrito do Porto, **António Macedo Varela**

- O PCP e o Poder Local na Beira Litoral, **Jorge Gouveia Monteiro**
- As Mulheres e o Poder Local, **Regina Marques**
- Cooperação intermunicipal, **Eufrazio Filipe**
- O PCP e o Poder Local em Trás-os-Montes, **Serafim Brás da Silva**
- O PCP e o Poder Local na Beira Interior, **João Prata**
- A acção dos eleitos comunistas na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, **Daniel Branco**
- O PCP e o Poder Local no Minho, **António Vieira**
- O PCP e o Poder Local no Alentejo, **Abílio Fernandes**
- Intervenção de encerramento, **Carlos Costa**
- O PCP e o Poder Local. O período de 1984-1988 e as perspectivas futuras de trabalho.

**Montemor-o-Novo**  
**II Encontro de Reformados da Agricultura do Distrito de Évora**  
**Dia 17, segunda-feira**  
**Teatro Curvo Semedo, 10 horas**

Temas:  
os reformados da agricultura, a saúde, as condições de vida, as pensões de reforma

# Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Frenético	—	★★★	★★★	★★	★★★
<b>B</b>	Olhos Negros	—	★★★★	—	★★★★	—
<b>C</b>	Tempos Difíceis	—	—	—	★★★★	—
<b>D</b>	A Última Tentação de Cristo	—	★★★★★	—	★★★	—

**A** — Real. Roman Polanski — em Lisboa: Amoreiras (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também às 23.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).

**B** — Real. Nikita Mikhalkov — em Lisboa: Las Vegas (14.00, 16.15, 18.45, 9.00, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).

**C** — Real. João Botelho — em Lisboa: Amoreiras/7 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45).

**D** — Real. Martin Scorsese — em Lisboa: Alfa/3 (15.15, 18.15, 21.30, 00.30), Apolo 70 (15.15, 18.15, 21.30), Mundial/2 (15.15, 18.15, 21.30), S. Jorge/3 (14.30, 17.45, 21.00).

Classificação de  
★ a ★★★★★

# Exposições

• LISBOA

**Alberto Carneiro** — Escultura recente em madeira. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 11. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/10).

**Amie Yoes** — Escultura. Ga. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 30/10).

**Cindi Sherman** — Fotografia. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.00 (até 22/10).

**Colectiva de artes plásticas** — Gal. 111 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13.00 e das 15 às 19.00; sáb. das 10 às 13 (até 15/10).

**Companhia Rey Colaço/Robles Mon-**

teiro — no Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**Dale Chihuly** — «Objectos de Vidro». Galerias das Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. Berna.

**Escultura Portuguesa dos Séc. XIII a XVIII**, Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes (até Março 89).

**Esperanza Huertas** (Espanha) — Pintura. Galerias das Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. Berna.

**Gertrudes Ildefonso** — Pintura. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 17.30, sáb. e dom. das 16.00 às 20.00 (até 14/10).

**Jaime Silva** pintura, e **António José Matos** — escultura. Gal. Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

**Jorge Molder** — Leitura fotográfica do texto «Zerlina». Teatro da Trindade. A propósito da peça que está em cena neste palco.

**José Silva** — Pintura. Gal. São Francisco, R. Ivens, 40. 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 h (até 29/10).

**Michael Barret** — Retrospectiva. Hotel Meridien, R. Castilho, 149. Das 9 às 23.30 (até 16/10).

**Tomás Henriques** — Pintura. Gal. Miron, R. Mirante, 14 - r/c-

-Esq. 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/10).

**Tonalidades** — Exposição sonora. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 28/10).

**Traje de Ópera** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e 14.30 às 17 (até Novembro).

**Colectiva** — Tapeçarias. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

**Colectiva** — Trabalhos de Victor Belém, Rogério de Freitas, Júlio Quaresma, Isabel Mendes Ferreira e Helena Sá. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51.

**Jorge Freire** — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 31/10).

**António Dacosta** — Pint. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 às 19.00. Sáb. das 10.00 às 13.00 (até 10/11).

**Carlos Medeiros** — Fotografia. Aliance Française de Lisbonne, R. Braamcamp, 13-1. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 19.30 (até 15/10).

**Catarina Baleiras e Pedro Campos Rosa** — Escultura. Gal. Quadrum, R. Alberto de Oliveira, 52. 2.ª a 6.ª, 10-13.00 e 15-19.00. Sáb. 15-19.00. (até 29/10).

**Cindi Sherman** — Fotografia. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1-B. De 2.ª a

sáb. das 15 às 20 (até 22/10).

**Fernando Silva/Gil Rodrigues** — Pintura. Gal. Voz do Operário, R. Voz do Operário. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19 e 20 às 22, sáb. das 15 às 19 (até 18/10).

**Heloísa Novaes** — Pintura. Gal. Holly, Largo da Trindade, 17. De 3.ª a sáb. das 10.30 às 19.30. 2.ª das 15 às 19.30 (até 5/11).

**Imagens no Tempo** — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga, R. Janelas Verdes (até Março).

• OUTRAS LOCALIDADES

**Paulo Sérgio** — «Vestígios da Arquitectura do Sul», fotografia. Gal. Almadana, Av. 25 de Abril, 53. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 19.00 (até 15/10) ALMADA.

**1.º Bienal Municipal de Gravura** (obras a concurso e artistas convidados), Galeria Municipal/Recreios Desportivos (até 30/11) — AMADORA.

**I Bienal de Artistas de Leiria** (até 23/10) — Castelo de LEIRIA.

**Lores em imagens do passado** — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — até 10/12, de 3.ª a dom., das 10 às 17 horas, no Museu Municipal/Casa do Adro — LOURES

**Manuel Oliveira** — pintura; **Ernesto de Sousa** — fotografia. Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 26/10) PORTO.

# TV O Programa

Quinta 13

RTP1

- 10.00 — Fátima — Transmissão directa das cerimónias religiosas
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Ilha da Fantasia
- 14.15 — O Regresso do Antílope
- 15.00 — James Brown
- 16.00 — Série — «A Última Fronteira»
- 16.30 — Ponto Por Ponto
- 17.30 — Brinca Brincando
- 18.15 — Tempos Modernos
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.20 — Telenovela — «Passerelle»
- 21.10 — Série — «Os Amores de Napoção e Josefina» (1.º epis.)
- 22.10 — Tom Jobim, António Brasileiro
- 23.10 — 24 Horas
- 23.40 — Remate.

RTP2

- 15.00 — Filhos e Filhas
- 15.25 — Joana
- 16.10 — Quem Sai Aos Seus...
- 16.55 — Telenovela — «Helena»
- 17.30 — Trinta Minutos Com...
- 18.00 — Série — «Viagem de Noite»
- 19.00 — Music Box
- 19.55 — O Fugitivo
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Série — «Maude»
- 22.00 — Hora da Verdade
- 23.00 — Série — «Hitchcock Apresenta...» (1.º epis.)

Sexta 14

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.20 — Telenovela — «Selva de Pedra»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Série — «A Herança dos Guldenbergs»
- 14.15 — Os Mistérios da Lua Portuguesa
- 16.00 — Imagens da Arte Portuguesa
- 16.30 — Ponto Por Ponto
- 17.30 — Brinca Brincando
- 18.15 — Tempos Modernos
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.20 — Telenovela — «Passerelle»
- 21.10 — Série — «Os Homens da Segurança»
- 22.00 — Telemundo
- 22.30 — A Cadeira de Baloço
- 23.00 — 24 Horas
- 23.30 — Remate
- 23.45 — Pela Noite Dentro — «Direito para Matar».

RTP2

- 15.00 — Filhos e Filhas
- 15.25 — Agora, Escolha!
- 16.55 — Telenovela — «Helena»
- 17.30 — Giramundo
- 18.00 — Equinócio
- 19.00 — Music Box
- 19.55 — O Fugitivo
- 21.00 — Jornal das Nove

21.30 — Série — «O Sétimo Direito» (1.º epis.)

- 22.00 — Moçambique
- 23.00 — Série — «Berlim, Praça Alexandre» (1.º epis.)
- 23.55 — Rotações.

Sábado 15

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 12.00 — Gala África (na Áustria)
- 13.00 — Notícias
- 13.10 — Série — «Os Espectaculares Recordes Guinness» (1.º epis.)
- 13.40 — Parlamento
- 14.10 — Sessão da Tarde — «Suite em Hotel de Luxo», real. Roger Beatty e Kenny Solms (EUA/1988)
- 15.50 — Vivamúsica
- 16.35 — Série — «Miss Marple» (1.º epis.)
- 17.25 — Gala Unicef
- 19.10 — Sete Folhas
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Jornal de Sábado
- 21.15 — Boletim Meteorológico
- 21.25 — A Magia de David Copperfield (1.º epis.)
- 22.15 — Série — «O Assassino de Mary Phagan» (1.º epis.)
- 23.15 — Cinema da Meia Noite — «Harry, o Implacável».

RTP2

- 09.00 — Compacto — «Music Box»
- 13.05 — Compacto — «Selva de Pedra»
- 16.00 — Troféu
- 20.00 — Music Box
- 20.50 — Série — «Elogio da Leitura» (1.º epis.)
- 21.20 — Série — «Hill Street»
- 22.10 — Concorde ou Talvez Não.

Domingo 16

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 11.15 — Missa
- 12.05 — 70x7
- 12.30 — TV Rural
- 13.00 — Notícias
- 13.10 — Série
- 14.10 — Série — «O Primeiro Paraíso» (1.º epis.)
- 15.00 — Primeira Matinée — «Orgulho Contra Orgulho»
- 16.50 — Clube Amigos Disney
- 19.00 — Série — «O Justiceiro»
- 20.00 — Jornal de Domingo
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.45 — Série — «Mala de Cartão»
- 21.50 — Série — «Regresso a Casa»
- 22.55 — Domingo Desportivo.

RTP2

- 09.00 — Music Box
- 10.00 — Troféu
- 13.00 — Caminhos
- 13.30 — Novos Horizontes

14.00 — Série — «Veterinários de Província»

- 15.00 — Troféu
- 17.00 — Idéias e Negócios
- 17.50 — Série — «A Bela e o Monstro»
- 18.55 — Século XX
- 19.50 — Primeiro Andamento — Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa
- 20.15 — Quem Sai Aos Seus...
- 20.40 — Artes e Letras
- 21.35 — Cineclubes — «Fellini Oito e Meio», real. Federico Fellini (Itália/1962)
- 23.55 — Magazine Cinema
- 00.25 — Música N'América.

Segunda 17

RTP1

- 09.00 — Bom Dia
- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Selva de Pedra (131.º epis.)
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — O Império de Carson
- 14.30 — Um Amigo Especial
- 15.00 — BB King II
- 16.00 — Rotas do Extremo Oriente (último epis.)
- 16.30 — Ponto por Ponto
- 17.30 — Brinca Brincando
- 18.25 — Tempo Moderno
- 19.30 — Telejornal
- 20.00 — Bolsa Dia a Dia
- 20.05 — Telenovela «Passerelle» (10.º epis.)
- 20.50 — Norte e Sul
- 22.30 — Passagem para o Índico
- 23.00 — 24 Horas
- 23.30 — Remate

RTP2

- 15.00 — Série «Filhos e Filhas»
- 15.25 — Agora Escolha!
- 16.55 — Telenovela «Helena»
- 17.35 — Trinta Minutos Com...
- 18.05 — Histórias Amargas
- 19.00 — Music Box
- 19.55 — O Fugitivo
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Montra de Livros
- 21.35 — Maude
- 22.05 — Conta-Corrente
- 22.30 — Ópera «Satyagrah»

Terça 18

RTP1

- 09.00 — Bom Dia
- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Dallas
- 14.10 — Histórias Fantásticas de Ray Bradbury
- 15.00 — Maynard Ferguson
- 16.00 — Documentário «A Última Fronteira»
- 16.30 — Ponto por Ponto
- 17.30 — Brinca Brincando
- 18.25 — Tempo Moderno
- 19.30 — Telejornal
- 20.00 — Bolsa Dia a Dia
- 20.05 — O Tempo

20.15 — Telenovela «Passerelle»

- 20.50 — Série «Modelo e Detective»
- 21.35 — Primeira Página
- 22.35 — Tribunal de Polícia
- 23.05 — 24 Horas
- 23.35 — Remate

RTP2

- 15.00 — Série «Filhos e Filhas»
- 15.25 — Elogio da Leitura
- 15.55 — Primeiro Andamento
- 16.25 — Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 — Telenovela «Helena»
- 17.35 — Trinta Minutos Com...
- 18.05 — Music Box
- 19.55 — O Fugitivo
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Montra de Livros
- 21.35 — Série «Maude»
- 22.05 — Cinemadois: «A Vida em Família»

Quarta 19

RTP1

- 09.00 — Bom Dia
- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela «Selva de Pedra»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Fama
- 14.30 — Série «A Viagem do Mimi»
- 15.00 — James Cotton
- 16.00 — Missões de Paz
- 16.30 — Ponto por Ponto
- 17.30 — Brinca Brincando
- 18.25 — Tempo Moderno
- 19.30 — Telejornal
- 20.00 — Bolsa Dia a Dia
- 20.05 — O Tempo
- 20.15 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.35 — Telenovela «Passerelle»
- 21.30 — Lotação Esgotada «O Síndrome da China»
- 23.30 — 24 Horas
- 24.00 — Remate

RTP2

- 15.00 — Filhos e Filhas
- 15.25 — Agora Escolha!
- 16.55 — Telenovela «Helena»
- 17.35 — Trinta Minutos Com...
- 18.05 — A Rota da Seda
- 19.00 — Music Box
- 19.55 — O Fugitivo
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.35 — Série «Maude»
- 22.05 — Série «Joana»
- 22.55 — Fantasia e Realidade

# Teatro O Cartaz

• LISBOA

**Comuna**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna. — 3.ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **O Gigante Verde**, espectáculo de teatro-dança, de Manuel Granjeiro Soares, enc. de Agueda Sena, pelo Teatro Espaço.

**Ritz Club**, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., 21.30: **O Baile**. Guião e enc. de Helder Costa a partir de uma ideia de J. C. Penchenat, pela Barraca.

**Casa dos Tabuenes**, R. Poiais de S. Bento, 75, B. 2.º — 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, De Filalho e Almeida, enc. Silvína Pereira, pelo Teatro Maizum.

**Teatro do Bairro Alto**, R. Tenente Raúl Cascais, 1-A 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Auto da Feira de Gil Vicente**, enc. e dramaturgia de Luís Miguel Cintra, pela Cornucópia.

**Instituto Franco Português**, Av. Luís Bivar, 91. 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 17.00 e 21.30, dom. às 17.00:

**Fragmentos de Teatro**, cinco peças de Samuel Beckett, enc. Carlos Quevedo. Duas das peças são representadas em francês.

**Teatro da Graça**, Trav. de S. Vicente, 11. 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00: **Vieux Carré**, de Tennessee Williams, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje.

**Teatro da Trindade**, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **Zerlina**, de Hermann Broch, enc. João Perry, intérpr. Eunice Muñoz e Alexandre Melo.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00: **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

• PORTO

**Teatro** (Rua do Heroísmo, 86). De 3.ª a 6.ª, às 21.30, sáb. às 17.00 e 21.30: **Interlúdio Cómico**, enc. António Capelo.

**Teatro Sá da Bandeira**, R. Sá da Bandeira, 10. 3.ª a 5.ª às 21.30,

6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. e feriados 16.00 e 21.30: **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira e H. Santana, enc. Paulo César.

• ESTORIL

**Teatro Mira Casimiro**, Av. Fausto Figueiredo, 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **D. João no Jardim das Delícias**, de Norberto Ávila, enc. Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais. Até 16 de Outubro.

• ALMADA

**Teatro Municipal de Almada**, R. Conde Ferreira, 3.ª a sáb. 21.30, dom. às 16.00: **As Velhacarias de Scapin**, de Molière, enc. Júlio Castronuovo. Pela Companhia de Teatro de Almada.



# Tempo Fim de Semana



Sábado, período de céu muito nublado e aguaceiros fracos durante a manhã e céu pouco nublado sem precipitação durante a tarde. Vento norte, fraco a moderado. No domingo, céu geralmente pouco nublado, vento noroeste fraco a moderado.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## O lugar do Capucho

De facto, não se compreende a presença de António Capucho numa rubrica como o **Parlamento**. Capucho não é deputado, não pertence a nenhum grupo parlamentar. É membro do Governo para os assuntos parlamentares, ou seja: para os assuntos vistos não pela óptica dos mecanismos parlamentares, mas pela óptica do Governo. O seu lugar, sei lá, seria no **Telejornal**, que é o lugar de todos os governantes, ou na **Primeira Página**, ou o mais certo na **Hora da Verdade**, em projecto para o segundo canal.

Em todo o caso, António Capucho deixou-se descair em situações que nada honram o seu faro político, pois é fraca toda a imaginação política que não toma em conta a inteligência dos cidadãos.

Dizer que o Governo, na questão das leis laborais, face a possíveis ilegalidades, preferiu «arriscar» (!); dizer que, no que respeita à inflação, a oposição não fez análises, mas palpites; acusar a oposição de «guerra psicológica» contra a descida de inflação (!); basear-se nas sondagens do **Semanário** e do **Expresso** porque são insuspeitas (!), etc., etc.

Um repórter, face às «habilidadezinhas» de Capucho nas suas respostas, acentuou que ele se comportava ali não como um parlamentar, mas como um político profissional. Certo. Por isso é que eu disse que o lugar de Capucho era noutro sítio...

## Aos magotes

...Certo. E até disse que era no **Telejornal**, ou na **Primeira Página**, também no «**Jornal das Nove**». Locais certamente tão insuspeitos como o **Expresso** e o **Semanário**...

Os ministros enxameiam no **Telejornal**. Impressionante. A sua presença justifica-se tanto pelo que dizem (pelas coisas importantes que dizem, na opinião de J. E. Moniz...) que às vezes... nem dizem nada. Aparecem apenas. Numa visão aureolada de santificada promoção. Parecem, modestamente, pensar como na história de Eça de Queiroz: «Senhor, aqui está o Cristóvão!»

Não é demasiado falar-se de lavagem ao cérebro. A ministra-gem anda por lá aos magotes. Descansaram um pouco enquanto apanhavam sol no amanho dos seus algarves de estimação. Aparecem agora bronzeados, fortalecidos, enérgicos. Bem falantes como sempre e como sempre ridículos.

Um repórter do citado **Parlamento** referiu a frágil qualidade dos ministros de Cavaco. Dão uma confrangedora dimensão de mediocridade política e intelectual. «Como é possível — dou-me por vezes a pensar — como é possível que isto tenha chegado a ministro?»

Quanto aos magotes, para não se pensar que exagero, referi-me, ao acaso, o que se passou no **Telejornal** de sexta-feira, dia sete.

Lá vimos o Cavaco Silva (claro!!!); João de Deus Pinheiro; Valente de Oliveira; vários outros ministros de raspão; e ainda um secretário de Estado não sei de quê, era por causa das madeiras, das florestas, uma coisa assim. Aliás, o porquê, não importa, o que importa é que seja governante...

Do alto da pirâmide do Humor Negro, louve-se a «independência» da informação na RTP!

## Moeda de troca

Numa breve entrevista a Carvalho da Silva, num **Jornal de Sábado**, o repórter Moniz afirmara que fora Torres Couto quem liderara o processo que conduziu ao êxito a última greve geral. Carvalho da Silva, com um sorriso, limitou-se a rectificar: «Couto liderara o processo na Comunicação Social...»

Assim foi na realidade. A Comunicação Social, e a televisão em particular, dedicam-se a uma nova espécie de aviário: em vez de criarem frangos, criam personalidades, chefes e factos políticos.

A grande operação actualmente em curso é o relançamento de Vítor Constâncio. O Governo toma uma medida: logo de seguida o comentário de Constâncio. Cavaco diz; imediatamente Constâncio responde...

Estamos perante a «operação alternativa». Não importa que o Partido Comunista, em cima da hora, desmintia, comente, ou esclareça: o que ao **Telejornal** importa é a opinião de Vítor Constâncio.

Será esta a «alternativa» de que António Capucho falou? Será o renascimento da antiga «alternância» género vira o disco e toca o mesmo?

Ou será tacticamente a moeda de troca para o consenso da Revisão?...

## O que é a dignidade

Terminamos estas notas com o regresso ao **Parlamento**, desta vez para referirmos ao debate entre Ilda Figueiredo, do PCP, e Fernando Marques, do PSD.

Ilda Figueiredo deu o exemplo de como se deve estar na televisão: calma, atenta, utilizando sempre as palavras mais simples, isto é, as mais eficazes. Politicamente, Fernando Marques levou para contar à «família».

Impressionante, o deputado do PSD não conseguiu fazer vingar um único argumento e, por outro lado, não conseguiu destruir, ou prejudicar, um único argumento de Ilda Figueiredo.

A deputada do PCP mostrou, com números a propósito, que a carga fiscal se tornou mais pesada, na ordem dos 40 por cento. Venceu a incapacidade do Governo para controlar a inflação — a tal que Cadilhe apregoava não ultrapassar seis por cento...

Aqui deu-se um lance inesperado. Fernando Marques não ia desaproveitar a ocasião de mostrar que a deputada do PCP, finalmente, errara o diálogo foi assim, mais ou menos:

**F. M. — Por acaso, não era de seis, mas de seis e meio.**  
**I. F. — Pois. Mais propriamente o Governo referia-se a qualquer coisa entre 5,5 e 6,5. Logo, a média será seis...**

A certa altura, F. Marques falou da «dignidade da Assembleia da República». Resposta imediata de Ilda Figueiredo:

— **A dignidade da Assembleia passa pelo seu bom funcionamento...**

A deputada do PCP lembrou a necessidade de abrir à Comunicação Social a próxima reunião da Comissão especializada da AR em que comparece o ministro Cadilhe. F. Marques vinculou-se a tal sugestão, silenciando. Porque quem cala, consente.

**Nota — Em complemento ao que já disse, anote-se a presença da governamentalização num só «Jornal de Sábado», o do dia oito:**

**Cavaco Silva; Amaral Tomás (Director-Geral das Contribuições e Impostos) em defesa do Governo; mais Cavaco Silva; João de Deus Pinheiro; Mira Amaral; mais Cavaco; Fernando Nogueira, a discursar...**

**Não há dúvida, para eles o período eleitoral já começou...**  
**Em tempo: também apareceu Vítor Constâncio a atacar o Governo. Alternativamente, claro...**

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

Enquanto «O Semanário» já se gaba de «ter sido o primeiro jornal a denunciar a dupla tributação», o patronato junta-se à boca dos microfones e à beira das primeiras páginas para repreender abertamente o Executivo de Cavaco Silva sobre a mesma questão. Certa Comunicação Social que geralmente funciona como megafone das teses governamentais já alinha com toda a gente na crítica mais ou menos escancarada aos actos do Governo, enquanto este, em notória desorientação, remenda aqui, garante acolá e faz demagogia a torto e a direito, numa «rentrée» (como eles gostam de dizer) tão atribulada que nem já a memória de recentes (e tão longínquas...) glórias maioritárias consegue tranquilizar.

## Governo a «arrecadar»

As previsões existentes no Banco de Portugal relativas à inflação ultrapassam já quer a última revisão do Governo, quanto às metas que se havia proposto quer até aos números aprovados esta semana pelo Executivo e constantes nas Grande Opções do Plano.

Segundo a análise do Banco de Portugal, a que «O Independente» teve acesso, as previsões sobre o crescimento anual da taxa de inflação, com exclusão da habitação, para o corrente ano é de 9% e não os «em torno de 8%» que têm sido divulgados pelo Governo, ou os 8.75% constantes nas GOP, mas sem exclusão da habitação.

Relativamente a 1989, os valores do Executivo e do Banco Central não coincidem também, só que aqui essa diferença assume uma maior gravidade, dado que as previsões do Governo acabam de ser aprovadas, o que significa que os factores a ter em conta nas duas análises deveriam ser comuns (o que já podia não acontecer quanto à meta para 1988, dado que esta havia sido definida pelo Ministério das Finanças há mais de um ano). Segundo o estudo do Banco de Portugal, o crescimento da taxa de inflação em 1989 dever ser próxima dos 6% isto «se houver uma política monetária de contenção».

Os números inscritos nas GOP apontam, por sua vez, para um crescimento entre os 5 e os 6%, com «uma envolvente externa não desfavorável e uma evolução dos rendimentos que, traduzindo acréscimos reais, seja consistente com o objectivo desinflationista».

(...) Naturalmente a síntese de conjuntura do Banco de Portugal não refere, mas, para além de todas aquelas variáveis com incidência favorável, o Governo conta também, para 1989, com uma outra: o aumento significativo da receita fiscal.

O primeiro-ministro anunciava, esta semana, o «perdão» do imposto complementar de 1988 para os mais desfavorecidos, mas o perdão não chegará a muitos e o Governo continuará a arrecadar, em termos práticos, duas receitas.

Um imposto único sobre os rendimentos ou um único rendimento para dois impostos foi durante algum tempo o tema da discórdia entre Governo e Oposição, a propósito do ano de transição para a Reforma Fiscal. Cavaco Silva defendia-se, dizendo que não haveria duplicação de impostos, e tinha razão, pelo menos do ponto de vista jurídico-fiscal. A Oposição, e nomeadamente o PS, contra-atacava, alertando para o facto de os portugueses irem pagar, em 1989, dois impostos, e tinha razão, pelo menos do ponto de vista do con-

tribuinte.

Governo e Partido Socialista recuaram, contudo. O primeiro porque admitiu a sobrecarga e propõe algumas isenções: as pessoas que em 1988 não tiveram um rendimento superior a 1200 contos, sendo casadas, ou 1000, sendo solteiras, ou ainda aqueles cujo pagamento não exceda os 12 contos, ficarão isentos. O segundo porque não propôs a isenção total: quem tiver de pagar mais de 250 contos de complementar paga o excedente sobre esses 250 contos.

Em declarações a **O Independente**, o antigo ministro das Finanças, Medina Carreira, defendeu, no entanto, uma terceira alternativa. «Ou ninguém paga, e esta é a solução mais justa porque deste modo não há privilegiados, nem mesmo os que normalmente «fogem aos impostos», ou então pagam todos, mas em diversas prestações de modo a diminuir a sobrecarga».

É que, de acordo com a proposta do Governo, defende o antigo ministro, não são os ricos os penalizados. «Foi o próprio Governo que publicou estatísticas em que se conclui que, com rendimentos acima de 2 mil contos, quase ninguém paga impostos», salienta Medina Carreira. «São as classes média e média-alta as afectadas».

(«O Independente» de 7/10/88)

## Perdão é «perda» irrisória

Cavaco Silva anunciou na quarta-feira, no intervalo do Conselho de Ministros, que iria haver um perdão parcial do Imposto Complementar a pagar no próximo ano, aplicável tanto aos sujeitos passivos solteiros como aos casados: para o primeiro caso, ficarão isentos aqueles cujo rendimento não exceder, durante 1988, um milhão de escudos; para o segundo grupo, o rendimento colectável não poderá ultrapassar 1,2 milhões de escudos. Mas disse-se mais o Primeiro-Ministro: mesmo nos casos em que o rendimento seja superior a um milhão de escudos (para os solteiros) e 1,2 milhões (para os casados), poderá ainda haver perdão. Basta que depois de feitas as contas pelo fisco, o montante a pagar não seja superior a 12 mil escudos. Ou seja, ainda que o leitor tenha auferido, durante o presente ano fiscal, rendimentos superiores aos referidos, mas devido ao processo de deduções e abatimentos (que a actual legislação prevê) tiver de pagar menos de 12 mil escudos de Complementar, essa quantia ser-lhe-á perdoada.

O Governo pretende assim responder à Comunicação Social, que alertou para o problema da coincidência do pagamento de dois impostos

sobre os rendimentos no mesmo ano — o **Semanário** foi o primeiro jornal a noticiar o facto na sua edição de 28 de Maio.

No entanto, e do mesmo passo, o Governo vem sublinhar a excepcionalidade da situação, chame-se-lhe dupla tributação, ou, mais rigorosamente, sobreposição de tributação pois só essas situações justificarão o perdão ou o diferimento do pagamento do imposto.

O Governo estuda também a possibilidade de permitir o pagamento faseado do Complementar ou ainda a concessão de um desconto (como havíamos já anunciado na nossa edição de 30 de Julho). Para os contribuintes que optarem por liquidar o Complementar a pronto, no ano fiscal de 1989, o Governo vai conceder um desconto entre 15 e 20 por cento (tanto para os contribuintes solteiros como para os casados). Aqueles que por qualquer razão preferiam pagar de forma faseada terão, em princípio, dois anos para o fazer. O pagamento faseado será feito em uma ou duas prestações já no próximo ano e três prestações no ano fiscal de 1990.

A confirmação de que esta medida tem carácter essencialmente político está espelhada no facto de o perdão parcial implicar uma perda irrisória de receitas fiscais pelo Estado (cerca de quatro milhões de contos), já que somente 400 mil contribuintes devem ser beneficiados pela medida.

(«O Semanário» de 8/10/88)

## Falhando, falhando, falhando...

A proposta governamental de reforma fiscal é «decepcionante», afirmaram em Lisboa, em conferência de Imprensa, responsáveis das três confederações patronais.

«O alargamento da base de incidência objectiva dos novos impostos sobre o rendimento redundam — temos fundadas razões para recear — em sobrecarga fiscal da generalidade dos contribuintes», salientou o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Rosado Fernandes, que leu aos jornalistas o comunicado do conjunto das três confederações.

No que respeita ao sector empresarial, as três confederações, da indústria, dos agricultores e do comércio, forma unânimes em considerar que a situação será pior para as que, pela sua menor dimensão, beneficiavam de uma taxa reduzida de 30 por cento.

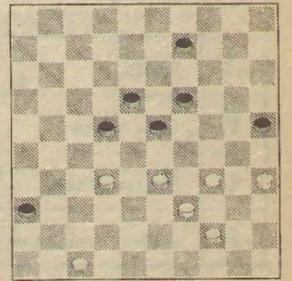
«Todos terão o problema de, em 1989, terem de liquidar a contribuição das Pessoas Colectivas (IRC) com base nos resultados de 1988 que, tudo indica, não se repetirão em 1989», sublinha o documento das três confederações.

«Falhando na harmonização, falhando na uniformização, falhando na simplificação, falhando na moralização, sem que existam indícios de acolhimento das propostas dos parceiros económicos e sociais, a reforma, em lugar de restabelecer a confiança dos contribuintes, limita-se a espelhar a necessidade do Estado de «deitar mão a recursos financeiros extraordinários», frisaram as confederações, que aguardam agora a realização da reunião do Conselho Permanente de Concertação Social, anunciada pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva no encontro informal do Conselho de Ministros no dia 5 de Outubro.

(«O Dia» de 11/10/88)

# Damas

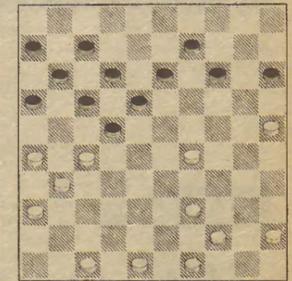
CLXXV — 13 de Outubro de 1988  
Proposição N.º 175  
Por: Pestour (Nice)  
(Golpe realizado em jogo)  
Pr: [7]: 9-18-19-22-23-25-36



Br: [7]: 32-33-34-35-39-44-47  
(As Brancas jogaram 49-44?)

Jogam as Pretas e fazem Damal

Golpe N.º 175  
Por: Tchulkov (URSS)  
(Ocorrido numa simultânea efectuada em Julho/Parthenay, França)  
Pr: [12]: 6-7-9-11-12-13-14-15-16-17-18-22



Br: [12]: 25-26-27-29-31-36-39-44-45-47-48-49

Jogam as Brancas e ganham

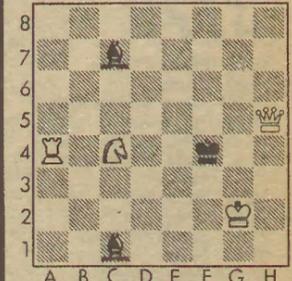
Solução do N.º CLXXV  
N.º 175 (P): (25-30); 35×4=D (22-27); 4×31 (36×49=D)+  
Golpe N.º 175 (T): 26-21 (17×37); 36-31 (37×26); 25-20 (15×33); 39×10+

A. de M.M.

# Xadrez

CLXXV  
13 de Outubro de 1988  
Proposição N.º 175  
Por: E. Ergo  
«Bulletin ouvrier des échecs»,  
1937

Pr: [3]: Bc1,ç7-Rf4



Br: [4]: Cç4-Ta4-Dh5-Rg2

Mate em dois lances

Jogo N.º 175  
Campeonato da Grã-Bretanha/Londres, 1988

Br.: Gallagher  
Pr.: Jackson

1. e4,é5; 2. f4,é:f4; 3. Cf3,d6; 4. d4,g5; 5. h4,g4; 6. Cg1,Bh6; 7. Cç3,ç6; 8. Cg2,Df6; 9. g3,f3; 10. Cf4,Dé7; 11. Bd3,Bg7; 12. Bè3,h5; 13. Dd2,Cd7; 14. 0-0-0, Cf8; 15. Thé1,Bd7; 16. é5,d:é5; 17. d:é5,Cé6; 18. Cé4,B:é5; 19. C:é6,B:é6; 20. Bç5,Dç7; 21. Cd6+,B:d6; 22. T:é6+,Bé7; 23. Bd6,D:d6; 24. T:d6,B:d6; 25. Ba6,0-0-0; 26. Dç3,Cé7; 27. T:d6,b:a6; 28. Tf6,Thf8; 29. Dç5,Td7; 30. D:h5,Tf8; 31. D:g4,Rb7; 32. D:f3,Cd5; 33. T:f7,Cb6; 34. b3,a5; 35. h5,a4; 36. Rb2,a:b3; 37. a:b3,a5; 38. h6,a4; 39. h7,a:b3; 40. ç:b3,Ra6; 41. T:d7 1-0.

Solução do N.º 175

Chave: 1. Rf2!  
1. ... Ba3; 2. C:a3++  
1. ... Bb2; 2. C:b2++  
1. ... Bd2; 2. C:d2++  
etc...

Em cada defesa dos bispos pretos, o cavalo «toma»! Eis a «Roseta» do cavalo em miniatura de 7 peças!

1. ... Ré4; 2. Cb2++

A. de M.M.